

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO**

ROBSON BATISTA DIAS

**IDENTIDADE DE GÊNERO TRANS E CONTEMPORANEIDADE:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO**

**CAMPO GRANDE – MS
2015**

ROBSON BATISTA DIAS

**IDENTIDADE DE GÊNERO TRANS E CONTEMPORANEIDADE:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada à Comissão Julgadora da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,
como exigência parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Zaira de Andrade Lopes

**CAMPO GRANDE – MS
2015**

ROBSON BATISTA DIAS

**IDENTIDADE DE GÊNERO TRANS E CONTEMPORANEIDADE:
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Campo Grande, como requisito final à obtenção do grau de Mestre em Psicologia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Zaira de Andrade Lopes, Dr.^a (orientadora)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Maria de Fátima Evangelista Mendonça Lima, Dr.^a
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Jaqueline Gomes de Jesus
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Tiago Duque, Dr.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campo Grande – MS, 11 de Dezembro de 2015.

Dedico este trabalho aos meus pais, que me ensinaram no cotidiano a olhar as pessoas além de lugar comum, daquilo que aparentam, mostrando que diferenças não são barreiras, mas sim riquezas.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui certamente não foi um ato solitário, embora escrever é sempre o seja. Os anos de pesquisa até esse momento foram marcados pela presença e suporte de pessoas importantes e necessárias, que merecem menção e gratidão por tudo o que fizeram...

Pai e Mãe, obrigado por tudo até aqui, especialmente por sempre me permitirem ser quem sou. Se hoje sou um homem capaz de olhar para realidades tão duras com olhos tão humanos, certamente foi com vocês que aprendi.

Obrigado aos mestres que me fizeram um apaixonado pela Psicologia enquanto Ciência e Profissão, especialmente à Norma Cosmo, Eduardo Pelliccioli, Anita Guazzelli e Maria Solange (in memoriam) que sempre me olharam além da visão rasa.

Ao Renan Júnior e Ana Lefevre. Não tenho palavras para agradecer por tudo até hoje. Do nosso jeito a gente se entende. Sou grato por sermos uma família do coração.

Aos companheiros de música, ansiedade e vida acadêmica Wydglan Cruz e Talian Cordeiro. Temos muito caminho para caminharmos juntos ainda.

À Eliane Cardozo, Cristiane Gregório e Guto Fonseca, pela amizade, companheirismo e por serem sustento em momentos difíceis. Amigos como vocês são raros!

À Paola Gianotto, por ser quem é, por saber de mim tão bem e especialmente por nunca desistir de mim. Uma amiga como você a gente leva pra longe...

Às professoras Maria de Fátima Lima e Jaqueline Gomes e ao professor Tiago Duque, que aceitaram prontamente o convite para a banca e colaboraram grandemente para as discussões e resultados. Obrigado por compartilharem de seus saberes e experiências.

Às minhas “irmãs” de mestrado: Talita, por todo o suporte, carinho e atenção aos irmãos mais novos; Viviana pelos longos anos de companheirismo já, por me ajudar a ter força sempre; Zélia, pela presença sempre e Mônica, pela amizade, cuidado e cumplicidade sempre. Somos uma linda família, meninas, não nos percamos nunca!

À professora Zaira, pela orientação, amizade e disponibilidade. Obrigado por me trazer para mais perto da Psicologia, me mostrar os caminhos e percalços destes, me ensinar tanto com suas experiências, com sua vida, com nossas conversas e partilhas. Obrigado por me guiar por esse caminho. Minha gratidão e admiração!

Ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, aos amigos e amigas do mestrado e também aos professores e professoras. Que

possamos construir juntos uma Psicologia mais humana, ética e comprometida com as realidades que se apresentam.

Aos homens e mulheres que me confiaram suas histórias, compartilharam suas vidas e com isso me fizeram mais gente. A tantos homens e mulheres que conheci e que lutam não somente para que sua identidade de gênero seja reconhecida, mas também para que todas as formas de ser e estar no mundo sejam vistas sem olhos de estranheza.

Por fim, aos que me ensinaram e ensinam com suas vidas, partilhas e palavras a pluralidade e a beleza de ser quem somos, respeitando e compreendendo as particularidades e singularidades que nos tornam únicos. Sou um ser humano muito melhor, graças a vocês. Que possamos transcender enquanto raça humana!

“Agora que eu começara minha história, essa história queria ser concluída. Não podemos escolher onde começar e onde parar. Nossas histórias é que são as contadoras de nós.”

(Chris Cleave)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo investigar, analisar e compreender as representações sociais dos indivíduos trans acerca da constituição de sua identidade de gênero, em interlocução com seus processos educativos formais e informais. Compreende-se indivíduos trans aqueles que se auto identifiquem como tal, a partir da concepção butleriana de que o gênero de uma pessoa não necessariamente decorre do sexo biológico. A pesquisa fundamenta-se nas teorias Histórico-Cultural para a compreensão da constituição da subjetividade e das Representações Sociais para identificar os elementos mediadores presentes nos contextos históricos e culturais da sociedade e dos grupos. Entende-se que é possível articular o caráter psicossocial e cultural das representações sociais e que estas compreendem o sujeito em sua totalidade social e histórica, respondendo satisfatoriamente aos questionamentos acerca da formação da subjetividade, bem como sobre a constituição da identidade de gênero no campo social. O estudo traz ainda construtos de identidade, pautado nos estudos de Ciampa, e gênero, à partir de Judith Butler e Joan Scott, uma vez que a formação identitária perpassa as relações de gênero estabelecidas socialmente e compreendendo as novas configurações que se apresentam, conceitos cristalizados e hostilizadores poderão apresentar novos significados. Metodologicamente o estudo desenvolveu-se em duas etapas: inicialmente, levantamento e análise do estado da arte de teses e dissertações em bancos de dados nacionais e, posteriormente realização de entrevistas com seis pessoas trans, entre homens e mulheres. Mediante análise dos estudos encontrados, identificou-se número reduzido, contudo, crescente de trabalhos dentro da área nos últimos anos, especialmente no campo da Psicologia. Os estudos sobre transexualidade no meio acadêmico, ainda que crescentes, são poucos e começaram a pouco tempo, apontando para a necessidade de mais pesquisas nesta temática. Os dados coletados apontam para as situações de violência vivenciadas nas diversas esferas sociais, apresentando elementos específicos dentro de cada campo. Os processos educativos formais, em cada fase da vida, denotam especificidades tanto na compreensão de cada pessoa em relação ao grupo, bem como na relação do grupo com a pessoa trans, incluindo nestes, a compreensão da transexualidade pelos professores. No âmbito familiar, observamos uma experiência marcada por dois momentos distintos, o primeiro de não compreensão e não aceitação, e um segundo, posteriormente e que acontece de maneira gradativa, onde a pessoa transexual é acolhida e compreendida em seu gênero de identificação. A questão do corpo mostrou-se igualmente importante e, muitas vezes, determinante na constituição identitária de homens e mulheres transexuais. Desde a não aceitação do sexo biológico à readequação do corpo pela hormonização e cirurgias. Ainda neste aspecto, observamos como se dá a compreensão da própria transexualidade pelo indivíduo, bem como o processo de aceitação, marcado por uma identificação com a homossexualidade inicialmente, até chegar a plena compreensão de sua identidade de gênero. Os resultados, ainda que em caráter preliminar, mostram-se uma ferramenta facilitadora na apreensão dos elementos constitutivos e/ou estruturantes das identidades trans, possibilitando a compreensão da maneira como estas se constroem em contextos formais e informais, analisando os aspectos históricos, sociais e culturais por meio de suas práticas discursivas.

Palavras-chave: Representações sociais. Transexualidade. Identidade de gênero. Processos Educativos.

ABSTRACT

This study aimed to investigate, analyze and understand the social representations of trans individuals about the creation of their gender identity in dialogue with their formal and informal educational processes. It is understood trans individuals who self-identify as such from the Judith Butler view that the gender of a person does not necessarily follow from the biological sex. The research is based on the historical-cultural theories for the understanding of the constitution of subjectivity and social representations to identify the mediators elements present in historical and cultural contexts of society and groups. It is understood that it is possible to articulate the psychosocial and cultural character of social representations and that these include the subject in its social and historical whole, responding satisfactorily to questions about the formation of subjectivity, as well as on the giving of gender identity in the social field. The study includes constructs identity, based on studies of Ciampa, and gender, from Judith Butler and Joan Scott, once the identity formation permeates gender relations established socially and understanding the new configurations that exist, crystallized concepts may present new meanings. Methodologically the study developed in two stages: initially, survey and analysis of the state of the art of theses and dissertations in national databases and later interviews with six transgender people, men and women. Upon analysis of the studies found, it identified small number, however, growing jobs in the area in recent years, especially in the field of psychology. Studies on transsexuality in academia, although increasing, are few and started recently, pointing to the need for more research on this topic. The collected data point to the situations of violence experienced in the various social spheres, with specific elements within each field. Formal educational processes at each stage of life, denotes both the specific understanding of each person in relation to the group as well as the group's relationship with the person trans including these, understanding of transsexuality by teachers. Within the family, we observe an experience marked by two distinct phases, the first of not understanding and not acceptance, and a second later and it occurs gradually, where the transsexual person is received and understood in their gender identification. The question of the body was equally important and often decisive in the identity constitution of men and transgender women. Since the rejection of biological sex to readjust the body by the use of hormones and surgeries. Also in this respect, we observe how is the understanding of one's transsexuality by the individual, and the acceptance process, marked by an identification with homosexuality initially, until you get a full understanding of their gender identity. The results, even on a preliminary basis, a facilitating tool in the apprehension of the constituent and / or structuring of trans identities elements show up, enabling the understanding of how these are built in formal and informal contexts, analyzing the historical, social aspects and cultural through their discursive practices.

Keywords: Social representations. Transsexuality. Gender identity. Educational processes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Dados dos participantes da pesquisa.....	62
Figura 2 – Quadro de Descrição dos Eixos	74
Figura 3 – Elementos Discursivos da categoria Família	75
Figura 4 – Elementos Discursivos da categoria Relações Interpessoais	80
Figura 5 – Elementos Discursivos da categoria Trabalho	83
Figura 6 – Elementos Discursivos da categoria Relação entre Pares	86
Figura 7 – Elementos Discursivos da categoria Docentes.....	89
Figura 8 – Elementos Discursivos da categoria Violência e Preconceito	92
Figura 9 – Elementos Discursivos da categoria Violência Institucional	95
Figura 10 – Elementos Discursivos da categoria Identificação/Aceitação.....	98
Figura 11 – Elementos Discursivos da categoria Corpo.....	101
Figura 12 – Elementos Discursivos da categoria Reconhecimento.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Pesquisas acerca da Transexualidade no Brasil por área.	23
--	----

LISTA DE SIGLAS

APA – American Psychological Association

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CFM – Conselho Federal de Medicina

CID – Classificação Internacional de Doenças

CID-10 – Manual de Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, 10ª edição

CNCD/LGBT – Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais

CONEP – Conselho Nacional de Pesquisa

DSM – **Manual** Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis

FtM – Female to Male

HBIGDA – Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIGDA)

LBGT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTTTs – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

MtF – Male to Female

OMS – Organização Mundial de Saúde

RS – Representações Sociais

SOC – Standards of Care (normas de tratamento)

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

WPATH – World Professional Association for Transgender Health

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PESQUISA CIENTÍFICA SOBRE AS IDENTIDADES TRANS NO BRASIL	19
2.1 A última letra do arco-íris da diversidade: o “T” e o discurso científico	19
2.1.1 Construção e Desconstrução da Transexualidade frente o discurso médico/científico ...	20
2.2 A Produção científica sobre a transexualidade no Brasil: de 2003 a 2013.....	21
2.2.1 As temáticas pesquisadas.....	22
2.2.2 A identidade trans: questões de personalidade, identidade e visibilidade.....	24
2.2.3 Igualdade Trans: direitos, lutas e militância.....	25
2.2.4 Saúde e Transexualidade: readequação sexual, prostituição e paradigmas.....	26
2.3 As outras letras do arco-íris da diversidade.....	27
2.3.1 A produção sobre homossexualidade comparativamente à transexualidade.....	27
2.4 Reflexões sobre a necessidade da pesquisa acerca da transexualidade.	29
3 ENTRE O AZUL E O ROSA: O DISPOSITIVO DA TRANSEXUALIDADE	30
3.1 O que é a transexualidade?	30
3.2 A constituição identitária sob a perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica.....	34
3.3 O corpo em um campo discursivo: a transexualidade na história	39
3.4 Transexualidade e a ciência: a patologização da experiência.....	40
3.4.1 A transexualidade e os manuais diagnósticos.....	41
3.5 Depois dos manuais, quem mais legisla sobre a Transexualidade?.	43
3.6 A compulsoriedade Genero/Sexo/Corpo.	46
3.7 Transexualidade e contemporaneidade.....	48
4 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E CAMINHOS DA PESQUISA.....	50
4.1 Objetivos da Pesquisa.....	51
4.1.1 Objetivo Geral	51
4.1.2 Objetivos Específicos	51
4.2 Aspectos teórico-metodológicos	51
4.2.1 Uma Psicologia histórica, social e cultural.....	53
4.2.2 A Teoria das Representações Sociais no contexto da pesquisa.....	56
4.2.3 O diálogo entre a Teoria das Representações Sociais e a Teoria Histórico-cultural	58
4.3 Procedimentos metodológicos	61

4.3.1 Caracterização dos participantes da pesquisa	61
4.3.2 História de vida dos participantes	63
4.3.2.1 André	63
4.3.2.2 Bianca	64
4.3.2.3 Carlos	66
4.3.2.4 Diana	67
4.3.2.5 Eduardo	68
4.3.2.5 Fernanda	68
4.3.3 Instrumentos de coleta de dados e aplicação	69
4.3.4 Organização e análise dos dados	71
5 VOZES DOS SUJEITOS: ACHADOS DA PESQUISA	73
5.1 Achados da pesquisa: categorias de análise por eixo	73
5.2 Eixo 1 – Processos informais de educação	74
5.2.1 Categoria: família	75
5.2.2 Categoria: relações interpessoais	80
5.2.3 Categoria: trabalho	83
5.3 Eixo 2 – Processos formais de educação	85
5.3.1 Categoria: relação entre pares	86
5.3.2 Categoria: docentes	89
5.4 Eixo 3 – Violências vividas	91
5.4.1 Categoria: violência e preconceito	92
5.4.2 Categoria: violência institucional	95
5.5 Eixo 4 – Identidade de gênero trans	97
5.5.1 Categoria: identificação/aceitação	98
5.5.2 Categoria: corpo	101
5.5.3 Categoria: reconhecimento	105
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA	108
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICES	122
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADO	123
ANEXOS	125
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA	126
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	133

1 INTRODUÇÃO

A transexualidade apresenta-se como um tema atual e recorrente em nossa sociedade, especialmente com a visibilidade que ganhou o grupo após um longo período histórico em que ficou abjeta a discussão no campo social, visto seu caráter notadamente patológico até então. Contudo, a ciência contemporânea ainda lança um olhar limitado e, muitas vezes, determinista às identidades trans.

Enquanto o último século trouxe inúmeros avanços científicos, sociais e culturais, permitindo que novas configurações sociais se apresentassem e trouxessem novos paradigmas para o campo social, os dispositivos morais norteadores da sociedade, especialmente aqueles ligados aos dogmas religiosos, herança de nossos antepassados, continuam fortemente presentes. Os grupos que fogem às regras compulsórias do que é visto como normal são exemplos claros disto. Grupos que apesar de alocados à abjeção vem ganhando voz e vez, tendo suas questões defendidas e conquistando direitos. Contudo, alguns grupos que, ainda encontrando-se à margem da sociedade, esquecidos, e até mesmo negligenciados, como é o caso das pessoas transexuais, travestis e transgêneros, que começam a ganhar visibilidade no campo político-social.

Quando falamos da constituição da identidade trans, falamos automaticamente em indivíduos de um determinado gênero que, contudo, identificam-se com o gênero oposto ao atribuído em seu nascimento. Butler (2003) critica piamente a esta regra compulsória e socialmente estabelecida onde o sexo determina o gênero que, por sua vez, determina o desejo, a libido e as relações sociais. Porém, fato de sermos sexuados nos engendra em um tão bem estruturado conjunto de normas sociais e morais que perdura até os dias atuais, fazendo que, com isso, toda e qualquer fuga à regra, automaticamente abarque o campo das anomalias, das aberrações.

Podemos entender, por esse viés, que a constituição do gênero não perpassa exclusivamente o sexo enquanto uma classificação biológica, senão, abarca os construtos sociais, culturais, a classificação pessoal e social de cada indivíduo, a identidade de gênero (que não precisa necessariamente configurar-se igual ao sexo biológico), a performance de gênero, a orientação sexual, a percepção de si mesmo, a apropriação dos pressupostos de identidade e a posição e reposição perante o todo social de um indivíduo. Em outras palavras, a transexualidade, enquanto identidade é construída ao longo da vida, e cada sujeito trans a vivenciará de maneira distinta.

Ainda que, com os inúmeros avanços no campo político/social para a garantia de direitos junto à comunidade LGBTTTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), a forma de apresentar-se das pessoas transexuais gera a exclusão e a chamada transfobia em inúmeras camadas e espaços da sociedade. Engendramos, então, por um processo de compreensão da constituição identitária trans perpassando problemáticas já estabelecidas e cristalizadas na sociedade contemporânea, como o caso da violência e da repudição de todas as configurações que não condizem com as vicissitudes dos padrões moralmente impostos na sociedade ocidental que culmina na exclusão dessa minoria.

Inúmeros pensadores e pesquisadores têm se debruçado sobre a transexualidade de modo a compreendê-la dentro de um contexto histórico, cultural e humano. Pensar a transexualidade sob a perspectiva identitária pressupõe compreendê-la enquanto experiência singular, dotada de especificidades que permitem ao indivíduo trans, criar um mundo de sentidos e significados específicos quanto a sua identidade. Aqui observamos a posição privilegiada da Psicologia, em lançar seu olhar sobre este grupo.

Esta pesquisa nasce a partir da observação do movimento trans dentro do contexto nacional e da movimentação e esforço de distintas categorias profissionais buscando auxiliar e dar subsídios para que homens e mulheres trans possam garantir direitos básicos para sua existência, bem como da inquietação deste pesquisador ao se deparar com o pouco material ainda produzido pela temática dentro do âmbito da Psicologia, especialmente da Psicologia sul-mato-grossense.

Sendo a Psicologia uma ciência comprometida com o princípio ético de dignificar a existência humana em todas as suas possibilidades, podemos contribuir para evidenciar as pessoas transexuais em nosso contexto, não apenas no sentido de despatologizar as identidades trans, mas, sobretudo, de legitimar a transexualidade enquanto experiência identitária com especificidades e tessituras próprias.

À partir dessa compreensão, buscamos analisar o lugar que ocupa a Psicologia, especialmente a Psicologia Social frente a transexualidade na contemporaneidade, e responder quais são os enfrentamentos que as pessoas transexuais, homens e mulheres, desencadeiam ao assumir ou evidenciar a sua identidade de gênero. Buscamos compreender, neste processo, quais são os elementos sociais, históricos e culturais que permeiam seu cotidiano na constituição de sua identidade, além das implicações em seus processos de formação e escolarização.

Para responder a esta problemática, delimitamos, como objetivo geral, analisar as Representações Sociais que constituem a identidade trans em interlocução com seus processos

educativos formais e informais. A fim de alcançar plenamente este objetivo geral, traçamos objetivos específicos que se desdobraram em: a) Identificar sob o ponto de vista dos participantes os elementos constitutivos e/ou estruturantes de sua identidade, bem como de sua autoimagem; b) Levantar por meio das práticas discursivas dos indivíduos trans os aspectos históricos, sociais e culturais específicos que compõem os seus processos educativos; c) Identificar as Representações Sociais (RS) de indivíduos transexuais sobre a escola, a escolarização e formação; e d) Conhecer os enfrentamentos vividos pelos participantes ao assumirem sua identidade de gênero.

De forma a nos dar suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento da pesquisa, valemo-nos da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, Teoria Histórico Cultural de Vygotsky e seus estudiosos, além de Estudos sobre Identidade em Psicologia Social, especificamente sob a perspectiva de Antonio Ciampa e também estudos de Gênero, tendo seus expoentes em Joan Scott e Judith Butler.

Apesar do grande arcabouço teórico utilizado para balizar esta pesquisa, entendemos que estas teorias e estudos complementam-se e dialogam a fim de permitirem, desse modo, compreender a transexualidade sob a perspectiva da Psicologia Social de forma ampla, horizontalizada. Ponderando acerca da identidade trans não enquanto elemento estático, mas sim, em construção.

Os capítulos foram organizados de forma sistemática, de forma a dar subsídio para a pesquisa empírica e subsidiar a discussão e compreensão dos dados coletados em campo. Desse modo, a dissertação foi dividida em cinco partes distintas e complementares.

Antes de iniciarmos a pesquisa em capo, debruçamo-nos sobre o estudo acerca das produções científicas realizadas acerca da transexualidade no Brasil e disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações no período de 2003 a 2013. O capítulo 2 apresenta os resultados desse estudo, que retornou um resultado de 76 produções acadêmicas, sendo 23 de doutorado e 53 de mestrado acerca da temática transexualidade, dentro de todas as áreas do conhecimento. Categorizadas as produções, obtivemos 10 áreas onde, a partir delas, pode observar os nichos temáticos das teses e dissertações até então produzidas: Identidade e Personalidade, Saúde Trans, Modificações corporais, Direitos, Políticas Públicas, a retratação da Transexualidade na Arte, Transexualidade e Educação, Prostituição, questões afetivas e, por fim, terminologia.

A partir da leitura por amostragem das obras de cada área, conseguimos observar que o cerne das pesquisas com pessoas trans caracterizam-se na compreensão de sua subjetividade e constituição identitária, os direitos e políticas específicas e a saúde. Revelaram-

se inúmeras áreas do conhecimento a fim da compreensão da transexualidade e seu universo, buscando desmistificar e corroborar com a pluralidade dos gêneros e lançando um olhar mais humano às pessoas trans. Contudo, ao final do capítulo, trazemos uma discussão acerca da produção científica sobre homossexualidades em detrimento das pesquisas acerca da transexualidade.

O capítulo 3, por sua vez, discute o que é a Transexualidade em nossa cultura atualmente, evidenciando seu caráter tido como patológico sob a perspectiva médico-jurídica e também seus legisladores, bem como discute a compulsoriedade entre sexo, gênero e corpo que é imposta através das tecnologias de gênero que permeiam os sentidos e significados do que é ser homem e do que é ser mulher em nossa sociedade.

No capítulo seguinte, subsidiamos teoricamente a pesquisa e apresentamos os pressupostos teórico-metodológicos, além dos caminhos da pesquisa. É apresentado, desse modo, o escopo teórico sobre o qual incide a compreensão dos fenômenos sociais relativos a transexualidade neste trabalho. Delimitamos brevemente os aspectos teóricos da pesquisa e desenhamos a utilização da Teoria das Representações Sociais no contexto da pesquisa, a compreensão da subjetividade e a constituição do sujeito sob a luz da Psicologia Histórico Cultural, além de dialogar entre as duas e apontar as intersecções e aproximações entre ambas às teorias, que são referendadas dentro do escopo da Psicologia Social.

No capítulo ainda são apresentados os objetivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados. Desse modo, caracterizamos os participantes deste estudo, de forma a apresentar tanto os critérios de inclusão na pesquisa quanto os critérios de exclusão, além de salientar acerca dos documentos e materiais produzidos pela e para a pesquisa, seu manuseio e tempo de arquivamento, bem como da necessidade de assinar um termo de consentimento livre e esclarecido para a participação na pesquisa, cujo modelo encontra-se nos anexos. Com a finalidade de promover uma maior compreensão dos dados obtidos com a pesquisa, aqui são apresentados também o perfil dos participantes e um breve histórico de suas vidas. Cabe ressaltar que os nomes dos participantes, outros nomes citados por eles e nomes de locais que pudessem comprometer sua identidade foram alterados.

Apresentamos ainda os instrumentos elaborados para que pudéssemos coletar os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa que se encontram no apêndice deste trabalho: Um roteiro de entrevista semiestruturado que compreendesse dados importantes acerca da transexualidade e permitisse captar as representações e o teste de associação de palavras, utilizado para apreender outros núcleos representativos para os entrevistados que e que fugissem durante a entrevista semiestruturada.

Por fim, neste capítulo apresentamos a metodologia utilizada para organização e análise dos dados, pautada na perspectiva de Bardin (2011) e compreendendo desde a escuta e transcrição do material até a análise final.

Ressaltamos aqui que a pesquisa foi realizada de acordo com todos os procedimentos éticos definidos pelo Conselho Nacional de Saúde, por meio da Resolução 466 de 2012 e do Conselho Nacional de Pesquisa, além de ser iniciada apenas após recebermos a autorização do Comitê de Ética da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O quinto capítulo apresenta os dados obtidos com a pesquisa e evidencia as vozes dos sujeitos pesquisados. Os resultados foram sistematizados e categorizados em quatro eixos distintos que contemplam: a) os processos informais de educação; b) os processos formais de educação; c) as violências vividas em diversas esferas e; d) os elementos referentes à identidade de gênero como um todo.

No primeiro eixo, processos educativos informais, apresentamos os processos de formação que compreendem as relações na família, relações interpessoais, trabalho e aspectos constituintes e definidores da identidade. O segundo eixo traz os aspectos dos processos formais de educação, desde a educação básica à academia por aqueles que concluíram o terceiro grau. Apresenta as relações com os alunos e amigos, o tratamento oferecido pelas instituições de ensino regular e superior, bem como a relação aluno-professor em todos os estágios de aprendizado. O terceiro eixo apresenta situações de violência experienciadas pelos participantes nos diversos contextos sociais, público e privado. Por fim, o quarto eixo, Identidade de Gênero Trans, contempla o processo de identificação e aceitação do indivíduo transexual bem como sua relação com seu corpo com e sem cirurgias e tratamentos de readequação, bem como o processo de transição como um todo.

Ao final, traçamos um paralelo geral acerca dos dados obtidos e discutimos sobre os objetivos desenhados no início da pesquisa e os resultados alcançados. Por fim, propomos uma breve discussão acerca da transexualidade frente à Psicologia na contemporaneidade e das possibilidades de atuação, pautados nos princípios éticos da profissão e nas normativas já existentes.

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PESQUISA CIENTÍFICA SOBRE AS IDENTIDADES TRANS NO BRASIL

*O aumento do conhecimento é como uma esfera dilatando-se no espaço: quanto maior a nossa compreensão, maior o nosso contato com o desconhecido.
(Blaise Pascal)*

Neste capítulo apresenta-se um panorama das pesquisas acerca da transexualidade nas produções científicas no Brasil. Para tanto, foram analisadas teses e dissertações cujas temáticas abordavam as identidades trans sob os mais variados aspectos, em todas as áreas de conhecimento. Neste exercício excluiu-se a pesquisa de artigos científicos, uma vez o foco principal foi estabelecer o estado do conhecimento das pesquisas científicas no âmbito dos programas de mestrado e doutorado, bem como compreender as áreas e saberes científicos que se debruçavam sobre a temática.

As teses e dissertações encontradas foram sistematizadas em áreas temáticas para uma compreensão mais ampla dos trabalhos desenvolvidos até então. Posteriormente, traçou-se um paralelo acerca do quantitativo de produções científicas acerca da homossexualidade em detrimento da transexualidade e de outras categorias existentes no dito arco-íris da diversidade que engloba também lésbicas e bissexuais.

2.1 A última letra do arco-íris da diversidade: o “T” e o discurso científico

A produção acadêmica acerca de temáticas sociais e culturais no Brasil é ampla e diversificada, apresentando as mais diversas faces e particularidades de cada objeto de estudo e sujeito pesquisados. Contudo, apesar de observarmos documentalmente a presença de pessoas trans ao longo da história da humanidade, o meio científico mundial destinou-se a pesquisar profundamente estes sujeitos somente nos últimos cinquenta anos, enquanto no Brasil, as produções e pesquisas iniciaram-se timidamente à partir de 1997, mesmo ano em que o Conselho Federal de Medicina (CFM) promulgou a Resolução 1.482/97 que autorizava a cirurgia de transgenitalização em caráter experimental (BENTO, 2008).

Para Scott (1998) o conhecimento é adquirido através da visão, que por sua vez, é uma apreensão direta do mundo. Portanto, tornar visível a experiência de um grupo diferente faz com que os mecanismos repressivos da sociedade sejam expostos, ainda que sem explicitar como os mesmos ocorrem. Scott aponta ainda que tornar um movimento visível quebra o

silêncio sobre ele ao mesmo tempo em que abre novas possibilidades deste de alcançar direitos, conquistar espaços e quebrar paradigmas e preconceitos.

Temos, nesse âmbito, um motivo significativo para evidenciarmos o grupo trans em nossa sociedade. As pessoas que compõem esse coletivo encontram-se encerradas na história da humanidade como um grupo invisível em grande parte das culturas, e ainda, na atualidade, estão nessa mesma condição, muitas vezes à margem da sociedade. Trazer à luz este grupo e corroborar para a compreensão e apreensão das tessituras e particularidades de seu universo, ao mesmo tempo em evidencia a realidade contemporânea, seus inúmeros aspectos e grupos, legitima a existência de outras tantas formas de ser e a pluralidade dos gêneros.

Contudo, observamos tanto um início tardio na pesquisa da transexualidade pelo meio acadêmico no Brasil quanto um número ainda pequeno de produtos frente à tamanha diversidade e especificidades. Quais motivos postergaram as pesquisas brasileiras acerca da transexualidade? Até que ponto a pesquisa acadêmica é legitimadora ou desconstrutora de padrões e paradigmas sociais, culturais e de saúde no Brasil? A ciência até aqui produzida seria capaz de desconstruir a “identidade” patológica da transexualidade?

2.1.1 Construção e desconstrução da transexualidade frente o discurso médico/científico

Em um breve resgate dos estudos em Psicologia acerca da transexualidade identificamos que a crítica desta imposição do sexo sobre gênero, como um determinante, ademais de outras áreas do saber, já existe dentro do campo dos saberes psicológicos há pelo menos meio século. Haraway (2004) aponta Robert Stoller, psiquiatra e psicanalista americano, como um dos pioneiros na literatura médica e de gênero tendo apresentado em 1963 o conceito de identidade de gênero numa perspectiva de distinção entre biologia e cultura, atribuindo o sexo à primeira e gênero a segunda. Stoller (1985) postulava uma identidade nuclear de gênero, onde a identidade estaria no interior da pessoa e seria como uma essência que provém da natureza e está encerrada dentro do cérebro ou da mente.

Apesar da grande contribuição de Stoller, a questão de gênero ainda carecia de uma compreensão mais ampla. Scott (1995) e Butler (2002, 2003) avançam nas discussões desta temática, não por um viés psicanalítico, mas das ciências sociais, tentam desconstruir a visão de Stoller avançando nas discussões de gênero. Para estas autoras, sexo e gênero são conceitos distintos, históricos, que por sua vez, são delimitados de acordo tempo e no espaço.

Scott (1995) argumenta que não se pode compreender o corpo fora de uma construção social, ou seja, nenhuma experiência corporal existe fora dos processos históricos e

sociais, atrelados aos sentidos e significados elaborados pelos sujeitos individualmente. Desse modo, entendemos que a constituição das identidades de pessoas em transição perpassa, obrigatoriamente, a construção do gênero com o qual identificam-se de maneira específica, única.

O gênero, segundo Scott (1995), é uma forma primordial de dar significado às relações de poder, assim, trata-se de um primeiro campo no qual ou por meio do qual o poder é articulado. De modo parecido, Butler (2012) assinala para a compulsoriedade da obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo e a necessidade de subverter essa ordem, uma vez que, para ela, o conceito de gênero cabe à legitimação dessa ordem a fim de ser uma inscrição cultural de um sexo determinado, mas deve designar os mecanismos de produção onde os sexos são definidos.

2.2 A produção científica sobre a transexualidade no Brasil: de 2003 a 2013

As produções científicas acerca da transexualidade no Brasil tem aumentado significativamente ao longo dos últimos anos, notadamente, enquanto o governo e as entidades que defendem os transexuais e os próprios indivíduos trans lutam e garantem direitos básicos. Observa-se, porém, que ainda com tal aumento, tal produção mostra-se tímida frente à necessidade de conhecer e discutir este tema.

O banco de dados sobre o qual incide esta pesquisa acerca da Transexualidade na produção científica brasileira limitou-se às teses e dissertações defendidas entre 2003 e 2013 incluídas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) até Janeiro de 2014, contemplando diversas Universidades do Brasil. Portanto, este trabalho refere-se a uma primeira parte de um estudo mais amplo, que deverá incluir também os artigos científicos produzidos no Brasil e uma busca mais detalhada das produções acadêmicas dos programas de pós graduação das maiores universidades brasileiras.

Cabe ressaltar que a busca inicial foi realizada sem filtrar o ano da defesa, sendo pesquisada apenas a temática, de modo a identificar de quando datavam os primeiros trabalhos. Desta maneira, observamos também que anterior a 2003 constavam três publicações referentes a transexualidade, sendo estas de 1995, 1997 e 2001, a primeira da área do direito e as duas posteriores da antropologia. De modo a sistematizar os dados de forma mais satisfatória, estas não foram analisadas pois não encontravam-se dentro das pesquisas nos últimos dez anos, contudo, as ressaltamos aqui por evidenciarem um importante dado acerca da temática, a falta de pesquisas antes de 2002.

O levantamento pautou-se na utilização de um descritor a cada busca, sem ser associado a outros, primando pela busca dos termos que denotem o sujeito desta pesquisa e ampliando a derivações e terminologias próximas¹. A partir daí, procedeu-se a leitura dos resumos dos artigos e selecionou-se os que tratavam da transexualidade humana, independente da grande área em que se alocava. Vale ressaltar que os resultados que retornaram também a transexualidade em animais e plantas. Ao final, foram localizadas 76 obras², das quais 23 correspondem a teses de doutorado e 53 dissertações de mestrado.

Na pesquisa encontramos produções nas áreas de Antropologia, Ciências Sociais, Comunicação Social, Direito, Educação, Enfermagem, Etnologia, História, Letras, Medicina, Psicologia, Saúde Pública, Serviço Social e Sociologia. A maior concentração de produções está no campo da Psicologia, contudo, Direito e Antropologia também apresentam uma quantidade significativa de produções.

Mesmo a pesquisa pautando-se numa busca de trabalhos a partir de 2003, notamos que produção começa a ganhar corpo a partir de 2007 e, a partir de 2008, mantém um ritmo constante no que tange a quantidade de trabalhos produzidos e defendidos. As produções também apontam para outro dado interessante: grande parte da produção concentra-se nas universidades de São Paulo, seguido por Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Contudo, encontramos pouca, porém valiosa produção em Brasília, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Mato Grosso do Sul.

2.2.1 *As temáticas pesquisadas*

Após o levantamento e localização dos trabalhos, foi possível organizar as pesquisas, a partir do tema que abordado por cada uma. Desse modo, chegamos a 10 categorias temáticas, que representam o cerne das pesquisas com transexuais e a transexualidade: Identidade e Personalidade, Saúde Trans, Modificações corporais, Direitos, Políticas Públicas, a retratação da Transexualidade na Arte, Transexualidade e Educação, Prostituição, questões afetivas e, por fim, questões relativas a terminologia.

¹ Os descritores utilizados foram: Transexualismo, Transexualidade, Transexual, Transexual, Transex, Travesti, Travestilidade e Travestismo. Outros descritores utilizados e que devolveram artigos idênticos aos artigos anteriores foram transgênero, trans e gênero trans. As pesquisas retornaram um total de 143 resultados, que foram a base para leitura e seleção dos que seriam utilizados para a pesquisa.

² As referências completas encontram-se ao final, nas referências bibliográficas e em nota de rodapé, neste capítulo, divididas por temáticas nos itens correspondentes.

Tabela 1 – Pesquisas acerca da Transexualidade no Brasil por área

	ÁREA	QUANTIDADE
1	Identidade e Personalidade	18
2	Saúde Trans	11
3	Modificações Corporais	10
4	Direitos	8
5	Políticas Públicas	7
6	Transexualidade na Arte	7
7	Questões Afetivas	7
8	Transexualidade e Educação	5
9	Prostituição	4
10	Terminologia	3

Fonte: O próprio autor.

Foi realizada a leitura na íntegra de uma amostra do total de obras levantadas, respeitando o critério de garantir a leitura de pelo menos uma obra de cada temática e também a proporcionalidade de obras dentro de cada eixo. Tal procedimento, possibilitou uma análise mais elaborada acerca do núcleo central dos estudos em transexualidade e a compreensão dos objetivos dos estudos.

De modo a sistematizar a compreensão das temáticas e das pesquisas desenvolvidas, estas foram agrupadas em 03 (três) eixos mais amplos, de acordo com as temáticas levantadas e a discussão de cada uma delas. Desse modo, foram sistematizados para análise os seguintes eixos: a) A identidade Trans: questões de personalidade, identidade e visibilidade; b) Igualdade Trans: Direitos, lutas e militância; e c) Saúde e Transexualidade: Readequação sexual, prostituição e paradigmas.

Neste movimento, foi possível identificar a transexualidade sob a visão científica. As especificidades e tessituras que a produção acadêmica e científica prioriza em suas pesquisas acerca do indivíduo trans e suas particularidades viabilizou uma compreensão global do olhar social acerca destes sujeitos. A leitura inicial das obras na íntegra foram norteadas pelas seguintes questões: Qual o cerne da pesquisa quanto a Transexualidade? Que aspectos da pesquisa relacionam-se com o conhecimento já produzido? Qual visão da Transexualidade é produzida na obra?

2.2.2 A identidade Trans: questões de personalidade, identidade e visibilidade

A constituição identitária trans perpassa o campo social onde a pessoa está inserida. Neste âmbito, questões como família, religião, religiosidade, violência, cultura, entre outros, são catalizadores para a formação da personalidade e identidade. Somado à isso, a cultura heteronormativa prevalecente em nossa sociedade dita as regras, posturas e costumes que, um indivíduo deve seguir à julgar o seu sexo biológico e consequentemente o gênero atrelado a este sexo.

Todas as pessoas experimentam sua vivência num corpo biológico e são educados à viverem como tal, a partir de condutas, normas, vestimentas, comportamentos e perspectivas socialmente impostas, inclusive (e especialmente) pela família. Pessoas transexuais, contudo, experienciam a não adaptação e consonância entre o seu corpo biológico, o gênero com o qual se identificam e os padrões sociais e culturais impostos aos corpos sexuados. Romper com tais padrões significa, via de regra, romper com todo um universo já construído, permeado de seus valores e reconstruí-lo a partir de suas vivências, experiências e sentimentos.

Os estudos analisados³ viabilizam uma compreensão dessa norma dicotômica estabelecida e imposta socialmente e também a maneira truculenta e angustiante que chega às pessoas trans, uma vez que seu corpo biológico não corresponde ao seu corpo psicológico. Em decorrência disto, muitos acabam suicidando-se, rompendo com suas famílias, expulsos de casa, experimentando formas absurdas de violência, rechaçamento e humilhação. Atualmente cunhou-se o termo transfobia, que designa a aversão à pessoas trans, realidade há muito por eles já experimentada.

Inúmeras vezes, as pessoas trans acabam prostituindo-se, pois, mais uma vez, a sociedade e seus padrões, impossibilita e inviabiliza a contratação e empregabilidade destas pessoas no mercado de trabalho formal. Assim, sujeitam-se a outras tantas violências e abusos que terminam, não poucas vezes, em morte.

O retrato social do trans é, muitas vezes, pintado como alguém indigno, sujo, à margem da sociedade. A literatura, o cinema, a televisão e outras formas de arte tentam, na medida do possível compreender e representar esta parcela da população em seus canais de arte. Contudo, não raras vezes, e especialmente no veículo televisivo, o papel da pessoa trans é

³ Abreu, 2005; Almeida, 2009; Athaide, 2013; Barbosa, 2010; Bomfim, 2009; Cossi, 2010; Davi, 2013; Garcia, 2007; Gomes, 2013; Lattanzio, 2011; Lionço, 2006; Maluf, 2010; Muller, 2011; Patricio, 2008; Pinto, 2008; Saadeh, 2004; Santos, M.F.L.A., 2010; Santos, P. L., 2007; Santos, P.R., 2008; Silveira, 2006; Soares, 2012; Souza, 2012 e Vale, 2005.

cunhado sob um viés cômico, desleixado, espalhafatoso e de forte apelo sexual, desconsiderando a maioria gritante desta população, que é composta de gente comum, que vive e comporta-se como qualquer outra pessoa.

2.2.3 Igualdade Trans: direitos, lutas e militância

Os direitos garantidos para as pessoas trans, perpassam desde o processo de transgenitalização que foi regulado no Brasil há pouco mais de uma década, até o direito ao uso do nome social em escolas e repartições públicas e o registro civil. Contudo, ainda observamos que, na prática, tais direitos enfrentam resistência para que sua aplicabilidade seja integral. A cirurgia de transgenitalização ou redesignação sexual cumpre rigorosos e longos protocolos para que seja executada, como acompanhamento psicoterápico por pelo menos dois anos e laudos de médicos de diversas áreas e exames, sem mencionar a fila de espera para a operação pelo Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS) é longa e demorada, o que faz com que muitas vezes os indivíduos trans recorram a operações fora do país, submetendo-se à inúmeros riscos.

O uso do nome social nos órgãos públicos, sancionado por lei, ainda enfrenta resistência por parte de algumas pessoas dentro destes mesmos órgãos, pois suas crenças arraigadas impedem de fazer valer um direito conquistado pela população trans. Ainda nesse viés, observamos que muitas pessoas trans entram com pedidos na jurisprudência brasileira para utilização do nome social e esbarram, muitas vezes, a julgar o legislador, na negativa de seu pedido visto a não realização da cirurgia de transgenitalização, uma vez que o conceito de ser transexual para a população está intimamente ligado aos que já mudaram seu sexo, um conceito que está fortemente imbuído, visto o atrelamento entre sexo biológico e gênero.

A educação brasileira vem expandindo seu olhar para a população transexual nos últimos anos, apesar de ainda encontrar resistências na comunidade escolar por parte de legisladores nas esferas municipais, estadual ou federal, ou mesmo por parte dos professores e gestores escolares. Neste sentido, verificamos que a educação vem pontuando e viabilizando uma discussão acerca das questões de gênero e especificamente das sexualidades que rompem com o essencialismo estabelecido, aí encontramos a transexualidade.

Observamos nas obras analisadas⁴ professores que transitam pelas fronteiras de sexualidade e gênero lecionando e corroborando para provar que isto em nada interfere no

⁴ Andrade, 2012; Carrijo, 2012; Fernandes, 2008; Gonçalves, 2012; Jeolas, 2009; Junior, A.I.S., 2011; Junior, J.L., 2008; Lima, 2013; Muller, 2011; Nunes, 2012; Paula, 2007; Penna, 2010; Reis, I.M.L, 2008; Reis, R.A,

processo de ensino-aprendizagem. As oposições encontradas são muitas, contudo, os estudos mostram que estes professores e professoras desempenham seu papel com maestria e ainda favorecem a compreensão por parte dos alunos acerca da pluralidade e de como conviver com diferentes identidades de gênero.

2.2.4 Saúde e Transexualidade: readequação sexual, prostituição e paradigmas

Outro aspecto relevante observado nas produções refere-se à questão da saúde dos transexuais. Como explicitado acima, muitos acabam prostituindo-se pois não encontram outra forma de sobrevivência e encontram neste trabalho uma forma de sobrevivência. Assim, acabam expostos à inúmeras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e também à HIV/AIDS.

A prostituição ainda figura como uma preocupação no que tange à violência e assassinato contra as pessoas trans. Por normalmente estarem ruas tornam-se vulneráveis a todo tipo de ataques e violência física ou moral, que, em ambos os casos, causa sérios danos, muitas vezes irreversíveis. Figura neste rol também as casos de violência física e moral sofridas dentro da própria família quando da descoberta destes acerca da sexualidade da pessoa trans.

A questão da readequação genital também aparece como norteador dos trabalhos analisados nesta categoria⁵. Os riscos, problemas e êxitos das cirurgias denotam o risco que envolve o procedimento, ainda que realizado dentro da legalidade. Outro ponto que chama atenção é para as doenças psíquicas que sofrem as pessoas transgenitalizadas, quando não preparadas ou totalmente conscientes do processo e das implicações do mesmo, estes acabam desencadeando uma série de problemas psicológicos.

Cabe ressaltar ainda as modificações corporais realizadas sem o devido acompanhamento médico. Desde a aplicação de silicone até a cirurgia de transgenitalização, muitas vezes as pessoas trans acabam submetendo-se a procedimentos sem o devido aparato médico, o que pode causar inúmeras complicações, deformações permanentes, até mesmo a morte.

2004; Rocha, 2010; Scheibe, 2008; Schirmer, 2010; Silva, A.S, 2006; Silva, T.S, 2012; Tavares, 2003; Xavier, 2013 e Zambrano, 2008.

⁵ Amaral, 2011; Andreazza, 2012; Araújo, 2010; Cassemiro, 2010; Chequer, 2011; Cordeiro, 2012; Cortez, 2011; Costa, 2011; Filho, 2011; Galli, 2013; Lourenço, 2009; Pereira, 2010; Petry, 2011; Santos, 2007; Silva, A.F.S, 2008; Silva, L.M.P, 2007; Verduguez, 2009 e Zambrano, 2003.

2.3 Outras letras do arco-íris da diversidade

Assim como a transexualidade é atualmente classificada, a homossexualidade também figurava até recentemente dentro dos compêndios e manuais de psiquiatria como transtorno, patologia, doença. Sendo inserida em 1975 na Classificação Internacional de Doenças (CID), foi somente em 1985 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) passou a considerar a homossexualidade um desajuste comportamental, tendo seu status de doença revogado, entretanto, apenas em 1995 que deixou de constar no Código Internacional de Doenças, deixando de ser um distúrbio tratado de homossexualismo (termo em que o sufixo *ismo* denota a ideia de doença) e passando a ser considerada uma das possibilidades relacionais englobadas dentro da chamada diversidade sexual, sendo chamada desde então de homossexualidade (MOREIRA FILHO e MADRID, 2009).

Notadamente, ainda que a homossexualidade não figurasse dentro dos compêndios como doença até 1975, era tratada enquanto transtorno, tanto que ainda em 1973 a Associação Americana de Psiquiatria desconsidera-a um transtorno, seguida pela Associação Americana de Psicologia em 1975, uma vez que nestes anos o movimento gay nos Estados Unidos ganhava força e voz.

Data de 1978 que data a primeira pesquisa *strictu sensu* do Brasil apontada pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações acerca da homossexualidade. Sob terminologias como gay e posteriormente homossexualismo, observamos à partir daí que a produção científica começa a lançar seu olhar sobre este fenômeno. Em 1996 observamos no mesmo banco que as dissertações e teses reconfiguram suas terminologias de acordo com o que o saber técnico-científico mundial difundia. Desse modo, em 1996 observamos que o termo homossexualidade passa a ganhar escopo de pesquisa dentro das academias brasileiras.

Cabe ressaltar que encontramos, mesmo em 2015, produções científicas que trazem em seu discurso a terminologia homossexualismo, notadamente referenciada e postulada sobre uma a premissa da patologia e reproduzida pelos discursos sociais heteronormativos, ainda que a terminologia tenha sido substituída pelos órgãos mundiais por homossexualidade ou homoafetividade.

2.3.1 A produção sobre homossexualidade comparativamente à transexualidade

Observamos que a produção acadêmica acerca de toda a comunidade LGBTQs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) demonstra a pluralidade

das experiências de orientação sexual, sexualidade e identidade de gênero em nossa sociedade. Entretanto, é nítido o quantitativo de pesquisas e trabalhos acerca da homossexualidade em contraponto com a transexualidade e outras tantas expressões. Apontar a discrepância nesse quantitativa, assinala e aponta para os caminhos científico/sociais que as pesquisas no Brasil tomaram e apontam para outras perspectivas acadêmico/científicas.

Comparativamente, em uma breve análise quantitativa na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, enquanto o termo “homossexualidade” apresenta 240 (duzentas e quarenta) teses e dissertações, e o termo “gay” ultrapassa 370 (trezentas e setenta) produções, “Transexualidade”, “Travestilidade”, “Transexual” e “Travesti”, somados, totalizam 143 (cento e quarenta e três) resultados, tendo de ser extraído deste número as pesquisas sobre transexualidade em animais e plantas, chegando ao quantitativo de 76 (setenta e seis) pesquisas referentes a Identidade Trans produzidas até então.

É evidente que a homossexualidade deixou de figurar nos compêndios de saúde e psiquiatria há algumas décadas enquanto a transexualidade ainda é tratada enquanto uma disforia, uma inadequação psíquica, pautada na doença. Esse indicador, por si só, justificaria uma ampla produção acerca da homossexualidade, uma vez que, deixando de ser uma doença, a “condição homossexual” carece de explicações lógicas para ser legitimada na sociedade, desse modo, recebe especial atenção pelo meio acadêmica que precisa, então, lidar com uma nova configuração e enfrentar uma nova questão: não sendo a homossexualidade uma doença, o que seria então?

Igual realidade não estendeu-se à Transexualidade, cuja explicação médico-científica pautada na lógica patologizante continua legitimando indivíduos que, por conseguinte, não carecem de outras explicações e olhar mais atento.

Valer-se de um olhar científico mais atento para a Transexualidade poderá refletir em uma compreensão maior pluralidade de expressões de gênero e sexualidade existentes em nossa sociedade, uma vez que, enquanto grupo de identidades abjetas, grande parte da comunidade LGBT como um todo vivencia condições de estranheza e violência únicas, marcada primordialmente por não seguir o padrão binário e heteronormativo socialmente imposto, e sendo a Transexualidade o grupo que quebra não somente as regras da sexualidade, mas da própria corporeidade e performatividade, compreendê-la e naturalizá-la dentro do campo social pode favorecer o reconhecimento de forma mais ampla a diversidade de identidades e maneiras de ser e estar no mundo.

2.4 Reflexões sobre a necessidade da pesquisa acerca da transexualidade

Observamos que a produção acadêmica analisada até aqui, por tratar-se de um estudo ainda parcial, demonstra a pluralidade da experiência transexual em nossa sociedade. Apesar de observar o afinco para a compreensão da constituição de sua identidade, podemos perceber inúmeros outros temas pertinentes e relevantes que estão em destaque nas pesquisas.

A análise e investigação do estado da arte acerca da transexualidade no Brasil nos permite compreender, através de seus dados, que o tema vem ganhando força e estudos significativos ao longo dos últimos anos. Se as primeiras pesquisas baseavam-se em direitos e compreensão acerca dos lócus onde estavam os trans, as pesquisas atuais encargam-se de compreender a constituição identitária, as relações afetivas e familiares além outros temas tidos como mais complexos.

Verificamos, contudo, que algumas áreas de produção de fundamental importância ainda mostram-se tímidas ao que tange suas produções, como o caso da educação em relação a transexualidade, as questões familiares complexas e a prostituição em detrimento aos problemas sociais. Observamos ainda que pontos que contemplam a saúde emocional e as políticas públicas de saúde para as pessoas trans também mostram-se escassos.

Segundo Scott (1995), faz-se necessário desconstruir os vícios do pensamento ocidental relativizando os conceitos de gênero binário e lançando mão de uma nova visão acerca dos símbolos e da linguagem. Scott pontua ainda, que devemos examinar a questão de “gênero concretamente, contextualmente e considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo” (1994, p. 19). Desse modo, poderemos questionar a confiabilidade de termos que até então eram auto evidentes, culminando numa compreensão de como os significados subjetivos e coletivos, como categorias de identidade foram e são construídos.

Compreender a transexualidade e suas particularidades favorece a compreensão de um todo social muito mais amplo. As pesquisas acadêmicas na área favorecem e legitimam este grupo ao passo que transportam sua realidade a uma realidade muito mais próxima da sociedade como um todo. Evidencia estas pessoas e lança um olhar que favorece compreendê-las em seu universo, com suas peculiaridades e características próprias.

Fica evidente que ainda há muitas questões em aberto e tantas outras que carecem ser perguntadas e, conseqüentemente, pesquisadas, mas nesta primeira análise também ficam claros os desdobramentos que conhecimento acadêmico está promovendo e suas implicações para a população transexual.

3 ENTRE O AZUL E O ROSA: O DISPOSITIVO DA TRANSEXUALIDADE

O meu corpo é um jardim, a minha vontade o seu jardineiro.
(William Shakespeare)

Neste capítulo será apresentado o conceito de transexualidade e a posição histórica desta nas culturas e povos ao longo dos séculos até a contemporaneidade. Este tema é abjetado por normas de gênero binárias e heteronormativas vigentes. O capítulo discute ainda a compulsoriedade da consonância existente entre gênero, sexo e corpo que é imposta e a patologização daqueles que não se adequam a norma.

Será tratada ainda a legislação existente sobre o corpo na sociedade atual, especialmente a brasileira e, especificamente, pensada à partir da demanda dos homens e mulheres transexuais. Explicitaremos acerca da norma de gênero vigente que postula a existência de apenas dois sexos possíveis e que estes são definidos a partir do aparelho genital com o qual nascemos, enquanto, sustentados pelas teorias de gênero e teoria queer, poderemos ampliar esta discussão e nos permitirá uma compreensão mais concisa acerca da transexualidade.

3.1 O que é a transexualidade?

Do ponto de vista social os seres humanos dividem-se em: o macho ou fêmea. A classificação de uma pessoa em qualquer uma dessas duas categorias decorre unicamente da observância dos órgãos sexuais que compõe seu corpo. Essa definição será extremamente importante e definidora de uma série de ações e pressupostos que seguirão acompanhando a vida de um indivíduo. Mas e quanto às pessoas que não se enquadram na definição médico/corpórea que lhes foi atribuída?

No âmbito da esfera médica, social e do senso comum, podemos encontrar inúmeras caracterizações e definições da transexualidade, pautadas em aspectos e perspectivas distintas, contudo, sob uma perspectiva de gênero e dos direitos humanos, compreendemos esse termo nos reportando à experiência identitária, histórica, onde a norma de gênero é desconstruída e ressignificada (BENTO, 2008).

Compreendemos, desse modo, que a transexualidade configura-se como o sentimento de uma pessoa de inadequação com o seu sexo biológico e o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento. Apesar de figurar dentro do arcabouço da diversidade sexual, o objeto deste estudo, constitui-se um processo identitário, uma vez que a sexualidade humana é apenas

um dos muitos elementos que compõem o nosso modo de nos apresentarmos à sociedade e de nos reconhecermos. Entende-se que a transexualidade refere-se a uma experiência global.

Em termos de gênero os seres humanos dividem-se em dois grupos: pessoas cisgêneras, ou seja, aquelas que vivem de acordo com a designação do seu gênero, pautados em seu sexo biológico e pessoas não-cisgêneras ou transgêneras, que são aquelas que não se reconhecem no gênero que lhes foi atribuído ao nascimento (JESUS, 2012).

Faz-se necessária aqui uma diferenciação entre categorias muito próximas e que geralmente confundem-se no saber popular: Travestis, Transexuais e Transgêneros. A começar pelo último, o termo “transgênero” ou “trans” apresenta-se, de forma mais generalista, como um conceito que engloba todas as experiências de pessoas que não se identificam com os papéis de gênero impostos nos mais variados graus. Dentro do conceito podemos categorizar as experiências de gênero em dois grupos de distintos: O primeiro enquanto vivência por funcionalidade e o segundo enquanto característica identitária.

No primeiro grupo, encontramos as drag queens, os drag kings, crossdressers e transformistas, experiências que perpassam uma vivência de gênero distinta do sexo biológico, sem, no entanto reivindicar ou sentir-se como sendo pertencente ao sexo oposto, não estando, portanto, em um corpo estranho e por isso categorizado enquanto finalidade. Em vias gerais, referimo-nos como drag queens, drag kings ou transformistas aos atores que vivenciam o papel de gênero oposto ao seu biológico de forma exacerbada, enquanto mecanismo de entretenimento ou espetáculo e não necessariamente como identidade, ainda que possamos encontrar quem a viva (JESUS, 2012).

Já o termo crossdressers refere-se a homens heterossexuais que tem o prazer de vestir-se como mulheres buscando uma satisfação emocional e sexual. Uma característica marcante é que esta vivência acontece normalmente de forma doméstica, contando ou não com o apoio das companheiras (JESUS, 2012).

Uma vez que nosso olhar é especificamente lançado para as experiências trans enquanto caráter identitário neste estudo, cabe assinalar a diferença entre a transexualidade e travestilidade em nossa sociedade. Apesar das inúmeras definições e categorizações, a tênue linha entre ambas pode ser mais bem explicitada pela atual concepção acadêmico/científica do tema e que mesmo assim pode gerar certa confusão em sua compreensão. Sem apontar outras diferenças qualitativas, Stoller (1982) diferencia as travestis de pessoas trans pontuando que as primeiras apresentam uma expressão de gênero condizente ao gênero oposto sem, no entanto, desconsiderar o seu sexo biológico, enquanto transexuais, da mesma forma vivenciam a

expressão de gênero oposto, porém, não se identificando com seu sexo biológico, muitas vezes abominando-o.

Jesus (2012) assinala ainda para a constante utilização do termo travesti em nossa sociedade referenciando toda pessoa que vivencia uma experiência de gênero diferente daquela condizente as expectativas de um sexo biológico de forma estigmatizadora. De forma mais específica, a autora explicita que as travestis vivenciam performances de gênero feminino sem, no entanto reconhecer-se como homem ou mulher, mas assinalando-se como membros de um terceiro sexo possível, entre o masculino e o feminino.

Compreendemos a transexualidade enquanto uma experiência identitária e não simplesmente uma especificidade do campo da diversidade sexual, como politicamente esta acaba sendo designada. Concordando com os estudiosos de gênero, especialmente Scott (1995) e Butler (2012) que o sexo é um construto biológico, enquanto o gênero é cultural, ao mesmo tempo em que compreendemos que tal gênero com o que cada pessoa identifica-se não está relacionado ao seu aparato genital ou mesmo a sua sexualidade.

Desse modo, ponderamos que as performances de gênero referem-se ao modo de agir, pautados na concepção e construto individual da masculinidade e feminilidade, e é neste lócus que se inserem as pessoas trans. Já a orientação sexual refere-se à atração afetivo sexual que sente um indivíduo, diferente de pertencer a um gênero.

Nesse aspecto, temos pessoas que se identificam como heterossexuais (sentem-se atraídas por pessoas do gênero oposto), homossexuais (sentem-se atraídas por pessoas do mesmo gênero, caracterizando-se como relações homoafetivas entre dois homens ou duas mulheres), bissexuais (as que se sentem atraídas por ambos os gêneros) ou mesmo assexuais (que não sentem atração por nenhum dos gêneros, contudo, podendo manter relações afetivas). Uma vez que a transexualidade é uma vivência identitária de gênero, no que tange a atração sexual, uma pessoa trans pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou mesmo assexuada.

Scott (1990) e Butler (2002) postulam a complexidade da diferenciação sexo-gênero, considerando o primeiro como um atributo analítico do ser-humano e o segundo como uma construção histórica e cultural. A questão da corporeidade tem, sob essa visão, três contingentes distintos que se relacionam: o sexo anatômico, a identidade de gênero e a performance de gênero. Neste contexto, a inscrição corporal de um indivíduo não necessita, obrigatoriamente, perpassar o seu sexo biológico.

Bento (2008) aponta ainda para a transexualidade como uma experiência identitária, relacionada ao gênero, ao conflito com as normas socialmente estabelecidas quanto aos padrões de masculino e feminino, e não meramente uma questão de sexualidade, como postula a

medicina e a sociedade. Em outras palavras, a transexualidade não pode ser meramente reduzida ao desejo de adequação do corpo, vai além, perpassa a corporeidade, compreendendo uma construção identitária complexa que abrange também o campo psicológico, político e social.

A identidade de gênero de uma pessoa trans não é determinada mediante o procedimento cirúrgico, mas sim, pela forma como cada um se identifica. Desse modo, uma mulher transexual, ou transmulher, ou ainda Male-to-Female (MtF) é aquela pessoa que reivindica seu reconhecimento legal social como mulher, e um homem transexual, ou transhomem, ou ainda Female-to-Male (FtM) é a pessoa que reivindica seu reconhecimento social e legal como homem (JESUS, 2012).

É comum observarmos no campo social que apenas pessoas que tenham realizado cirurgias de redesignação sexual sejam chamadas de transexuais, uma vez que a sociedade normatiza a heterossexualidade e o padrão binário de gênero – a existência de um masculino e um feminino estritamente delimitado.

As normas de gênero, engendradas em um sistema muito bem elaborado e complexo, faz com que observemos, como normal, um corpo sexuado. Em outras palavras, o corpo já faz parte um vasto campo discursivo antes mesmo de seu nascimento. Neste campo, são delimitadas as cores, posturas, atitudes, masculinidades e feminilidades são construídas a partir de um órgão genital. Cria-se um conjunto de expectativas para um corpo, constroem-se significados para um indivíduo mediante um pênis ou vagina. Delimita-se uma identidade específica antes mesmo de uma pessoa nascer (BENTO, 2008).

Apesar do aspecto simples da compreensão do significado da transexualidade enquanto definição, compreender a mesma no campo social parece ser absolutamente confuso e difícil. As identidades trans são vistas sob a perspectiva da estranheza, da anormalidade, da doença, da perversão e outras tantas. Mas como compreender a posição da transexualidade no panorama atual? Como compreender a transexualidade como identidade?

Butler (2012) pontua que a discussão de identidade de gênero deve alicerçar a discussão acerca da identidade como um todo, uma vez que as pessoas tornam-se inteligíveis a partir do momento em que se reconhecem dentro de um gênero. Em outras palavras, vivemos em um sociedade que preconiza o sexo, gênero e sexualidade como delimitadores e definidores quase primordiais da personalidade, construindo, à partir daí, a identidade de uma forma geral. Desse modo, antes de delimitar os aspectos constitutivos da identidade e de compreender este processo, faz-se necessário compreender as relações de gênero socialmente estabelecidas e as normas compulsórias referente a sexualidade.

3.2 A constituição identitária sob a perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica

De acordo com Ciampa, usando o que ele chama de uma linguagem de dicionário, “identidade é o reconhecimento de que um indivíduo é o próprio de quem se trata; é aquilo que prova ser uma a pessoa determinada e não outra” (1998, p. 137). Em outro aspecto, aponta também que identificar é confundir. O autor aponta, portanto, para identidade enquanto uma articulação entre a diferença e a igualdade, através da diferenciação e aproximação, num movimento dialético.

Contudo, como poderemos compreender a constituição identitária de uma pessoa transexual a partir dessa perspectiva, levando em consideração que o meio social a reconhece de maneira distinta da sua? Como pensar a construção, desconstrução e reconstrução de uma identidade especificamente trans no contexto social, cultural e familiar? Sob quais aspectos podemos compreender a construção da identidade de pessoas que transitam entre os gêneros sem esbarrarmos no determinismo ou nas teorias de uma identidade inata?

Falar de identidade sob a perspectiva de uma Psicologia ancorada em bases materialistas, históricas e dialéticas, pressupõe compreender o ser humano como produtor e produto da história, ao mesmo tempo em que faz a história é afetado por esta, dialeticamente. O ser humano, ao nascer em uma sociedade com uma estrutura já bem organizada, precisa se apropriar do que o campo social apresenta para, posteriormente, desenvolver aptidões novas. Conforme Duarte (1993) esse processo, chamado de apropriação e objetivação, dá-se, portanto, pela apropriação das características sociais e culturais já objetivadas no meio em que vive e, posteriormente, objetiva de maneira individual, internalizando e ponderando acerca das características dadas.

Vygotsky (1984) postulará acerca da relação do social e individual no desenvolvimento do ser humano, não sendo o indivíduo um mero produto do meio no qual está inserido, mas sim, em interação com este meio, internalizando processos interpessoais e transformando-os em processo intrapessoal, ou seja, através de longos eventos uma atividade externa é internalizada, reconstruída, ressignificada e passa a ocorrer internamente.

Concordando com Vygotsky, Lane (1995) aponta que é função da Psicologia dialética é estudar a maneira como uma pessoa vivencia sua realidade objetiva tornando-a subjetiva, lançando olhar, ainda, para a maneira que isso é objetivado em suas ações.

Posto isto e considerando os aspectos histórico-dialéticos é inegável o peso que o meio exerce sobre tais vivências. Vygotsky (1930/1994) chama esse processo como atividade

mediada, visto que o ser humano só o é em relação, aprendendo, internalizando e significando pela mediação do outro.

De modo a explicitar este processo, Vygotsky (1979, 1984), construiu bases para sua Psicologia, ponderando acerca dos processos de desenvolvimento da linguagem, da consciência e do pensamento. Nessa perspectiva essas características tipicamente humanas se constituem através da apropriação dos modos de ação culturalmente elaborados através da interação com o meio. Leontiev (1978) avança nesta discussão e sistematiza a consciência, a atividade e a personalidade como categorias fundamentais do psiquismo humano e que se desenvolvem pela mediação da linguagem e do pensamento, apontando ainda para estas como atributos marcadamente sociais, visto que se dão apenas na relação com o outro e com o meio.

Lane (1995), em suas pesquisas, aponta para a compreensão de Leontiev acerca da personalidade, constituída por características peculiares a cada indivíduo, sendo essas decorrentes das interações sociais que vive continuamente. A autora aponta então para a semelhança do que ela intitula identidade e propõe a substituição do termo personalidade, evitando significados idealistas acerca da palavra.

Destarte, a identidade é marcada por processos de metamorfose e de cristalização das vivências de uma pessoa em decorrência de suas relações sociais vividas (LANE, 1995). Um exemplo claro disso são as diferentes culturas, costumes, crenças e tessituras diversas que observamos em cada país. Ainda que muito próximas as especificidades são delineadoras de características únicas, definidoras de posturas identitárias.

É Ciampa (1998), em sua tese de doutorado, quem postula que identidade é metamorfose. Para o autor, apesar de em um primeiro momento a questão identitária parecer algo isolado e imutável, cada pessoa apropriando-se de suas relações sociais, configura sua identidade pessoal. Sendo as relações cambiáveis e diversas ao longo de nossa vida, consequentemente a identidade também o será. A experiência de mudanças de pensamentos, posturas, paradigmas, significados e significantes ao longo de todo o processo existencial ganhará contornos distintos a julgar as relações que estabelecemos com o social.

Em um primeiro momento, somos aquilo que nos dizem que somos. Interiorizamos o que nos é atribuído, tornando-o nosso. Temos aqui o princípio de uma significativa discussão acerca da identidade de gênero e dos sistemas engendrados e engessados da ideologia de gênero e que discutiremos com mais ênfase adiante.

Lane (2006) nos aponta a existência de uma identidade social, compreendida como o conjunto de papéis que desempenhamos dentro dos contextos sociais no qual estamos inseridos e que atendem a manutenção de nossas relações sociais. Diante disto, a autora

questiona o quanto os papéis que exercemos são papéis naturais e necessários e, neste viés, a importância e problemática da consciência.

Nós tornamo-nos sujeitos sociais. Nascemos sob uma mesma condição, seres da raça humana. O sujeito social deve se tornar sujeito humano posteriormente. A ideia de sociedade é a do grupo que vai subsidiar as bases para que um indivíduo torne-se humano (SIRGADO, 2000).

A Teoria Histórico-Cultural classifica enquanto social aquilo que é natural. Neste sentido, enquanto humanos, não somos naturalmente sociais, uma vez que nossa sociedade é regida por normas e regras que não são naturais da espécie, mas criada para manutenção de cada grupo específico. A entender, vivemos, portanto, em uma sociedade eminentemente cultural e só compreenderemos a sociedade quando compreendermos sua cultura, que é a síntese das relações sociais (SIRGADO, 2000).

Pressupor uma identidade natural, pautada em aspectos biológicos e hereditários, permite tão somente a reprodução das relações sociais e de produção já existentes e que normatizam os padrões sociais estabelecidos. Contudo, questionar nossa história e papéis, lançando olhar sobre a cultura e historicidade das relações, nos permite compreender como os papéis são construídos e mantidos ao longo do tempo mediante reprodução (LANE, 2006).

Aqui retomamos o papel fundamental da consciência, uma vez que, na tomada de consciência de si questionamos os papéis socialmente impostos dentro dos grupos e os mecanismos que os determinam e mantem enquanto relações de dominação e permitimo-nos, desse modo, reconsiderar e alterar nossa identidade social (LANE, 2006).

Identificamo-nos ou não com o que nos é atribuído e nos apropriamos daquilo que nos é cabível, internalizamos adjetivos, adjetivamos experiências e experienciamos o que nos é colocado pelo campo social (CIAMPA, 1998). Exemplo disso é o nome que nos é dado ao nascer: Somos identificados por ele ao longo de toda a vida. Algumas pessoas amarão e outras possivelmente não. O nome é a primeira representação de quem é uma pessoa. No caso de homens e mulheres transexuais, sendo o nome uma representação da identidade, em muitos casos a designação atribuída ao nascimento não representará todo o construto identitário daquela pessoa, motivo pelo qual adota-se um nome social, que represente verdadeiramente sua identidade.

Acerca de problemas com o nome, Ciampa (1998) assinala para a dificuldade de compreensão da temática por parte das pessoas que não vivenciam ou vivenciaram este problema, uma vez que o sentimento prevalecente não é o de que o social esteja errado ou enganado quanto ao seu nome, mas sim, o de que a própria pessoa esteja enganada de si mesma.

Ao longo do tempo a identidade assume outras formas que perpassam o nome, vão ganhando proposições substantivas e predicções. Observamos a identidade se metamorfoseando de acordo com o contexto e época em que vive, uma vez que a atividade, a consciência e a identidade devem ser vistas como uma unidade na formação material de uma pessoa, a materialidade da identidade. Apenas um nome ou dados específicos não delimitam a identidade de uma pessoa, então, a atividade passa a compor o arcabouço da constituição identitária (CIAMPA, 1998).

Ciampa (1998) aponta que a identidade ao longo do tempo adota diferentes formas de predicação, especialmente através dos papéis que irá desenvolvendo ao longo da vida. Contudo, no que tange às pessoas trans, os inúmeros papéis que desempenham e todo o arcabouço que possuem é negado e/ou negligenciado frente a sua identidade de gênero. Observamos assim, que pessoas trans serão sempre subjugadas pela representação de sua identidade: não ser do gênero que se identifica pois, nasceu com o órgão genital em consonância com o do sexo oposto.

Uma identidade é sempre pressuposta. Existem representações da identidade de uma pessoa antes mesmo de conhecê-la. Exemplo claro disso é toda a expectativa acerca de um recém-nascido e de todas as projeções feitas para essa criança, que já pertence a uma família e possui um sobrenome. Contudo, é somente à partir das experiências e personagens que irão compor o universo de determinada pessoa, através das relações inter e intra pessoais que a identidade ganhará corpo. As experiências, atividades, relações e a internalização dessas, constituirão uma pessoa, e no campo social, as pessoas vão se constituindo umas as outras num universo de significados ao mesmo tempo em que constituem o meio (CIAMPA, 1998).

Não obstante, devemos ressaltar que, em tal processo, a internalização dos construtos e pressupostos sociais que nos são atribuídos no decorrer da vida não ocorre de forma passiva, mas sim, em um movimento de transformação e síntese (OLIVEIRA, 1993). Desse modo, a identidade se constitui a partir do mundo exterior. Desde o nascimento somos levados a construir uma identidade social. Nosso nome, por exemplo, se torna uma representação desta identidade e naturalmente interiorizamos todos os predicados que nos são postos ao longo de nossa formação (CIAMPA, 1998).

Desse modo, a identidade pressuposta, não necessariamente determina a identidade de um indivíduo, que precisa internalizar os dados que lhe são conferidos e apropriar-se deles, precisa confirmar as representações que lhe são apresentadas. A identidade que é pressuposta é reafirmada a cada segundo nas relações, re-posta constantemente. Podemos enxergar aqui o que Ciampa (1998) já pontuava como uma complexidade deste processo e que denota ser algo

especialmente problemático quando o social refere-se as identidades trans: Uma vez que as identidades são pressupostas e re-postas, ela passa a ser enxergada como uma identidade dada, estática, e não como um constante processo.

Acerca disto, Ciampa (1998, p. 163) postula:

Daí a expectativa generalizada de que alguém deve agir de acordo com suas predicções e, conseqüentemente, ser tratado como tal. [...] O caráter temporal da identidade fica restrito a um momento originário, quando, de fato, já vimos, nos tornamos nossas predicções.

Neste movimento, uma pessoa apenas representa a identidade – ou as identidades, visto que assumimos inúmeros papéis ao longo de toda a vida – que é pressuposta, posta e repostada constantemente. No caso específico da transexualidade, a identidade precisa ser constantemente reafirmada pelo próprio indivíduo, uma vez que o social sempre re-posta sua identidade pressuposta (normalizando a experiência de gênero apenas quando referida ao sexo biológico condizente) como uma identidade posta, que não deveria ser alterada. A identidade é vista, portanto, como dada, e não como se dando, através de experiências e relações.

É sob esta perspectiva que podemos compreender como se (re) constrói a identidade de pessoas trans quando de seu rompimento com os papéis de gênero impostos pelo sexo biológico, assumindo o papel de gênero ao qual se identifica. A tomada de consciência do seu não pertencimento ao sexo designado pelo aparato genital designado ao nascimento permite romper com estes papéis e assumir novos papéis sociais.

Lane (2006) apontará ainda para a cristalização dos papéis e grupos, mecanismo de manutenção das relações sociais e de produção que visam amenizar ou mesmo anular o que se desvia da norma para que, assim, o social seja preservado. Como mecanismo para essa manutenção, a patologização e a abjetificação de pessoas ou papéis sociais mostra-se extremamente eficaz, pois, ao mesmo tempo em que estabelece limites para o estranho, evidencia o que é tido como normal e correto e dita regras de conduta e postura a serem seguidas.

Nesse viés, podemos compreender como se processa a formação da identidade de indivíduos no campo social sob a perspectiva da normalização de padrões socialmente impostos, em concordância com o sexo, gênero, classe social, raça, bem como dos pressupostos religiosos e culturais. Contudo, a identidade de gênero “trans” sempre apontará para construções sócio-históricas de indivíduos que não se reconhecem nos papéis de gênero social e biologicamente instituídos (BUTLER, 2003). Teremos pessoas que experienciarão uma

vivência sempre dissonante daquilo que é pedido (e muitas vezes imposto) pela sociedade, o que gera angústia, sofrimento e outros tantos sentimentos e angústias.

3.3 O corpo em um campo discursivo: a transexualidade na história

Conforme relatado por Green (1998) a experiência identitária da transexualidade em uma conjuntura ou disposição histórica no mundo, ainda que não sob essa nomenclatura e compreensão atual, já ocupou o status de um terceiro sexo, já foi naturalizada e está registrada desde o século I d.C. como algo recorrente na história de grandes imperadores e reis, como Nero que após matar sua esposa e arrepende-se do fato, mandou que encontrassem um escravo que fosse semelhante a ela e, tendo encontrado um homem, ordenou sua mutilação sexual e casou-se com ele. Ao longo do tempo e com novas configurações sociais surgindo, vemos que o gênero trans foi perdendo aspecto e tornando-se invisível.

Laqueur (2001) assinala que a concepção de dois sexos distintos data do século XVIII substituindo o modelo de monismo sexual, onde existia apenas um sexo, sendo o sexo feminino um subdesenvolvimento do sexo masculino, ou seja, as mulheres eram observadas como homens imperfeitos, uma vez que o genital feminino seria um genital masculino incompleto.

Colaborando com a compreensão do movimento histórico da sexualidade, Foucault (1993) aponta que em meados do século XIX tornou-se importante diferenciar os corpos e consequentemente os comportamentos sexuais a partir dos discursos científicos. Anterior a isso, o corpo não era diferenciado, mas visto como um único corpo que poderia abrigar dois gêneros, concebendo ser possível, então, uma mudança de gênero ao longo da vida. Com o advento dos estudos e pesquisas acerca da diferenciação dos corpos e da sexualidade no século XIX, a transitoriedade de gênero deixa de existir enquanto algo natural, uma vez que cada pessoa tem um sexo dado ao corpo em sua concepção.

A sociedade elegeu o sexo, entendendo este como gênero masculino e feminino, um lugar que dita a verdade sobre as pessoas. Assim, temos instaurada uma sociedade ocidental repousada sobre a heteronormatividade, na qual a dicotomia sexo-gênero dita os padrões socialmente aceitáveis (FOUCAULT, 1993). O sexo para as sociedades contemporâneas, neste sentido, passou a ser entendido como um atributo universal delimitado em órgão masculino (pênis) e feminino (vagina), visto que todas as pessoas anatomicamente devem possuir um sexo, e consequentemente, este órgão genital delimitaria o papel de gênero que uma pessoa deveria exercer o de macho ou fêmea (HERDT, 1996).

Se antes, a sociedade pautava no isomorfismo sua concepção de masculino e feminino, onde o homem teria a força para gerar a vida e a mulher seria apenas o receptáculo para a semente masculina que gera a vida, agora, nesta organização social pautada pela natureza, chamada dimorfismo, nada pode ser feito contra a natureza a não ser render-se. Os corpos, desse modo, na organização social, tornam-se indicadores primeiros de toda uma rede de signos, sentidos e manifestações específicas e predeterminadas à cada órgão genital.

Este jogo de dicotomias binárias, fortemente presente em nossa cultura, aponta para polos que se diferem e se opõe, e são rígidos em seus conceitos, ainda que esta concepção de gênero tão polarizada esconda a pluralidade existente em cada polo (LOURO, 1999).

John Money (1955) aponta o gênero como um conjunto de características sociais que distingue homens e mulheres, diferenciando gênero de sexo e apontando para a não complementaridade de um gênero em perspectiva a um sexo pré-determinado e à partir de seus estudos o conceito gênero ganha visibilidade dentro da comunidade científica, que passa a observar e estudar com mais atenção às construções de gênero possíveis na sociedade.

A novidade que os avanços científicos trouxeram para o campo da transexualidade, além da compreensão de um gênero que não é determinado pelo sexo biológico, foram os procedimentos cirúrgicos e estéticos que permitiram a readequação de um corpo que não se identifica com os órgãos genitais e caracteres secundários relativos ao sexo biológico.

3.4 Transexualidade e a ciência: a patologização da experiência

Historicamente, a medicina e as ciências psi (psiquiatria, psicologia e psicanálise) assumiram o papel de detentoras e pesquisadoras dos conhecimentos científicos específicos à transexualidade apenas no século XX, época em que o trânsito entre os gêneros passa a ser qualificados enquanto doença mental, norteadas por convenções sociais hegemônicas do que é ser homem e do que é ser mulher “de verdade”. Essa posição, onde a transexualidade é posta como doença, permite o centro da sociedade acolher os que estão à margem, construindo verdades que serão postas como absolutas, a fim de permitir uma melhor exclusão dos marginalizados (BENTO, 2008).

Um sistema tão bem engendrado exige que sexualidades desviantes sejam automaticamente patologizadas, ao mesmo tempo em que reafirma a ordem compulsória de que existe uma sexualidade correta. Nesse sentido, as ciências médicas buscam explicações e justificativas que abarquem o diferente, o desviante, e o assinalem enquanto uma anomalia, potencializando o caráter patológico de uma condição identitária, enquanto negligencia ou

reduz a insignificante outros fatores. Quaglia (1980), por exemplo, assinala para uma alteração genética no componente cerebral, combinado a fatores como alteração hormonal e o fator social.

Apesar de conquistas significativas no campo social e político, como direito ao uso do nome social, de ter as cirurgias de readequação, a Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) ainda categorizam a transexualidade dentro da esfera dos transtornos mentais, colocando o gênero dentro de uma categoria diagnóstica. Para a medicina, a disforia de gênero, conforme o termo cunhado por John Money em 1973, é o campo onde se inserem as identidades que não são consonantes com o padrão hegemônico da sociedade.

Em suas pesquisas, Bento e Pelúcio (2012) encontraram nos estudos de Harry Benjamin, na década de 1950, um esforço significativo em diferenciar as pessoas transexuais em relação a homossexualidade, pautando sua teoria no grau de abjeção que um indivíduo teria de suas genitálias, identificando, deste modo, quem seria um “verdadeiro transexual”. De seus estudos e pesquisas publicou em 1966 o livro *O fenômeno transexual*, e nasceu assim a Associação Harry Benjamin que em 1977 passou a se chamar Harry Benjamin International Gender Dysphoria Association (HBIGDA) e posteriormente, World Professional Association for Transgender Health (WPATH). A WPATH é responsável pela publicação do *Standards of Care (SOC)*, documento que postula articular um referencial técnico internacional das “Desordens da Identidade de Gênero”.

Em 1980, a OMS, responsável pela publicação do Código Internacional de Doenças (CID), inclui em seu manual a transexualidade como doença, seguido pela aprovação da nova edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), produzido pela APA, onde inseria a transexualidade no âmbito dos “Transtornos de Identidade de Gênero”, que ao longo de suas edições realiza alterações na descrição e critérios diagnósticos, sem, no entanto, despatologizá-las.

3.4.1 A transexualidade nos manuais diagnósticos

Como vimos, a Transexualidade é patologizada pelo discurso médico/científico e ganha novos conceitos e (in)possibilidades de acordo com o local de onde o saber médico a observa. De acordo com Bento (2008), nos três manuais de referência, a pessoa trans é cerceada por uma série de indicadores que a apontam como transtornada. A autora aponta ainda que a inserção da transexualidade no *roll* das patologias no CID e DSM deu-se à partir da pesquisa

de Leslie Lothstein, em 1983, realizada com dez pessoas transexuais, sem levar em consideração fatores culturais, sociais e econômicos.

Bento (2008) aponta ainda que a transexualidade passa a figurar nos manuais de diagnósticos de psiquiatria enquanto uma patologia justamente à época em que a homossexualidade é despatologizada pela ciência. Cabe observar ainda que a transexualidade não pode ser metrificada por exames clínicos, sendo as normas científicas regidas pelas normas de gênero. Masculinidade e feminilidade em uma pessoa serão subjugadas e contrapostas para dizer quem é “transexual de verdade” e quem não é. Vejamos, a seguir, as especificidades de cada documento legislador acerca da transexualidade.

A SOC (State of Care ou Normas de tratamento) editada pela Harry Benjamim International Gender Dysphoria Association, publicada regularmente, orienta o trabalho dos profissionais do mundo todo frente a transexualidade. O intuito da publicação é de exclusivamente articular o consenso internacional das mais diversas áreas de conhecimento acerca da transexualidade, ao mesmo tempo em que visa criar parâmetros para o atendimento e orientar famílias e instituições acerca do pensamento médico/científico acerca das “Desordens da Identidade de Gênero”, alvo exclusivo das pesquisas e catalogações da Associação.

No documento, com uma visão marcadamente endocrinológica, a transexualidade é vista como “disforia de gênero”, e apesar de estabelecer parâmetros para todo o processo, o pensamento inicial de Harry Benjamim acerca da transexualidade, visto como uma enfermidade que se inicia em alguma parte do corpo e cuja única terapia possível seria a operação de transgenitalização mantém-se intacto ao longo de todas as edições ao longo dos anos (BENTO, 2008).

Definição semelhante ao da SOC é o do CID-10, manual de Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, publicado pela Organização Mundial de Saúde, diferenciando-se apenas pelo nome que atribui a transexualidade: Neste, é referida enquanto “transtorno de identidade sexual – transexualismo”, registrada sob o código F64.0. Cabe ressaltar que a Organização Mundial de Saúde propôs para a próxima edição de seu manual a retirada da categoria transexualismo do rol dos transtornos psiquiátricos e inserir um novo capítulo denominado “Condições Relacionadas a Saúde Sexual”, onde seria denominada como “incongruência de gênero”. Tal categoria seria demarcada pela necessidade de acompanhamentos e procedimentos médicos visando à saúde e bem estar sem ser rotulado enquanto patologia.

O manual, que apresenta características para o diagnóstico de doenças por convenção médica e não apresenta orientações ou tratamentos, apresenta a transexualidade como “o desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto”.

O manual aponta para critério diagnóstico o mal estar quanto ao sexo anatômico, o desejo de tornar o corpo o mais próximo possível ao sexo desejado, o desejo de submeter-se a uma cirurgia, além de vivenciar esta identidade a mais de dois anos e não ser esta o sintoma de outro transtorno mental ou anormalidade cromossômica.

Já o DSM, Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais, editado pela Associação Americana de Psiquiatria, incluiu a transexualidade à partir de sua terceira edição nos “Transtornos de Identidade de Gênero”. O manual, depois de classificar elementos universais para o diagnóstico do transtorno, elenca características específicas por fases da vida.

Como critério diagnóstico, o manual aponta para evidência de forte identificação com o gênero oposto e o desejo de pertencimento a este e também evidências de desconforto com o próprio sexo atribuído. Aponta também que para, o diagnóstico, a pessoa tem que apresentar sofrimento significativo ou prejuízo na esfera social.

A última edição do DSM (2013) apresenta o termo “disforia de gênero” para pessoas transexuais e reduz o tempo de presença dos critérios observados de dois anos – de edições anteriores – para seis meses. A Associação “optou” pela manutenção do diagnóstico em seu manual para garantir a assistência médica de pessoas trans onde a legislação ainda necessite de laudo para o acesso à procedimentos de alteração corporal e hormonização.

3.5 Depois dos manuais, quem mais legisla sobre a transexualidade?

A transexualidade, numa esfera mundial, foi (e continua) submetida aos fundamentos da Medicina em primeira instância, que diagnosticará uma pessoa como sendo “verdadeiramente transexual” e posteriormente do Direito, que decidirá se aquela pessoa pode ou não assumir legalmente o papel de gênero para o qual transita, ficando a cargo destes o julgamento de um fenômeno identitário (LIMA, 2007). Os legisladores de cada país são detentores da compreensão das verdades destes indivíduos, deste modo, em alguns lugares avanços são vistos enquanto, em outros, direitos básicos são negados.

Cada país legisla acerca da transexualidade de acordo com sua realidade e compreensões do fenômeno, o com o Brasil não poderia ser diferente, o país avança timidamente na compreensão das identidades trans e em sua despatologização, especialmente pela clara demarcação da superioridade dos saberes médicos que determinam o normal e o

patológico e também pela política brasileira, onde preceitos religiosos e de moral perpassam noções básicas de direitos humanos.

Temos exemplos pelo mundo de práticas e leis que se mostram eficazes e que respeitam o caráter humano de cada indivíduo sem colocá-lo, para isso, dentro do campo patológico. Na Argentina, por exemplo, temos a mais avançada lei de Identidade de Gênero do mundo, a Lei nº 26.743, sancionada em 09 de Maio de 2012, onde reconhece que toda pessoa tem direito a identidade de gênero, proporcionando a alteração do registro civil sem alteração do número de registro, no que tange a nome e sexo, mediante apresentação de declaração, sem a necessidade de cirurgias de redesignação sexual. Em Portugal, a Lei nº 07 de 2011 regula a cirurgia de transgenitalização e concede ao mesmo tempo a alteração do registro civil. Na Espanha, a Lei nº 03 de 15 de Março de 2007 autoriza a mudança do nome e sexo nos documentos oficiais mediante o diagnóstico médico de Disforia de Gênero. Cabe ressaltar ainda, que além destes citados, existem inúmeros outros casos de Leis e resoluções que favorecem a despatologização e humanização do atendimento e do olhar sobre a transexualidade pelo mundo afora.

No Brasil, a transexualidade ainda é visto sob a perspectiva biomédica, pautada nos manuais diagnósticos internacionais, sendo considerada patologia e tendo um extenso protocolo a ser seguido para que a adequação do corpo de uma pessoa trans possa acontecer.

O Conselho Federal de Medicina – CFM quem legisla sobre os procedimentos médicos necessários para a operação de transgenitalização no país, bem como para os procedimentos de hormonização. Através de sua Resolução nº 1.482, de 10 de Setembro de 1997, o Conselho Federal de Medicina autorizou, no Brasil, as cirurgias de neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários, a título experimental, em pessoas acima de 21 anos e com diagnóstico médico de “transexualismo”.

Além disso, outros critérios observáveis para a realização das cirurgias deveriam ser incluídos: a) Desconforto com o sexo anatômico natural; b) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; c) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; e c) Ausência de *outros* transtornos mentais. Para tal, o CFM instituiu que a seleção dos pacientes para cirurgia deveriam ser realizadas por uma equipe multidisciplinar constituída por médico-psiquiatra, cirurgião, psicólogo e assistente social, de forma a avaliar o cumprimento dos critérios exigidos.

Em 06 de Novembro de 2002, o CFM aprova a Resolução nº 1.652, que autorizou definitivamente as cirurgias de neocolpovulvoplastia no Brasil, contudo, a cirurgia de neofaloplastia continua sendo realizada em caráter experimental e mantêm-se os critérios da Resolução que o precedeu. Com a Resolução nº 1.955 de 12 de Agosto de 2010, o Conselho Federal de Medicina mantém suas decisões anteriores acerca da cirurgia e da equipe, bem como a idade mínima de 21 anos para a cirurgia. O tímido avanço que esta resolução traz é a retirada da terminologia “Ausência de *outros* transtornos mentais” do critério diagnóstico, substituindo-o por “Ausência de transtornos mentais”. Em 22 de Fevereiro de 2013 o Conselho Federal de Medicina lança um Parecer, sob o nº 08/2013, onde dispõe e autoriza a hormonioterapia para adolescentes, a partir dos 16 anos, que seja diagnosticado com Transtorno de Identidade de Gênero.

No que tange ao sistema público de saúde brasileiro, a Portaria nº 1.707, de 18 de Agosto de 2008 instituiu o Processo Transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sucedida pela Portaria nº 2.803, de 19 de Novembro de 2013 que redefine e amplia o Processo Transexualizador. De forma a garantir o tratamento humanizado e que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais e também possam acessar e permanecer em sistemas e instituições de ensino, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT lançou a Resolução nº – 12, em 16 de Janeiro de 2015 que estabelece parâmetros para tal.

No que tange ao atendimento psicológico, vale ressaltar que a Psicologia foi inserida no processo transexualizador pelo saber médico vigente de forma compulsória. É inegável que sua posição não foi questionada pelo próprio saber psi, que até pouco tempo, participava do processo normatizador da transexualidade sem questionar. Contudo, a partir da Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans, lançada em 2013, posiciona-se a favor da despatologização das identidades trans no Brasil, enfatizando o desafio que a Psicologia tem de garantir à população trans o respeito à dignidade e o acesso aos serviços públicos de saúde.

A realidade do legislador brasileiro ainda aponta para uma compreensão da transexualidade ponderada sobre normas de gênero pautadas num padrão dicotômico e heteronormativo. Vieira (2000) assinala que considerar as pessoas trans enquanto cidadãos incompletos equivale a ignorar o seu direito à dignidade humana, assegurada pela constituição federal e acordos internacionais.

3.6 A compulsoriedade gênero/sexo/corpo

Antes de discutir o papel da transexualidade na contemporaneidade é necessário ponderar acerca das performances de gênero na sociedade. Scott (1995) aponta que para compreender a história é necessário compreender as relações de gênero estabelecidas socialmente, entender a origem do desenvolvimento de um determinado fato para compreender a atual situação.

Butler (2012), citando Sarte, postula que todo desejo é sempre definido como um problema. Neste sentido, Bento (2008) diz que o sistema binário masculino-feminino é o catalisador de produção e reprodução de que o gênero reflete o sexo, posicionando a sexualidade de acordo com o corpo em sua disposição natural. Observamos, naturalmente, que indivíduos que não corroborem com o padrão heteronormativo, binário e cisgênero, constituem um grupo socialmente indesejável, uma vez que não representam o que seria tido como normal e, desse modo, não é incomum observarmos homens e mulheres trans adequando seus corpos e posturas aos padrões o máximo possível para que se tornem passáveis no campo social, ou seja, sejam vistas e vistos de acordo com o gênero ao qual se identificam, para não sofrerem rechaço.

Corroborando com Foucault, Butler (2012) aponta que a heterossexualização do desejo delimita e institui os sentidos de feminino e masculino, que são, por sua vez, atributos que definem e exprimem o que é ser homem ou mulher. Delimitando a sexualidade em termos tão específicos, a matriz cultural que os sustenta, exige que identidades cujo gênero não decorra do sexo ou identidades cujas práticas sexuais não decorram nem do gênero e do sexo não possam existir. Tais identidades, para Butler, são oportunidades de expor os limites e objetivos da cultura compulsoriamente binária e heteronormativa, evidenciando, desse modo, a pluralidade da constituição do ser humano.

Ao romper a dicotomia entre sexo e gênero, de maneira radical, podemos pensar no sexo como uma categoria imutável, e conceber, por fim, que um gênero não decorre necessariamente de um corpo sexuado, mas de significados culturais que são assumidos pelo corpo. À partir disso, o gênero se torna um artifício flutuante, não atrelando mais homem a masculino ou mulher a feminino, tornando passível que a construção gênero perpassasse caminhos autônomos (BENTO, 2008).

Butler (2012) assinala que o construto chamado sexo pode ser tão culturalmente construído quanto o gênero, não havendo, aí, uma concepção de sexo imutável, contudo, sendo esta concebida como radicalmente não construída de modo a tornar-se um elemento pré-

discursivo de domínio, capaz de assegurar sua estabilidade e a estrutura binária, determinando a cultura.

Wittig (1997, 2001) assinala a heterossexualidade vai além de uma prática sexual, configurando-se como um regime de poder tornando os corpos sexuados e inteligíveis, delimitando que o masculino só pode existir em corpos de homens e o feminino em corpos de mulheres. Sob essa perspectiva, Bento (2008) pontua ainda que o dimorfismo dos gêneros reduz a vida de um sujeito, criando campos específicos que são delimitados pela diferença sexual.

A concepção de gênero constituída socialmente assume então um caráter político, delimitador de normas e papéis, demarcando não somente o espaço onde um corpo sexuado deve operar, mas também desenhando as posturas e padrões que cada sexo deve seguir (BUTLER, 2012). Observamos então a categoria gênero ser utilizada enquanto mecanismo de poder, dominação, pois, como afirma Saffioti (2004), é um conceito isento de neutralidade, carregando intrínseco em si muito de ideologia.

As normas de gênero, engendradas em um sistema muito bem elaborado e complexo, faz com que observemos, como normal, um corpo sexuado. Em outras palavras, o corpo já faz parte um vasto campo discursivo antes mesmo de seu nascimento. Neste campo, são delimitadas as cores, posturas, atitudes, masculinidades e feminilidades são construídas à partir de um órgão genital. Cria-se um conjunto de expectativas para um corpo, constroem-se significados para um indivíduo mediante um pênis ou vagina. Delimita-se uma identidade específica antes mesmo de uma pessoa nascer (BENTO, 2008).

A heteronormatividade compulsoriamente especifica os papéis e padrões aceitáveis para o campo social. O próprio meio, mediante os papéis já estabelecidos, recrimina ou inibe todo e qualquer comportamento que fuja dos padrões para ele aceitáveis. A subjetividade é sumariamente minada para ser moldada mediante tais padrões, que são repetidos e perpassam as gerações.

Ainda que não fundamentasse nossa análise, vale lembrar Derrida (1974) quando este pontua que, as diferenças nos padrões dos comportamentos hegemônicos da heterossexualidade apenas reforçam e realimentam a heterossexualidade. Desse modo a homossexualidade e os padrões sexuais que se distinguem da heterossexualidade a reafirmam, uma vez que geram o proibido, evidenciam o inaceitável.

Sendo qualquer manifestação de sexualidade que distingue-se da heterossexualidade algo estranho à regra compulsória, a transexualidade, nesta perspectiva, configura-se como o impossível, o inominável, o incompreensível, a materialização daquilo que não podemos compreender, uma vez que somos destinados a uma construção de nosso gênero

e sexualidade de forma unilateral, predeterminada. Assim, as pessoas trans são colocadas a margem, uma vez que são o estranho, o abjeto, não legitimando, portanto, a norma vigente, mas ao contrário, colocando-a em cheque.

Buttler (2012) e Bento (2008) apontam que a regra vigente determina que um corpo reflete um sexo determinado, e tal sexo traz intrínseco em si um gênero específico, que, por sua vez, delimita signos exteriores do que pode ou não ser feito, visto, usado, como deve agir, pensar, comportar-se. Tal regra determina uma expressão verdadeira, e tudo o que não se enquadre neste formato, configura-se como falsa, e recebem um status de anormalidade, aberração, postulando dentro da esfera das patologias, do moralmente inaceitável.

3.7 Transexualidade e contemporaneidade

Apesar de o discurso médico ter patologizado e estigmatizado as pessoas transexuais desde o século XIX, associando o travestismo à uma inversão sexual, a última década foi marcada como uma época de inúmeros avanços político-sociais em face à garantia de direitos quando a vivência plena de sua sexualidade. Tem-se como ilustração desse desenho social, por exemplo, leis sancionadas que garantem o uso do nome social em documentos oficiais, no contexto escolar, nas repartições públicas e também no Sistema Único de Saúde, além das cirurgias de readequação sexual, bem como categorias profissionais que garantem em suas normas de identificação profissional, o nome social em suas identidades, tais como os Conselhos Profissionais da Psicologia e do serviço Social.

Se grandes são os avanços, tão grande ainda é a exclusão, violência e hostilização dos sujeitos trans. Numa sociedade proselitista e moralista como a ocidental, as diferenças ainda não são aceitas em sua totalidade, de forma integral. Desse modo, observar a construção das diferenças faz-se importante, uma vez que se trata de um campo político onde, na instituição das diferenças, estão intrínsecas as relações de poder (LOURO, 1999).

A educação, nesse viés, deve ser entendida como uma prática política, uma prática que pode ser transformada, subvertida, e neste pressuposto, encontramos justificativas suficientes não apenas para observar, mas para interferir nesta realidade (LOURO, 1999). Essa autora ressalta, ainda, que são nos processos educativos onde os sujeitos desenvolvem-se, produzem identidades étnicas, de classe e de gênero. Desse modo, a educação em suas esferas formais e informais está comprometida com a manutenção de uma sociedade que segrega e divide, e o faz isso quer participemos, ou não.

A educação, segundo a LDBEN nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) abrange os processos educativos em uma esfera que vai muito além das instituições escolares (ou formais), compreendendo, também, os espaços sociais como catalizadores dos processos formativos, abrangendo, assim, a vida familiar, o trabalho, os movimentos sociais e culturais. Desse modo, esta identidade de gênero trans, inserida na cultura binária de gênero que temos, implica em novas configurações sociais para os processos de formação e educação dos sujeitos.

Sob a óptica da Psicologia Social, Lane (1986) pontuava que a construção do ser humano se dá não somente pela sociedade que o determina, uma vez, que em um processo dialético, ele também determina a sociedade. Dessa maneira, o ser humano é entendido como agente da mudança, sujeito da história, na qual, enquanto ele transformado é também transformador do meio onde está inserido. Entende-se deste ponto, que as “novas” constituições identitárias que emergem no campo social são moldadas e moldam a sociedade atual. Contudo, faz-se necessário compreender estas novas configurações sociais que se formam.

Ainda que, com os inúmeros avanços no campo político/social para a garantia de direitos junto à comunidade LGBTQTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), a transexualidade, que rompe com os padrões sociais heteronormativos sexistas vigentes, sente a exclusão e a chamada transfobia em inúmeras camadas e espaços, visto que não correspondem a um mínimo do padrão normativo vigente. Engendramos, então, por um processo de compreensão da constituição identitária trans perpassando problemáticas já estabelecidas e cristalizadas na sociedade contemporânea, como o caso da violência e da repudição de todas as configurações que não condizem com as vicissitudes dos padrões moralmente impostos na sociedade ocidental que culmina na exclusão desse grupo.

Segundo Scott (1995), faz-se necessário desconstruir os vícios do pensamento ocidental relativizando os conceitos de gênero binário e lançando mão de uma nova visão acerca dos símbolos e da linguagem. Scott pontua ainda, que devemos examinar a questão de “gênero concretamente, contextualmente e considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo” (1994, p. 19). Desse modo, poderemos questionar a confiabilidade de termos que até então eram autoevidentes, culminando numa compreensão de como os significados subjetivos e coletivos, como categorias de identidade foram e são construídos.

4 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E CAMINHOS DA PESQUISA

*A experiência é uma lanterna dependurada nas costas que apenas ilumina o caminho já percorrido.
(Confúcio)*

Este capítulo tem por objetivo apresentar a metodologia utilizada na pesquisa, balizada pelos pressupostos teóricos apresentados, de modo a formar um escopo teórico sólido para a compreensão dos fenômenos sociais relativos a transexualidade e as representações sociais dos indivíduos trans na constituição de sua identidade. Apresenta também os caminhos percorridos pela pesquisa desde o desenho dos sujeitos participantes e os critérios de inclusão e exclusão, como também o instrumental escolhido para captar as histórias de vida e demais dados, de forma a compreender amplamente como se constitui a identidade de uma pessoa à partir de processos formais e informais de educação.

A utilização da Teoria Histórico-Cultural postulada por Vygotsky e da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici atreladas a um mesmo trabalho não se dá ao acaso. Ambas as teorias inscrevem-se no vasto campo da Psicologia Social e, apesar de distintas entre si, partilham de pontos em comum e de momentos históricos de colaboração, encontro e complementaridade, especialmente na busca pela superação da dicotomia objetividade-subjetividade posta na psicologia científica.

Tanto a teoria de Vygotsky como a de Moscovici, propõe em seu aporte teórico, a noção de que todo indivíduo é influenciado e é também influenciador no contexto social, histórico e cultural no qual nascem e crescem. Os hábitos familiares, as crenças, os costumes e o contexto de vida possibilitam os seres humanos herdarem o que já foi construído e transformarem o que será transmitido.

Ao analisar o breve percurso histórico e as concepções da teoria histórico-cultural e da teoria das representações sociais, é importante ressaltar que, embora estas duas teorias sejam distintas em suas bases teóricas e metodológicas, elas convergem para a construção de uma nova proposta metodológica para a psicologia enquanto um campo que considera o indivíduo como um ser histórico e social, superando o modelo tradicional experimentalista, objetivista e dicotômico de análise dos fenômenos.

Considera-se importante, deste modo, a análise de perspectivas diferentes da mesma realidade social, cindidas dentro de uma metodologia de pesquisa, uma vez que ainda são insuficientes os estudos caracterizados com esta proposta, além da possibilidade de subsidiarmos com maior profundidade e obtermos melhor compreensão um fenômeno social,

que por sua complexidade, a fim de que o conhecimento se complemente em sua amplitude e abordagem.

Neste âmbito, podemos compreender a importância da utilização de ambas as teorias para compreender a constituição da transexualidade enquanto fenômeno identitário onde uma pessoa não se identifica com o gênero atribuído quando de seu nascimento e que é atrelado ao órgão sexual, tendo de vivenciar especificidades e dilemas próprios. Atrelados a uma compreensão que perpassa os estudos de gênero, especialmente a teoria queer, pode compreender os processos sociais que circundam pessoas trans e os enfrentamentos e vivências que constituem uma identidade especificamente trans.

4.1 Objetivos da Pesquisa

4.1.1 Objetivo Geral

Analisar as representações sociais (RS) que constituem a identidade trans em interlocução com seus processos educativos formais e informais.

4.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar sob o ponto de vista dos participantes os elementos constitutivos e/ou estruturantes de sua identidade, bem como de sua auto imagem;
- b) Levantar por meio das práticas discursivas dos indivíduos trans os aspectos históricos, sociais e culturais específicos que compõem os seus processos educativos;
- c) Identificar as RS de indivíduos transexuais sobre a escola, a escolarização e formação;
- d) Conhecer os enfrentamentos vividos pelos participantes ao assumirem sua identidade de gênero.

4.2 Aspectos Teórico-metodológicos

O aporte teórico-metodológico desta pesquisa alicerça-se na Teoria Histórico-cultural, pois compreendemos, a partir do referencial da abordagem Histórico-Cultural da Psicologia proposta por Vygotsky (1984) que compreende que o processo desenvolvimento humano entrelaça as questões históricas, culturais e sociais, além de depender da relação do indivíduo com seu meio. Desse modo, o sujeito ao mesmo tempo em que é transformado pelo

seu meio, também é o agente transformador deste, compreendendo assim a relação dinâmica que caracteriza a perspectiva dialética na formação da psique humana.

De acordo com Luria (1988), Vygotsky postula que é nas relações sociais que o indivíduo estabelece que se encontra as formas superiores de comportamento consciente. No entremeio dessas relações, vão se produzindo os sentidos, valendo-se das condições, das experiências, das posições, das posturas, de forma coletivamente orientada, partindo de certa lógica de produção que já tem múltiplos sentidos fundamentados (SMOLKA, 2004)

Smolka (2004) aponta ainda que existem múltiplas determinações que produzem sentidos também múltiplos. Vygotsky (1934/2001b) classifica o sentido como “uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata” (p.465).

A subjetividade e a formação do indivíduo estão intrínsecas nas inter-relações que este estabelece no contexto histórico-cultural onde está inserido, compreendemos a partir daí, o lugar das representações sociais que permeiam o discurso, o comportamento e as atitudes dos indivíduos, expressas nas ações, falas e contextura de suas vidas, denotadas de significados e sentidos (LOPES, 2009).

Desse modo, a pesquisa pauta-se no estudo das Representações Sociais por compreendê-las, concordando com Jodelet, como “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2012, p. 22).

Ao falarmos da Teoria das Representações Sociais, postulada por Moscovici, faz-se necessário entender as dimensões que envolvem a representação para compreender sua inscrição no social, num movimento dialético, que são, segundo esta teoria, a atitude, a informação (dimensão ou conceito) e o campo de representação ou imagem (MOSCOVICI, 1978). Compreendemos, desta maneira, que a representação social constitui-se como um meio de apreender um objeto exterior, até então estranho e torná-lo familiar.

Vygotsky (1984) afirma que uma metodologia que busca compreender o comportamento humano e as funções psicológicas superiores, deve considerar as complexas relações entre o homem e seu meio. Desse modo, postulou três princípios teórico-metodológicos para analisar as funções psicológicas superiores que servirão como mote norteador na análise das representações sociais: a análise dos processos e não dos objetos, a explicação versus a descrição e, por fim, o problema do comportamento fossilizado.

4.2.1 Uma Psicologia histórica, social e cultural

O representativo texto "O Significado Histórico da Crise na Psicologia: uma investigação metodológica" (Vygotsky, 1999a) constitui-se um importante escrito de Vygotsky sobre os fundamentos da ciência psicológica. O autor aponta aspectos relevantes do seu posicionamento em relação aos problemas filosóficos e epistemológicos que ele considerava importantes para a psicologia no início do século XX.

Vygotsky fazia uma severa crítica à ciência e à filosofia da época pelo seu modelo cartesiano, que fragmentava a ciência psicológica em diferentes correntes teórico-práticas. Para o autor (VYGOTSKI, 1999a), a psicologia havia sido dividida entre uma tendência dita científico-natural materialista (constituída entre outras correntes pelo behaviorismo e a reflexologia), e uma outra perspectiva espiritualista (a psicologia descritiva de Dilthey e a psicanálise, que acreditava na irredutibilidade do fenômeno psíquico). É importante observar que uma corrente não considerava o psíquico, o mundo interno ou o subjetivo (de natureza não-material) buscando ter maior objetividade e neutralidade em suas produções, contudo, a outra perspectiva valorizava o mundo interno, os processos do inconsciente, a subjetividade e outros fenômenos psíquicos, que não era submetidos a alguma espécie de mensuração ou de controle.

O trabalho representou a construção de um novo paradigma psicológico, que caracterizada pela integração de algumas das contribuições da Psicologia da época (e de outras disciplinas como a Linguística, a Antropologia, a Neurologia, entre outros) com os grandes princípios do materialismo dialético, particularmente no referente ao método, ao conceito de atividade e à origem social das funções psicológicas. (SIRGADO, 1990)

Do ponto de vista teórico, as ciências psicológicas estavam divididas entre três correntes principais: a introspeccionista, abordada pelos trabalhos de W. Wundt (1832-1928), que se propôs a descrição dos fenômenos de consciência analisando os seus elementos constituintes; a gestaltista, elaborada a partir dos trabalhos de M. Wertheimer (1880-1943), K. Koffka (1871-1946) e W. Kohler (1887-1946), que opunha ao elementarismo introspeccionista uma análise holística dos fenômenos psíquicos; e a funcionalista que, a partir dos trabalhos de J. Dewey (1859-1952) e de J. R. Angell (1889-1949), contrapunha também ao elementarismo introspeccionista uma análise das funções da atividade consciente.

O manifesto de Watson (1913), na perspectiva funcionalista, inaugurava nos EUA a chamada revolução behaviorista, a qual constituía um retorno ao elementarismo do modelo S-R, negando do campo da análise científica os fenômenos da consciência, e os processos mentais considerados subjetivos, bem como os processos neurofisiológicos, objeto das

pesquisas da reflexologia pavloviana na qual Watson se inspirou em seus trabalhos. Nesta época, S. Freud (1856-1939) já havia estabelecido as bases do movimento psicanalítico na Europa e na América. (SIRGADO, 1990).

A perspectiva sociointeracionista de Vygotsky considera que organismo e ambiente se constituem mutuamente, por meio de interações recíprocas. A constituição do ser humano somente ocorre por meio de uma relação dialética, ou seja, quando ele se apropria da cultura, dentro de um processo de subjetivação e objetivação. Neste sentido, a constituição do sujeito vai depender não apenas do seu desenvolvimento fisiológico, mas principalmente da relação entre o indivíduo e a sociedade e suas instituições. Por meio destas interações o indivíduo participa ativamente transformando e construindo o ambiente que o cerca, bem como a si mesmo. (VYGOTSKY, 1991).

Na época em que aparecem seus primeiros estudos, Vygotsky defendia a dialética como forma de compreender o desenvolvimento humano e suas relações, contrapondo-se, principalmente, as formas de investigação das funções psicológicas superiores por meio dos métodos experimentais. O autor sustentou sua teoria e método na base materialista histórico-dialética. Vygotsky (1984) afirma que:

A abordagem dialética, admitindo a influência da natureza sobre o homem, afirma que o homem, por sua vez age sobre a natureza e cria, através de mudanças provocadas por ele na natureza, novas condições naturais para sua existência. [...] Todos os métodos do tipo estímulo-resposta partilham da inadequabilidade que Engels atribui à abordagem naturalística da história. Nota-se em ambos que a relação entre comportamento e natureza é unidirecionalmente reativa. Entretanto, eu e meus colaboradores acreditamos que o comportamento humano tem aquela “reação transformadora sobre a natureza” que Engels atribuiu aos instrumentos. (VYGOTSKY, 1984, p. 70)

Na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica a concepção de sujeito fora ampliada, superando a dicotomia razão-realidade, sujeito-objeto presentes na modernidade, pois concebe a ação historicamente construída do sujeito transformando o objeto e o próprio o sujeito.

Vygotsky (1984) apontava que uma nova maneira de abordar um problema científico culmina na criação inevitável de um novo método. Deste modo, observamos que em sua teoria, o pressuposto central do método é que os fenômenos psíquicos são considerados e estudados como processos em mudança, e não como objetos, uma vez que, processos complexos como o comportamento humano não poderiam ser redutíveis a processos mais elementares.

Apoiado nas leis da dialética, Vygotsky (1991) estabelece três princípios que formam a base para análise das funções psicológicas superiores. O primeiro visa a análise dos processos em detrimento dos objetos, ponderando-o não mais como estático ou fixo, e compreendendo que a análise deste implica em mudanças e requer a exposição dinâmica dos pontos constitutivos da história do processo. (VYGOTSKY, 1991).

O segundo princípio aponta para a explicação além da descrição. Para a Psicologia tradicional da época, a análise consistia em uma descrição sem uma explicação e Vygotsky postula que a mera descrição não revela as relações internas constitutivas e sua ligação aos estímulos externos com base nas funções psicológicas superiores faz-se necessário, sobretudo, explicar o fenômeno. (VYGOTSKY, 1991).

O terceiro princípio fala do problema do comportamento fossilizado. Para a teoria, processos que passaram por um longo período de desenvolvimento histórico tornam-se fossilizados, ou seja, automatizados, mecanizados, e perdem-se em sua origem. Vygotsky assinala que para compreender esse comportamento é preciso estudar e analisar a sua origem (VYGOTSKY, 1991).

Vygotsky (1991) estabelece ainda a importante relação da dialética com o desenvolvimento das funções psicológicas superiores do homem (como a atenção, memória, imaginação, pensamento e linguagem), entendendo que estas são de ordem social, parte da relação entre as pessoas, são interiorizadas pelo homem (VYGOTSKY, 1991). A origem das funções psicológicas superiores está introduzida nas relações entre os indivíduos, tendo intrínseca em si uma origem histórica e sociocultural (MOLON, 2009).

Sob esta perspectiva, de acordo com Pino (1991), a teoria aponta que a especificidade das funções psicológicas superiores são mediadas, e neste processo, vale-se de signos mediadores. A linguagem é o principal mediador na formação e no desenvolvimento das funções psicológicas superiores, pois se constitui em um sistema simbólico que organiza os signos em estruturas complexas, possibilitando dar nomes a objetos, destacar suas qualidades, criar sentidos e significados (LUCCI, 2006).

Vygotsky coloca sua teoria a serviço da análise da ação dos signos na atividade do homem e toma o significado das palavras como sua unidade de análise, partindo do pressuposto que a palavra constitui o microcosmo da consciência, o que favorece a explicação da função mediadora da linguagem e ainda corrobora para a compreensão da natureza das funções psicológicas e sua origem social (SIRGADO, 1990).

De acordo com Luria (1988), Vygotsky postula que é nas relações sociais que o indivíduo estabelece as formas superiores de comportamento consciente. No entremeio dessas

relações, vão se produzindo os sentidos, valendo-se das condições, das experiências, das posições, das posturas, de forma coletivamente orientada, partindo de uma certa lógica de produção que já tem múltiplos sentidos fundamentados (SMOLKA, 2004).

Smolka (2004) aponta ainda que existem múltiplas determinações que produzem sentidos também múltiplos. Vygotsky (1934/2001b, p.465) classifica o sentido como:

[...] uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata.

Vygotski ao abordar os sentidos e significados, evidencia a dialética da constituição da consciência, a integração entre afetivo e cognitivo, o caráter social, histórico e único do sujeito.

Para o autor, significado é uma construção social, convencional e caracterizada por sua estabilidade. O ser humano ao nascer, encontra um sistema já estabelecido de significações, produzido historicamente. Contudo, o sentido é o conjunto dos eventos psicológicos que a palavra desperta na consciência. O sentido se constitui, portanto, a partir do confronto entre as significações sociais vigentes e a história pessoal. Desta forma o sentido apresenta-se como conceito mais amplo e complexo em comparação ao significado, uma vez que este último constitui apenas umas das zonas de sentido, a mais estável e precisa.

4.2.2 A Teoria das Representações Sociais no contexto da pesquisa

Para Moscovici (1978), a formação de uma representação envolve o aspecto cognitivo, que implica no sistema de valores, de noções e práticas que orientam as interações do indivíduo com seu meio material e social, bem como a comunidade onde o indivíduo está inserido que reflete as trocas, a história individual e coletiva e a forma que utiliza o conjunto das representações sociais que legitima para classificar, claramente, as partes de seu mundo.

Considerando ser um saber que organiza um modo de vida e que permite a um determinado grupo social compreender o mundo que o cerca e resolver os problemas que nele identifica, Moscovici (1978, p. 78) conclui que:

[...] a representação social é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam os poderes de sua imaginação.

Moscovici encontra seus fundamentos em Piaget, Levy-Bruhl, Freud, e Durkheim. O diálogo com Lévy-Bruhl considerando sua concepção monista na antropologia permitiu ao texto de Moscovici abordar simultaneamente os elementos psicológicos e sociológicos do acontecimento social. Em Piaget, o texto de Moscovici adotou uma perspectiva construtivista na proposição do conceito de representação social pela determinação que conferiu ao compartilhamento como processo. (CASTRO, 2011, apud ALMEIDA et.al, p.7).

Os argumentos de Moscovici revelam que a difusão do conhecimento científico poderia melhorar o conhecimento ou o pensamento comum, em contradição a perspectiva de que o pensamento científico pudesse erradicar o pensamento comum, bem como a ideia do iluminismo, defendendo que “o conhecimento e o pensamento científico dispersam a ignorância, os preconceitos ou os erros do conhecimento não científicos, através da comunicação e da educação” (MOSCOVICI, 2003, p.310).

O saber do senso comum é concebido como um objeto de estudo tão legítimo quanto o conhecimento científico, por sua importância na vida social, por revelarem evidências acerca dos processos cognitivos e as interações sociais. Jodelet (1989, apud ANADON E MACHADO, 2011) afirma que o conhecimento do sentido comum é uma forma de interpretar, de conceituar a realidade do cotidiano, que regem as nossas relações com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais.

Anadon e Machado (2011) define a representação social como a construção de um pensamento social a partir de um saber ordinário (de senso comum) elaborado por e dentro das interações sociais, constituído por elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, entre outros, partilhadas por um grupo sociais no que concerne a diferentes objetos (pessoas, acontecimentos, categorias, objetos do mundo etc.) dando lugar a uma visão comum das coisas.

Toda representação não é elaborada a partir de um reflexo do mundo externo na mente, também não é constituída somente pela atividade individual do psiquismo, ela emerge da relação entre o sujeito e o objeto representado. A atividade psíquica. Segundo Jovchelovitch (1995, p. 78), “é através da atividade do sujeito e de sua relação com outros que as representações têm origem, permitindo uma mediação entre o sujeito e o mundo que ele ao mesmo tempo descobre e constrói”.

Moscovici delineou uma configuração estrutural das representações sociais, enquanto processo que passa de um objeto do universo científico para o conhecimento do sendo comum, por duas fases que são fundamentais na sua produção: objetivação e ancoragem. (MOSCOVICI, 1978).

A objetivação consiste em tornar concretos os conceitos abstratos, isto é, transformar um conteúdo esquematizado em uma integração dos elementos da ciência em uma realidade tida como do senso comum. Os elementos figurativos se modificam em elementos evidentes e simples. Esta realidade orientará as percepções, juízos e condutas, a partir de uma realidade que é construída socialmente (ANADON E MACHADO, 2011).

Conforme Moscovici (2010), a ancoragem consiste em incorporar os elementos que são estranhos e não familiar nas categorias que são próprias dos indivíduos. Este processo permite introduzir algo desconhecido ao que já foi apropriado pelo indivíduo, para poder interpretá-la e orientar seu comportamento e suas relações sociais. Sobre esses dois processos Moscovici (2010) afirma que:

Esses mecanismos transformam o não familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; depois reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar, e consequentemente, controlar. (MOSCOVICI, 2010, p. 61)

4.2.3 O diálogo entre a teoria das representações sociais e a Teoria Histórico-Cultural

A perspectiva histórico-cultural defende que, no decorrer de seu desenvolvimento como gênero, a humanidade também elaborou vários significados e sentidos dos conceitos que passaram a configurar sua natureza também cultural. Neste aspecto, Vygotsky e seus colaboradores apontam que contemporaneamente a humanidade utilizou-se de duas categorias de conceitos que estão presentes nas relações sociais. Uma primeira categoria formada pelos conceitos cotidianos e uma segunda, essencialmente complexa denominada científica. Por cotidianos, Vygotsky compreende os conceitos (generalizações ou significados atribuídos às palavras) que se desenvolvem de forma não sistemática, ou seja, de modo espontâneo, no decorrer do desenvolvimento infantil. Por científicos, Vygotsky refere-se aos conceitos que surgem e se desenvolvem em contextos sistematizados de instrução, geralmente presente nas instituições e que dizem respeito a um nível superior de generalizações (Vygotsky, 1993).

Os estudos de Vygotsky (1993) e seus colaboradores levaram a concluir que a apropriação de conhecimentos reflete nos pensamentos e atividades espontâneas e que consequentemente elevam os níveis dos tipos de pensamento científico, evidenciando a importância da instrução na evolução da criança em idade escolar e, influenciando o seu comportamento. Esta forma de concepção teve suas origens no Marxismo que entendia o

pensamento do cotidiano como inferior e alienado, buscando criar separações que diferenciasssem os saberes (CASTRO, 2011).

Spink (1995) define as representações sociais como formas de conhecimento prático, inserem-se mais especificamente entre as perspectivas que estudam o conhecimento do senso comum. Tal privilégio já pressupõe a ruptura com as vertentes clássicas das teorias do conhecimento, uma vez que estas abordam o conhecimento como saber formalizado, caracterizados por conjuntos de enunciados que definem normas de verificação e coerência.

A perspectiva histórico-cultural, por sua vez considera que é por meio das relações sociais que o indivíduo estabelece as formas superiores de comportamento consciente. Vygotsky buscou na base materialista histórico-dialética os fundamentos que deram sustentação a sua teoria e método. Sua teoria propôs explicar que o desenvolvimento humano não é determinado apenas pelo social, tendo o sujeito influencia ativa sobre o meio em que vive e emitindo respostas reflexas ao que natureza oferece como estímulo.

Vygotsky pontua que “a abordagem dialética, admitindo a influência da natureza sobre o homem, afirma que o homem, por sua vez age sobre a natureza e cria, através de mudanças provocadas por ele na natureza, novas condições naturais para sua existência.” (1984, p.70).

As teorias de Vygotsky e Moscovici apresentam aproximações que compreendem importantes conceitos. Para Vygotsky (2008) a linguagem é mediadora do comportamento e da construção do conhecimento, trazendo intrínseco o seu significado. Do mesmo modo, nas Representações Sociais, por meio da linguagem, identificam-se os significados ao mesmo tempo em que estes são transmitidos no senso comum. Podemos pensar as Representações Sociais, neste caso, como instrumento de mediação, pois, como postula Moscovici (1978), as representações têm por função elaborar comportamentos e comunicação entre pessoas. Em ambas as teorias, observamos a importância da linguagem e da comunicação para o desenvolvimento cognitivo (VALENÇUELA, 2012).

Para Banchs (2002), tanto a Teoria Histórico-cultural quanto a Teoria das Representações Sociais partem de uma premissa dialética, uma vez que em ambas os fenômenos sociais não são estáticos, mas sim, fenômenos em processo de mudança. Davis, Aguiar e Alves-Mazzotti (2010) pontuam que, respeitadas as diferenças entre as teorias, ambas rejeitam o modo científico positivista, que concebe o homem e a realidade humana de maneira fragmentada. Neste ponto, cabe ressaltar que ambas as teorias convergem para a superação da linearidade a partir das determinações constitutivas dos fenômenos humanos através do processo dialético, onde o social produz significados que são incorporados e processados pelo indivíduo que, por

sua vez, se relaciona com a realidade, configura novos sentidos e retorna para a objetividade sensorial de onde está inserido (LANE, 1989).

Para Banchs (2002) o materialismo dialético se orientou mais a demonstrar o caráter social do psíquico do que a demonstrar a humanização dos fenômenos sociais. O processo de humanização, segundo a teoria histórico-cultural, cuja origem epistemológica está no materialismo dialético, a partir das obras de Marx, considera que o humano se constitui como resultado da inter-relação entre o aspecto individual, no sentido biológico, e social, no sentido cultural.

Para a perspectiva histórico-cultural, o indivíduo ao se apropriar da cultura e de tudo o que a espécie humana desenvolveu, como seus utensílios e instrumentos, ele está fixado nas formas de expressão cultural da sociedade – o homem se torna humano. A partir deste contexto, assume-se uma concepção do ser humano em seu processo de desenvolvimento, que está intrínseco ao movimento histórico da humanidade e a sua produção, tanto nas dimensões filogenéticas como ontogenética.

Contudo, o autor González Rey (2003) no livro “Sujeito e Subjetividade” traz uma definição do conceito de subjetividade social que implica em uma tentativa para lidar com o desafio teórico de explicar a forma como os processos subjetivos sociais e individuais se produzem e se articulam. No conceito apresentado o autor não apenas demonstra o caráter social do psiquismo, mas enfatiza a humanização dos fenômenos sociais. Para o autor a subjetividade social é definida como “o sistema integral de configurações subjetivas [...] que se articulam nos distintos níveis da vida social, implicando-se de forma diferenciada nas distintas instituições, grupos e formações de uma sociedade concreta” (GONZÁLEZ REY, 2002).

Neste contexto Gonzalez Rey redimensiona a relação entre o indivíduo e o social baseado numa perspectiva teórica distinta, na qual o individual e o social não constituem instâncias separadas e incomunicáveis, mas, pelo contrário, se constituem reciprocamente e a subjetividade individual não fica restrita a uma dimensão intrapsíquica, ela é considerada no processo dos sistemas sociais inerentes ao indivíduo.

Neste aspecto esta concepção do sujeito inserido nas suas relações e que se constitui por meio destas, levando em consideração o pensamento social em sua dinâmica e diversidade, concorda com os elementos que constitui a teoria das Representações Sociais, pois se inscreve em um conceito dinâmico e explicativo, tanto da realidade social, como física e cultural, possui uma dimensão histórica e transformadora que têm um caráter ativo e particular do sujeito que responde de forma ativa ao que acontece ao seu redor, em decorrência de sua trajetória histórica e pessoal.

4.3 Procedimentos Metodológicos

4.3.1 Caracterização dos participantes da pesquisa

Scott (1990) e Butler (2002) postulam a complexidade da diferenciação sexo-gênero, considerando o primeiro como um atributo analítico do ser-humano e o segundo como uma construção histórica e cultural. A questão da corporeidade tem, sob essa visão, três contingentes distintos que se relacionam: o sexo anatômico, a identidade de gênero e a performance de gênero. Neste contexto, a inscrição corporal de um indivíduo não necessita, obrigatoriamente, perpassar o seu sexo biológico.

Para Butler (2003), as identidades queer brincam com a lei de que o sexo decorre de um gênero. Desde modo, a autora cria o conceito de performatividade, fundamentada em construtos filosóficos, explicitando que o gênero é uma performance, entendida como uma identidade que é mantida pela reiteração e repetição das normas de gênero, sendo “a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação” (BUTLER, 2003, p. 200), que se cristaliza e se mostra substancial em um indivíduo. Performatividade, portanto, fala dos atos, práticas e discursos que se reiteram e, pela repetição, constroem novas realidades passíveis de compreensão.

A partir desta perspectiva, a pesquisa foi desenvolvida junto a indivíduos que se autoidentifiquem como trans, tendo como orientação a concepção butleriana das sexualidades desviantes, onde gênero de uma pessoa não necessariamente decorra do sexo e onde as práticas do desejo não decorram nem do sexo nem do gênero (BUTLER, 2010). Deste modo, a compreensão de trans não se pautou na semântica da palavra, abrangendo, deste modo, transexuais, travestis ou transgêneros. Abarcamos então o sentido do que é ser um indivíduo trans, que vivencia ou vivenciou sua identidade na transitoriedade dos gêneros, e não meramente num significado estrito da palavra, pois entendemos, corroborando com Vygotsky (1996), que uma palavra adquire sentido no contexto em que surge, e tratando-se de uma outra perspectiva, um outro contexto, certamente seu sentido será diferente.

Os indivíduos para a realização da pesquisa foram auferidos via contato com pessoas trans à partir de conhecimento prévio ou por indicação e/ou ainda por demanda espontânea, sendo escolhidos de forma aleatória e tendo como critério de inclusão, aqueles que se autoidentifiquem como trans, independente do sexo para o qual transitem (de masculino para o feminino ou feminino para o masculino), com idade igual ou maior que 18 anos e que

aceitaram participar do estudo concordando com o Termo de Consentimento Livre (TCLE) e Esclarecido.

Conseguimos, deste modo, incluir na pesquisa, homens e mulheres transexuais, o que favoreceu uma compreensão maior das realidades e enfrentamentos deste grupo, bem como contrapor a realidade de pessoas que transitam do gênero masculino para o feminino, ou do gênero feminino para o masculino. O critério para exclusão da pesquisa são pessoas cisgêneras, independentemente da idade, bem como pessoas trans com menos que 18 anos de idade ou que não concordassem em assinar o TCLE. Aos participantes foi garantido o desligamento da pesquisa a qualquer momento que assim desejassem.

Desse modo, obtivemos o seguinte perfil de participantes:

Figura 1 – Dados dos participantes da pesquisa

Nome	André	Bianca	Carlos	Diana	Eduardo	Fernanda
Idade	30	34	22	27	21	31
Situação Trans	FtM	MtF	FtM	MtF	FtM	MtF
Profissão	Desempregado	Cabelereira	Auxiliar Administ.	Garota da Programa	Desempregado	Cabelereira
Escolaridade	Superior Completo	Superior Completo	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Incompleto	Superior Cursando	Ensino Médio Completo
Curso	Publicidade e Propaganda	Direito	-	-	Administração	-
Estado Civil	Casado	Solteira	Solteiro	Solteira	Casado	Solteira
Renda Mensal	R\$ 3.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 5.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.000,00

Fonte: O próprio autor

Cabe ressaltar a dificuldade em conseguir sujeitos disponíveis a participar da pesquisa, visto o desconforto deste público frente a psicólogos e psicólogas, possível sintoma da compulsoriedade do acompanhamento psicológico à pessoas trans de acordo com os protocolos de saúde em nosso país, bem como do percurso histórico da Psicologia frente a esse público, visto que até a promulgação da Resolução CFP nº 001/99, os tratamentos de cura e reversão eram realizados sem ponderar acerca da identidade da pessoa sujeita ao tratamento e, certamente, da falta de tato e conhecimento, ainda hoje, de psicólogos e psicólogas que atuam junto a pessoas trans.

4.3.2 História de vida dos participantes

Faz-se necessário caracterizar os sujeitos participantes auxilia ainda na compreensão das representações de cada um e os processos envolvidos no desenvolvimento destas de modo a apresentar a pluralidade das vivências e personalidades que compõe esta pesquisa. A transexualidade é vivida de modos distintos por cada pessoa, veremos isso nas histórias apresentadas, contudo, elementos comuns permeiam a vivência de homens e mulheres trans, ainda que o percurso de suas vivências seja distinto.

A identificação dos participantes foi preservada, desta maneira, todos os nomes de pessoas ou instituições citados pelos participantes foram suprimidos ou alterados, de forma a não permitir a identificação dos mesmos, bem como seus nomes sociais, que foram substituídos por nomes em escala alfabética.

4.3.2.1 André

O participante André, um homem trans (FtM) tem 29 anos e reside na cidade de Campo Grande – MS. O contato com o participante deu-se a partir de indicação, sendo realizada uma primeira ligação para o participante a fim de aferir sua disponibilidade de participação na pesquisa e posteriormente, agendando entrevista. O participante preferiu que a entrevista fosse realizada em sua residência, lugar onde se sentia mais confortável e mostrou-se bastante disponível à responder as questões e à falar de suas experiências.

André tem terceiro grau completo, concluído recentemente e atualmente não está trabalhando. O entrevistado já realizou a mamoplastia masculinizadora e faz a hormonização desde Janeiro de 2013 quando se reconheceu enquanto pessoa trans, o que, segundo ele, foi importante para vivenciar plenamente a sua identidade de gênero. André está em união estável

com uma mulher cisgênera e atualmente não pensa em realizar nenhuma cirurgia ou intervenção cirúrgica para adequar o corpo.

A história de André é marcada pelo abandono da mãe logo na infância, tendo sido criado pela tia, a quem designa o papel materno, e a sua avó paterna. Contudo, esta tia faleceu quando A. tinha 11 anos de idade, continuando sua criação pela avó. Quanto ao pai, André, assinala que a presença do mesmo não foi tão constante, sendo o padrinho o referencial paterno do mesmo, sendo figura sempre presente e pessoa que primeiro o permitia experienciar o gênero de acordo com o que se identificava.

Sua infância foi marcada por uma forte identificação com o gênero masculino ao mesmo tempo em que era imposta a vivência num figurativo feminino. André relata um episódio de seu aniversário de 8 (oito) anos cuja festa era de temática voltada às princesas de contos de fada e sua família comprara dois vestidos de princesas para que usasse durante a festa. Quando colocou o primeiro vestido e se olhou no espelho, rasgou o vestido todo e depois rasgou o outro. Quando da adolescência, André relata que sempre preferiu brincar com os meninos e especialmente com os primos, pois mantinha poucos amigos, preferindo ficar em casa e não sair.

O entrevistado narra ainda que na adolescência se identificava enquanto mulher lésbica, enfatizando que sua performance de gênero, à época, era mais masculina que feminina. Quanto a sua performance mais masculina na adolescência, nas suas palavras: “Ah, como lésbica bofinho, que eles chamam... Isso é desde sempre. Desde sempre.” (sic).

Antes do início do processo de transição efetivamente, André conta que sempre soube que não era uma mulher, mas sim um homem, porém não aceitava tal condição, tanto que tentou suicídio por três vezes, quase chegando a óbito em sua terceira tentativa, quando decidiu assumir-se enquanto homem trans.

A relação com a família é muito boa, apesar de algumas vezes ainda enfrentar algumas resistências quanto a sua identidade de gênero, sendo apresentado ainda pelo nome no registro civil ou mesmo como mulher. De acordo com o participante, gradualmente a família foi aceitando e começa a dissocia-lo do sexo biológico, chegando a algumas vezes estranhar quando, por exemplo, alguém o chama pelo nome civil.

4.3.2.2 Bianca

Bianca é uma mulher trans (MtF) de 34 anos e reside sozinha na cidade de Campo Grande – MS. O contato com a participante deu-se à partir da indicação de outros participantes

da pesquisa, sendo realizado um contato inicial via telefone e posteriormente agendada a entrevista, que aconteceu no escritório de uma empresa onde a participante estava, de acordo com seu pedido e disponibilidade.

Bianca possui duas graduações e está em vias de concluir a terceira além de possuir dois cursos de pós-graduação. Atua como militante trans e como cabelereira. Aponta ainda para a extrema dificuldade em conseguir trabalho em suas áreas de formação visto o extremo preconceito quanto a sua identidade de gênero.

Cresceu em uma família cristã conservadora, e pela desconfiança da mãe, segundo a entrevistada, desde os oito anos já realizava acompanhamento psicológico. As psicoterapias eram geralmente voltadas a “cura” da criança à época. Bianca relata que sempre se identificou com o feminino, que não se enxergava como menino, sempre que se olhava no espelho não aceitava o seu corpo. Ela relata ainda que sempre preferia as brincadeiras socialmente atribuídas às meninas e que desde a infância entendia o seu lugar, porém, a imposição da família a vivenciar seu papel de gênero de acordo com o seu sexo biológico a levaram a tratamentos.

Motivada pela relação conturbada com a família, aos 12 anos foi morar fora do país com uma tia que, segundo própria participante, a entendia de forma diferente, quando então, respaldada por esta, assumiu-se inicialmente enquanto homossexual e pode começar a “descobrir a sexualidade em si” (sic).

Quando a família descobriu isto, a enviou para estudar em um internato religioso em outro país, retornando ao Brasil com 15 anos. Aos 16 anos, em sua primeira graduação, foi expulsa de casa, pois a mãe achava que Bianca estaria prostituindo-se, devido ao horário em que chegava da faculdade, pois estudava no período noturno.

Aos 17 anos entendeu-se definitivamente enquanto mulher transexual e assinala que nessa idade recebeu “o diagnóstico de transexual”, foi “diagnosticada com a disforia de gênero”. Contudo, entre 13 e 14 anos começou já deixava o cabelo crescer e a utilizar-se do aparato de vestimenta feminino quando morando com a tia, pois esta afirmava que Bianca “era uma mulher em um corpo de homem”.

Com o passar do tempo, Bianca conseguiu a aceitação pela família, especialmente os pais, mas relata ainda enfrentar alguns problemas com uma irmã, que não aceita muito bem sua identidade de gênero, contudo, o relacionamento com os demais membros da família naturalizou-se com o tempo, propiciando que eles naturalizassem o uso do nome social na família, buscando compreender o que era a transexualidade e superando o sexo biológico da participante.

Bianca sempre possui uma produção hormonal feminina alta, o que favoreceu o desenvolvimento de caracteres secundários femininos desde a puberdade. Aos 12 anos, devido a ginecomastia, começou também a desenvolver seios. Sua hormonização começou aos 30 anos, de modo a propiciar a produção de hormônios femininos e sanar a disputa deste com o hormônio masculino que seu corpo produzia. No que tange a mudanças corporais por intervenção cirúrgica, Bianca relata que realizou a injeção de silicone na bunda, mas ainda não realizou a vaginoplastia, mas tem planos para a realização da cirurgia de readequação genital.

4.3.2.3 Carlos

O participante Carlos, é um homem trans (FtM) de 22 anos, solteiro, e reside com a família, composta por sua mãe, padrasto e irmã na cidade de Campo Grande – MS. Trabalha com a família em um comércio próprio e narra possuir uma ótima relação com eles, e aponta também que não tem ligação ou vínculo com seu pai biológico. Começou a hormonização há cerca de um ano e já apresenta caracteres secundários masculinos, como aparecimento de pelos faciais e voz com timbre tornando-se mais grave.

A família mostra-se de extrema importância para Carlos, que narra sempre ter tido o apoio deles quanto a sua identidade de gênero e sempre o respeitando, desde a infância. O participante narra o extremo desconforto que sentia quanto ao gênero desde a infância, não identificando-se com o universo tipicamente atribuído às meninas. Narra ainda que na época da escola preferia os grupos de meninos ao de meninas e sentia inveja de alguns meninos quanto a sua identidade de gênero podendo ser vivenciada de forma plena.

Os problemas com a identidade de gênero de Carlos foram mais intensos na adolescência, quando idealizou suicidar-se e chegou a machucar seu corpo, especialmente os seios, que para ele são a parte de maior incômodo. Após uma crise mais grave, assumiu-se enquanto homem transexual e foi muito bem aceito e recebido pela família e amigos, pois narra nunca ter vivido efetivamente como mulher, mas sempre como homem.

Carlos ainda não realizou nenhuma cirurgia de readequação corporal, mas prepara-se para realizar a mamoplastia masculinizadora e mostra-se bastante ansioso para tal. Atualmente utiliza o *binder*, uma faixa elástica que comprime os seios e permite a utilização de camisetas e propicia uma aparência masculina ao peitoral, todos os dias e em todas as situações sociais, apesar de incomodar bastante, segundo o participante.

4.3.2.4 Diana

Diana é uma mulher trans (MtF) de 27 anos de idade, solteira e trabalha como acompanhante, realizando programas. Mora numa casa de prostituição com a cafetina e mais cinco meninas na capital, porém sua família é do interior de outro estado. Ela não conheceu o pai, que abandonou a mãe, ela e outros cinco irmãos quando ela era ainda muito pequena, sendo criada pela mãe, que posteriormente casou-se novamente.

Desde pequena nunca se identificou com “coisas de menino”, preferindo sempre atividades tidas como destinadas às mulheres. Nunca entendeu direito seu corpo que não condizia com algo que ela desejasse, contudo, seu órgão genital nunca a incomodou, apesar de não gostar.

Relata que a mãe e as irmãs sempre a trataram bem, sem maiores problemas, mas sempre cobrando uma postura masculina. Já o padrasto sempre a agredia fisicamente para que, em suas palavras, virasse homem. Por esse motivo, com 15 anos, fugiu de casa, primeiro para uma cidade maior e depois para a capital do estado.

Nas ruas, Diana conheceu algumas travestis e começou a se identificar com elas, iniciando assim seu processo de hormonização e adequação do corpo, primeiro sem acompanhamento médico, até que devido a problemas relacionados ao uso dos hormônios sem indicação médica, resolveu buscar tal acompanhamento. Nas ruas também começou a se prostituir, até que foi parar em casa especificamente para prostituição, onde reside e trabalha atualmente.

Gradualmente foi conhecendo outras mulheres trans e identificando-se como mulher efetivamente, e não mais como travesti. A dona da casa onde trabalha atualmente, também uma mulher trans, é assinalada como alguém que assume o papel de mãe para ela, uma vez que cortou o contato com os familiares, retornando para casa somente quando da morte do padrasto, mas sem reestabelecer laços mais fortes com a mãe. Contudo, relata sentir saudade e falta da presença da mãe e também de uma irmã que considera mais próxima.

Ela narra que na escola sofria com as chacotas e piadas dos amigos, motivo pelo qual não gostava de ir à escola e chegava a inventar algumas doenças para evitar. Estudou regularmente até o primeiro ano do segundo grau, parando depois que fugiu de casa. Atualmente pensa em retomar os estudos, mas antes, aguarda a documentação com o nome social ser aprovada para não sofrer novamente por causa da identidade.

Diana, depois de iniciar a hormonização corretamente e trocar o silicone, já realizou cirurgias plásticas para tornar o rosto mais feminino e aguarda para realizar a cirurgia de redesignação genital, seu maior desejo atualmente.

4.3.2.5 Eduardo

O participante Eduardo é um homem trans (FtM) de 21 anos de idade, estudante de Administração, casado há um ano e atualmente está desempregado. Relata que se dá muito bem com a família apesar de sentir dificuldades com a mãe para que o aceite.

Eduardo conta que sempre foi um menino muito quieto, retraído, evitando o contato com outras crianças para evitar as brincadeiras acerca de sua identidade, contudo, preferia as brincadeiras de menino, gostava de ter o cabelo curto e andar sempre sem camisa, como os outros meninos que conhecia. Como não tinha muitos amigos por ser muito fechado, preferia brincar com as irmãs.

Aos onze anos começaram as mudanças em seu corpo e também menstruou, fato que o deixou extremamente incomodado e que trouxeram situações e cobranças perante a família, especialmente no que tangia a sua postura. Na adolescência tentou encaixar-se em alguns grupos sociais na tentativa de definir sua identidade, não se encontrando em nenhum deles.

Posteriormente, foi conhecendo meninos trans e identificando-se enquanto homem à partir dos relatos que ouvia e também das informações que ia buscando a respeito da temática. Neste processo, Eduardo explica que com dezenove anos já identificou-se enquanto homem, porém, levou mais tempo para expor sua identidade de gênero para a família e a sociedade.

Eduardo ainda não realizou a cirurgia de mamoplastia masculinizadora e faz a utilização do binder quando tem de sair à rua, mas ressalta que a questão do seio é a que mais o incomoda hoje. O participante iniciou seu processo de hormonização há quatro meses e assinala que já nota diferenças na aparência, no corpo e especialmente na voz.

4.3.2.6 Fernanda

Fernanda é uma mulher trans (MtF) de 31 anos de idade, solteira e trabalha como cabelereira. De todas as entrevistadas é a única que já realizou a redesignação genital, além de já ter realizado cirurgias de correção facial para tornar o rosto mais feminino.

De uma família interiorana e tradicionalmente católica, Fernanda conta que sempre seguiu os preceitos da religião durante a infância, saindo de casa aos 17 anos sob o pretexto de ir estudar fora para, na verdade morar com o namorado na capital. No início da transição a mãe aceitou bem a nova condição da filha, realidade não compartilhada pelo pai, que só veio a acolhe-la após a morte da mãe há cerca de dois anos.

Foi somente quando saiu de casa que assumiu sua verdadeira identidade de gênero. Assumiu-se inicialmente enquanto travesti e posteriormente, quando separou-se do namorado, foi trabalhar como garota de programa e pode entender-se enquanto mulher. Neste processo fez cirurgias juntando o dinheiro dos programas e pode realizar sua cirurgia de redesignação genital fora do país com 25 anos, ao passo em que também realizava cursos relacionados a cabelo e maquiagem.

Fernanda relata que sua infância sempre foi voltada as coisas do universo feminino, mas sua família e o meio onde estava sempre a impunha que não poderia fazer determinadas coisas ou agir de determinadas maneiras por que eram coisas de menina. Ainda na infância voltou-se à religião e buscava aí uma explicação para a estranheza que sentia perante o mundo. Não encontrando, na adolescência começou a agir de maneira mais rebelde, gerando muitos conflitos com os pais.

Na escola sempre foi uma menina quieta, que preferia ficar sozinha a estar com as outras crianças e adolescentes, pois estes sempre zombavam dela, enquadrando-a enquanto homossexual, o que a levava cada vez mais a preferir ficar sozinha. Na adolescência não aceitava as mudanças que ocorriam com seu corpo, apesar de seu órgão genital não a incomodar tanto, mas, ainda assim, sentia que aquilo não pertencia a ela.

Fernanda, apesar de narrar que não se incomodava tanto com o órgão genital masculino que possuía, diz sentir muito mais completa hoje, podendo olhar no espelho e ter certeza que aquela pessoa refletida é ela de verdade. Ainda está brigando judicialmente para a troca de seu nome nos documentos oficiais e espera em breve conseguir.

4.3.3 Instrumentos de coleta de dados e aplicação

O estudo caracteriza-se como pesquisa explicativa, de caráter qualitativo. Para tanto, a investigação pautou-se nos múltiplos fatores que compõe o processo de subjetivação e constituição de identidade de gênero trans em espaços educativos tanto formais, quanto informais, analisando os elementos significativos e os sentidos atribuídos pelos participantes.

Os instrumentos para a coleta de dados respeitaram os procedimentos éticos definidos pelo Conselho Nacional de Saúde, por meio da Resolução 466, de 2012, e do Conselho Nacional de Pesquisa (Conep). Para tanto, os indivíduos foram consultados sobre seu interesse e disponibilidade em participar da pesquisa, tiveram todas as dúvidas pertinentes a pesquisa esclarecidas e posteriormente assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para somente então ser realizada e gravada em áudio a entrevista.

A pesquisa valeu-se de dois instrumentos de pesquisa que tendenciosamente completam-se e relacionam-se entre si: Uma entrevista semiestruturada individual e teste de associação de palavras. A entrevista foi estruturada de modo a contemplar aspectos da educação formal e informal dos entrevistados e das entrevistadas, bem como a auto identificação enquanto uma pessoa trans e o processo de transição.

Deste modo, o instrumento foi organizado da seguinte maneira: Parte I, destinada a coletar dados de identificação, contendo informações como idade, escolaridade, estado civil, profissão, com quem reside e também dados acerca da adequação corporal ao gênero com o qual identifica-se. A parte II, com dados da história de vida e cotidiano, abarcando a história de vida e as relações familiares, bem como o relato de outras relações, o cotidiano e a sua identificação enquanto uma pessoa trans. A parte III, destinada a coletar mais especificamente as representações sociais, abarcando informações como o processo de escolarização, as relações de aprendizado fora do contexto escolar, a vida adulta e as relações estabelecidas nesta, como se deu o processo de transição e a definição do que é ser trans pelas próprias pessoas entrevistadas, visto a imensa gama de definições e conceitos disponíveis, porém, sempre com viés médico/científico.

O segundo instrumento utilizado na pesquisa foi o Teste de Associação Livre de Palavras, que consiste em uma palavra disparadora proferida pelo pesquisador, e que no âmbito da pesquisa, a palavra escolhida foi Transexualidade, onde o sujeito entrevistado fala de uma a cinco palavras que lhe vem à mente ao ouvir a palavra disparadora. Depois, o entrevistado ou entrevistada ordena as palavras que falou em ordem de importância.

Tal técnica permitiu, além de confirmar categorias que surgiram nas entrevistas abertas, verificar a importância dos temas relacionados a palavra disparadora, no caso Transexualidade, e também conhecer as associações de palavras relativas a uma temática que são preponderantes no pensamento dos sujeitos (BARDIN, 2011)

Destes instrumentos, para a organização dos dados, foi sistematizado um processo que compreendeu a escuta completa das entrevistas; a transcrição na íntegra das mesmas; a compreensão geral da história do indivíduo; a captação das ideias centrais e dos elementos

significativos; a identificação de elementos comuns que sejam indicativos de representações sociais; e a organização de categorias das falas por grupos temáticos a partir das sínteses das unidades de discurso.

As entrevistas foram gravadas em áudio para posterior análise, uma vez que a teoria/método das representações sociais pressupõe com a análise dos dados obtidos através da categorização de palavras.

4.3.4 Organização e análise dos dados

Os dados foram organizados sistematicamente, para identificar o conteúdo significativo das representações sociais dos indivíduos entrevistados. Para tanto, os dados obtidos com os instrumentos foram organizados e agrupados em categorias temáticas manualmente e com auxílio de softwares específicos, depois, serão cruzados os dados obtidos nestes dois sistemas de organização para garantir a captação de todas as categorias temáticas que permeiam as representações sociais.

Moscovici (1978) aponta para a necessidade de codificação das entrevistas segundo categorias e temas com objetivo de compreender e apreender a relação e representação estatística nos discursos dos indivíduos, focando nos aspectos particulares do grupo.

Segundo Franco (2003), definido material a ser analisado, definem-se as unidades de análise que serão utilizadas. Estas são divididas em unidades de registro, que apontam para o mapeamento da pesquisa a partir das unidades temáticas elencadas e também as unidades de contexto, que denotam o contexto onde as informações foram recebidas, elaboradas e transformadas em comunicação.

O autor aponta ainda que, elencadas as unidades de análise, faz-se necessário realizar a pré-análise do material, selecionando o material que será analisado e realizando a leitura flutuante do mesmo afim de encontrar dados acerca do problema levantado, formulando a partir daí hipóteses ou objetivos e posteriormente elaborando indicadores para a interpretação final dos dados obtidos (FRANCO, 2003).

Posteriormente será realizada a análise de conteúdo de acordo com as postulações de Laurence Bardin (2011), a fim de identificar, de maneira sistemática, como o conhecimento se constrói, observando os elementos comuns e divergentes no discurso dos entrevistados. Valendo-se deste recurso, obtemos uma análise objetiva e quantitativa do conteúdo exposto.

A autora distingue três pontos para a organização da análise: a) a pré-análise; b) a exploração do material e; c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-

análise caracteriza-se pela escolha dos documentos à serem analisados, a formulação das hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores que possam fundamentar a interpretação final. A análise dos dados refere-se às operações de codificação, desconto ou enumeração, de acordo com as hipóteses e objetivos formulados na pré-análise.

A última fase os dados brutos são tratados de maneira à tornarem-se significativos e válidos, e, para isso, utiliza-se de estatísticas simples ou mais complexas para criar tabelas e quantificar dados. À partir daí pode-se propor inferências e iniciar o trabalho interpretativo sob os objetivos e hipóteses levantadas na primeira fase do trabalho de análise (BARDIN, 2011).

Segundo Lopes (2009), a análise do conteúdo permite apreender o significado da totalidade das falas dos sujeitos, bem como tratar tanto quantitativamente, quanto qualitativamente as categorias temáticas de análise que se estabelecem. Também favorece identificar as representações sociais de forma objetiva e concreta, além de evidenciar os processos de subjetivação e ancoragem, que, segundo Moscovici (1978), são aspectos formativos das representações sociais.

Bardin (2011) postula a categorização de análise com o agrupamento de dados conforme suas semelhanças, sob os critérios semânticos, evidenciando assim as categorias temáticas. Nas categorias, poderemos identificar os sentidos que cada um dos sujeitos apresentam, bem como os significados atribuídos pelo grupo da pesquisa à um determinado tema, com suas emergências e convergências e, por fim, articular e encontrar o particular do social, o subjetivo do grupal, o intra e o intersubjetivo, de forma a encontrar as representações sociais pertinentes ao grupo.

5 VOZES DOS SUJEITOS: ACHADOS DA PESQUISA

*Eu vejo a minha face do outro lado, estou certo que não sou assim.
Ser eu mesmo não é nenhum pecado, e o espelho não vai rir de mim.
(Erick Barbi)*

Neste capítulo veremos os discursos e histórias das pessoas pesquisadas, como construíram e constroem suas identidades, quais marcas e representações são presentes em suas narrativas. Estas foram analisadas de modo a contextualizar e identificar os principais elementos constituição identitária de pessoas transexuais, homens e mulheres, respeitando tanto os elementos comuns ao grupo, quanto as especificidades dos gêneros com os quais se identificam.

De forma a organizar e facilitar a compreensão de tais representações sociais, a partir das falas dos sujeitos foram levantadas categorias temáticas a partir do método de análise proposto por Bardin (2011) que, posteriormente, foram organizadas de eixos mais amplos, que correspondiam a uma temática específica.

5.1 Achados da Pesquisa: categorias de análise por eixo

Realizada a leitura flutuante e a pré-análise dos discursos dos participantes, foram levantadas hipóteses à partir das pesquisas realizadas e articuladas as falas dos sujeitos. Desse modo, foi possível identificar e categorizar as representações sociais acerca dos processos que permeiam a constituição identitária de pessoas transexuais, identificando os elementos que as constituem.

Os dados encontrados perpassaram história de vida dos participantes da pesquisa desde a infância até a vida adulta, contemplando tanto os processos educativos como um todo, quanto à própria transexualidade, desde o processo de identificar-se como não pertencendo ao gênero que lhes fora atribuído ao nascimento, até aos processos de construção de um corpo condizendo com o gênero ao qual se identificam mediante a hormonização e cirurgias.

Com as análises, encontramos 10 (dez) categorias distintas que foram agrupadas em 03 (três) eixos temáticos de acordo com seu conteúdo e especificidades dos temas: O Eixo 01 – Processos Informais de Educação, o Eixo 02 – Processos Formais de Educação e, Eixo 03 – Identidade de Gênero Trans, conforme tabela abaixo:

Figura 2 – Quadro de Descrição dos Eixos

EIXO	DESCRIÇÃO	CATEGORIAS
Eixo 01 – Processos Informais de Educação	O eixo aborda os processos educativos informais, referenciando-se aos processos de formação que compreendem as relações na família, relações interpessoais e aspectos constituintes e definidores da identidade	01 – Família
		02 – Relações Interpessoais
		03 – Trabalho
Eixo 02 – Processos Formais de Educação	O eixo traz os aspectos dos processos formais de educação, desde a educação básica à academia por aqueles que concluíram o terceiro grau. Apresenta as relações com os alunos e amigos, o tratamento oferecido pelas instituições de ensino regular e superior, bem como a relação aluno- professor em todos os estágios de aprendizado.	01 – Relação entre pares
		02 – Docentes
Eixo 03 – Violências Vividas	O eixo apresenta situações de violência experienciadas pelos participantes nos diversos contextos sociais, público e privado.	01 – Violência e Preconceito
		02 – Violência Institucional
Eixo 02 – Identidade de Gênero Trans	O eixo Identidade de Gênero Trans contempla o processo de identificação e aceitação do indivíduo transexual bem como sua relação com seu corpo com e sem cirurgias e tratamentos de readaptação, bem como o processo de transição como um todo.	01 – Identificação/Aceitação
		02 – Corpo
		03 – Reconhecimento

Fonte: O próprio autor

5.2 Eixo 01 – Processos Informais de Educação

O primeiro eixo, Processos Informais de Educação evidencia as categorias referentes aos processos de formação das pessoas trans, tais como as relações com família, amigos e sociedade, e que são delimitadoras da identidade e do processo de aprendizagem fora do ambiente formal.

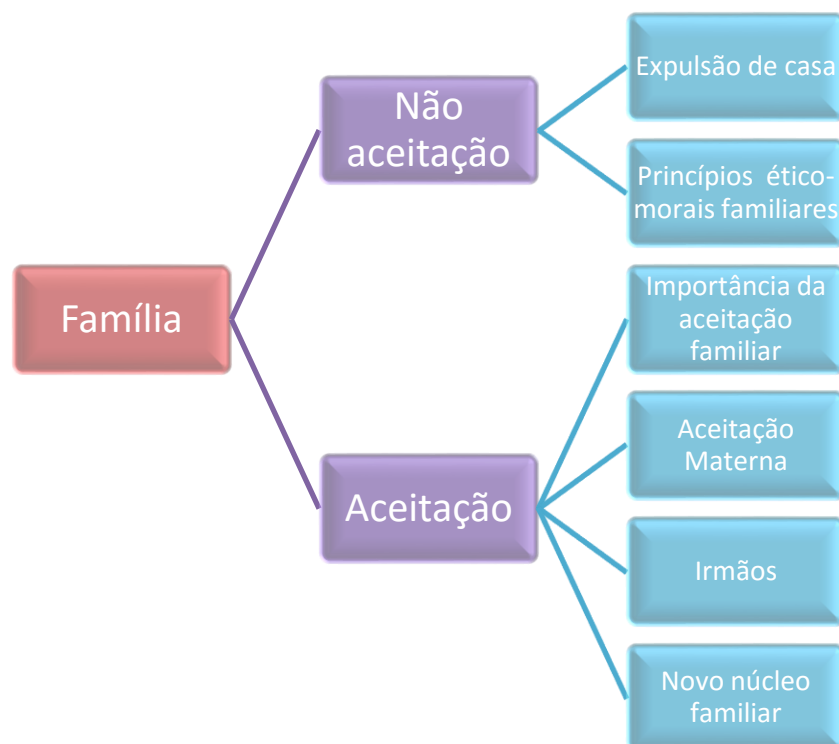
Gohn (2005) aponta para os espaços informais de educação como lócus onde as referências, posturas, normas e comportamentos não são apenas herdados, mas apreendidos. Complementarmente, Burguete e Paredeschi (2006) pontuam que o aprendizado é um

movimento dinâmico que engloba outros espaços e âmbitos da vida cotidiana, influenciando os espaços informais de aprendizado e sendo influenciado por estes.

Neste sentido, observamos nas categorias abaixo fundamental importância dos espaços educativos não formais na constituição da identidade de homens e mulheres. Os núcleos familiares, grupos sociais e as redes formadas ao longo da vida serão, para as pessoas transexuais, tão ou mais importantes que o aspecto formal de sua educação. Notamos nesse eixo também que as experiências de amizade, de trabalho e as situações de violência e preconceito vivenciadas em diversos âmbitos também são marcantes nas narrativas dos entrevistados.

5.2.1 Categoria: família

Figura 3 – Elementos discursivos da categoria Família



Fonte: O próprio autor

Observamos nesta categoria um duplo processo frente à família, evidenciado em dois momentos distintos: o primeiro, marcadamente conturbado frente a sexualidade e identidade de gênero das pessoas trans e o segundo, onde existe uma compreensão dos membros da família (ou de parte deles) do que é a transexualidade e especialmente a identidade de gênero deste membro da família, o que, ainda assim, não elimina a existência de momentos em que

aspectos como a utilização do nome civil ou referências ao sexo biológico da pessoa sejam mencionados.

Butler (2012) assinala acerca do bem engendrado sistema binário em que nascemos, onde um corpo já é sexuado antes mesmo de seu nascimento, ganhando uma linguagem específica que deve ser seguida no decorrer de sua existência. Posto isso, torna-se óbvia a identificação da criança na família com base em um gênero atribuído à partir do órgão genital em nascimento, criando assim toda uma rede de significados e significações para aquele corpo. Com o decorrer do tempo, a não identificação da pessoa com o seu sexo biológico representará um problema social que, muitas vezes exigirá, na visão da família, acompanhamento médico e psicológico de forma a buscar uma compreensão e até mesmo a resolução daquele “problema”.

Observamos essa constatação na fala de Fernanda, quando diz:

Meus pais me levaram pra psicóloga, mas eu não queria contar pra psicóloga que o problema era que eu não sabia quem eu era. Iam me chamar de louca, no mínimo. Então começaram muitas brigas em casa com meus pais e a questão de não agir como menino veio à tona...

Um sistema tão bem concebido possibilita a manutenção do padrão petrificado heteronormativo-binário inclusive no âmbito da própria família, fazendo com que a não adequação do membro trans ao seu sexo biológico seja vista sob uma óptica patologizada e que deve ser mudada de modo a corresponder com o padrão social estabelecido. Quando da constante não adequação dessa pessoa, as relações familiares conturbam-se, complicam-se, chegando até mesmo ao ponto em que pessoas trans abandonam as suas casas.

Nas narrativas dos sujeitos entrevistados, esse dado evidencia-se especialmente no que tange as mulheres trans, quando vivenciam a não aceitação de seus familiares e decidem sair de casa para evitar brigas. Diana é quem aponta para sua saída, motivada pela relação conflituosa com o padrasto quando diz: “[...]eu saí por causa do meu padrasto. Ele me espancava, não era nem batia. Ele não aceitava de jeito nenhum que eu fosse mais feminina”.

Ainda neste sentido, Bianca assinala sua expulsão de casa motivada pela não compreensão da mãe acerca da sua identidade de gênero, atribuindo a esta características próprias, pautadas no senso comum a respeito da transexualidade:

Fui convidada a sair de casa aos 16, quando eu comecei minha primeira graduação por que minha mãe não entendia que eu chegava em casa meia noite e meia por que eu estava graduando, ela achava que eu chegava meia noite e meia por que eu estava me prostituindo.

As famílias, frequentemente, apresentam-se enquanto núcleos com princípios ético-normativos fortemente estabelecidos, pautados especialmente em crenças religiosas, posicionamentos culturalmente reproduzidos e ideias heterossexistas, o que inviabiliza o discurso e o diálogo acerca da sexualidade ou identidade, existindo um padrão a ser seguido, balizado por normas, regras e crenças (RYAN e MARTIN, 2000).

Nos casos de Bianca e Fernanda observamos a religiosidade da família como algo importante a ser mencionado e delimitador das condutas familiares no que tange a comportamentos e posturas. É Bianca quem aponta para essa dificuldade de articulação e compreensão das crenças que trazem os membros da família a respeito da transexualidade quando nos diz que: “Minhas relações familiares no início foram muito conturbadas, até por que eu sou de uma família conservadora cristã” (BIANCA).

A constante imposição familiar para a utilização de signos socialmente atribuídos ao gênero biologicamente designado é constante até a compreensão de que aquela pessoa não identifica-se e nem pertence ao gênero relativo ao seu sexo biológico. Desse modo, meninas, biologicamente falando, tendo que utilizar vestidos e meninos, desvelando o universo masculino à partir das brincadeiras e do azul. Isso fica claro na frase de André, quando diz: “No meu aniversário de oito anos [...] o tema era de princesa, então eram duas princesas. [...] Então no meio da festa eu usava um vestido e na outra metade da festa eu tinha que trocar o vestido”.

A identificação da pessoa com o gênero oposto ao seu biológico é sempre visto como errado, como estranho, como o anormal, sendo esta pessoa constantemente lembrada e reposicionada dentro dos padrões e posturas socialmente aceitos e elaborados para as pessoas de seu sexo biológico. Stoller (1982) assinala que o impacto inicial da transexualidade em uma família é sempre marcante, ainda que a família observe desde a infância da pessoa características peculiares.

Com o passar do tempo, as famílias começam a compreender a transexualidade das pessoas e internalizando novas configurações, mas nem sem antes vivenciar um processo de desconstrução e até mesmo luto da ideia feita em cima de um corpo sexuado. Observamos nesta pesquisa que tal processo ocorre lentamente, normalmente a partir de um membro, e posteriormente estendendo-se para o restante da família. É comum ouvir nos relatos que este primeiro membro a buscar uma compreensão de forma mais ampla seja primeiro um irmão ou uma irmã. Silveira (2006) apontou em suas pesquisas o papel dos irmãos no processo transexualizador, sendo estas pessoas que mediarão tanto o contato familiar do indivíduo trans quanto o contato com o social extra familiar.

A aceitação familiar mostra-se de extrema importância para as pessoas trans. Enquanto seres sociais vincular-se a uma família e reconhecer-se como parte de um núcleo é de extrema importância. Naturalizando sua compreensão e o respeito acerca da nova identidade, muitas vezes pela imposição da própria pessoa trans, as famílias gradualmente passam a enxergá-la como pertencente ao gênero para o qual identifica-se, internalizando o nome social, artigos relativos ao gênero e até mesmo olhando com estranheza para outras pessoas que não enxergam a pessoa como pertencente ao gênero identificado.

Podemos observar na pesquisa que as famílias com filhos mais novos mostram uma abertura maior quanto à compreensão da transexualidade, tendendo à uma aceitação mais rápida. Podemos verificar isto especialmente nas falas de Carlos e Eduardo. Mesmo que a família apresente certa resistência, o processo é elaborado de forma mais tranquila, como fica evidente na fala de Carlos:

E os meus pais, minha família num geral nunca me reprimiu, sabe. Não, você não pode fazer. Sempre... sempre me deram muita liberdade de vestir o que eu quisesse, enfim... Então eu cresci tipo, livre de certa forma. [...] Todo mundo abraçou, sabe, a causa.

Ramsey (1998) assinala que é comum os pais assumirem a responsabilidade para si do que os filhos são ou deixam de ser. No caso da transexualidade a realidade é a mesma, os pais internalizam para si a culpa de seus filhos não identificarem-se com seu sexo biológico. Somente após elaborarem o luto da perda de seu menino ou menina que os pais conseguem visualizar a pessoa trans em seus aspectos mais distintos, conseguindo aceitar e receber seu “novo filho” ou “nova filha”. A história de Fernanda é um exemplo claro desta afirmativa, seu pai começa a acolhê-la somente após um longo processo, marcadamente vivenciado em meio a perdas.

Percebemos nas falas dos sujeitos que a referência à mãe amplamente presente nos discursos dos homens e mulheres entrevistados. A figura materna está presente em todo o contexto familiar e é a principal figura a ser conquistada no processo de aceitação. Fica evidente a importância do apoio materno ao assumir e vivenciar o gênero ao qual a pessoa se identifica, e não é incomum ouvirmos nos relatos o esforço dos homens e mulheres trans em conquistar a aceitação por suas mães, aceitando de forma mais paciente os “deslizes” quando a utilização dos pronomes de tratamento e também ao próprio nome social.

Em suas pesquisas, Ramsey (1998) e Silveira (2006) também apontam a figura da mãe tanto como parte importante do processo transexualizador quanto aquela que é mais presente

em todo ele. Os autores apontam ainda para a maior dificuldade do pai em um nível de aceitação e, obviamente, em participar e acompanhar seus filhos e filhas ao longo do processo de readequação, aparecendo sempre depois de algum tempo.

Em quase todos os relatos, a figura materna tem destaque, seja pela aceitação ou pelo desejo de aceitação daquele indivíduo pela mãe. Eduardo, em sua fala acerca da atual relação com a mãe deixa evidente este sentimento:

Agora tá sendo um pouco difícil por causa da minha mãe, por que eu sou uma pessoa muito família. Eu acho que fica... não é que você não seja totalmente feliz, mas falta um pedaço, sabe. Falta aquele pedaço... um carinho, um amor, um afeto da mãe. E eu sempre fui muito a minha mãe. Então se ela não aceitar vai ficar faltando... Eu vou ser feliz, mas não totalmente. Se ela não aceitar não vou deixar de fazer, é isso que eu quero pra mim, é isso que eu sinto, eu não vou deixar de fazer meu tratamento. Mas vai faltar um pedacinho...

Cabe aqui ressaltar que nem todos os membros da família conseguem aceitar a pessoa transexual em seu meio, fazendo muitas vezes que a saída de casa em determinado momento da vida pessoa em que a situação torna-se insustentável seja permanente, ocorrendo um rompimento de alguns ou todos laços familiares sem que estes jamais sejam refeitos ao longo da vida. Cabe ainda dizer que a reaproximação muitas vezes não tangencia uma aceitação, mas apenas uma reaproximação por laços de afeto, que muitas vezes permitirão violências simbólicas acerca da identidade de gênero da pessoa.

Acerca disso, assinalamos as frases abaixo que evidenciam uma não aceitação plena por certos membros, tendo de ser imposta, muitas vezes:

O ano passado eu impus muito pra que ela, não que ela aceitasse, mas que ela respeitasse, porque eu não peço aceitação de ninguém. Ninguém tem que aceitar, tem que respeitar... é um processo totalmente diferente, aceitação do respeito, andam em paralelas. (ANDRÉ)

Não obstante, muitas vezes o grupo considerado família será composto por outras pessoas que não aquelas consanguíneas. Observamos isto especialmente com as mulheres trans, especificamente naquelas que tiveram de abandonar suas casas justamente pela não aceitação da família. Estas mulheres criam laços de afeto com outras pessoas, inclusive outras mulheres trans, e começam a integrar um todo que conjectura-se como uma nova família. Em alguns casos a figura materna será substituída pela de uma outra mulher que será o suporte necessário para enfrentar as readequações corporais e o social como um todo.

É Diana, em sua fala, quem melhor exemplifica essa nova conjectura familiar adotada:

Da minha infância eu cortei contato com todo mundo mesmo. Hoje em dia eu tenho as meninas e alguns amigos que fui fazendo desde que saí de casa...essa trans mesmo que me ajudou a me entender... nossa... ela é uma mãe pra mim... E é isso... não tenho muitos amigos e nem nada, só as meninas que são minhas irmãs mesmo, a gente até se chama assim.

5.2.2 Categoria: relações interpessoais

Figura 4 – Elementos discursivos da categoria Relações Interpessoais



Fonte: O próprio autor

As relações interpessoais são de extrema importância na vida social de todas as pessoas, não obstante, na vida de pessoas transexuais tais relações configuram-se como ponto importante e distinto, de certo modo, da maioria das outras pessoas. A categoria mostra relações interpessoais escassas quando do processo de identificação e aceitação da transexualidade, uma vez que estar no campo social evidencia a dissonância entre sexo biológico e gênero de identificação, evidenciando a não adequação da pessoa com o social.

André assinala acerca disto quando esclarece: “Ah... Meu Deus foi difícil. Nossa, foi muito difícil. Foi muito difícil. Eu passei a ficar mais tempo em casa, eu não saía. É... Tinha amigos, mas assim, bem pouquinho amigos”. Contudo, a fala de Carlos que melhor transparece esta realidade, apesar de em todas as narrativas, encontrarmos referências a esta realidade:

Mas a minha adolescência foi uma bosta total. Tinha dias que eu ficava 15 dias sem sair de casa, sem ir no portão da minha casa. Por que era uma merda. Você via todas as pessoas, por que você todo mundo ao seu redor, todo mundo se enquadrando num... num grupo social. Tem o gay, aí tem a lésbica, tem o homem, tem a mulher... e você?

As falas dos entrevistados apontam para um movimento de retraimento destes ao sentirem-se inadequadas ao padrão social vigente, fazendo com que isolem-se do convívio social, especialmente durante a adolescência, período em que as modificações corporais tornam-se evidentes e apontam para a direção oposta àquela desejada, ao mesmo tempo em que a adequação aos papéis sociais exigidos para aquela pessoa.

Observamos ainda que as relações sociais depois do processo de identificação e aceitação são pautadas por um movimento onde a pessoa trans tem de afirmar-se enquanto pessoa para que o meio a observe e compreenda sua identidade de gênero. As relações de amizade, especialmente, com as pessoas trans, são marcadas por amizades longas, frisadas pelas próprias pessoas trans, que geralmente acompanharam o processo de transição e/ou adequação e deram suporte para tal.

Outro aspecto relevante é que os participantes frisam ter poucos amigos, evidencia da eleição daqueles que compreendem a transexualidade além dos padrões heteronormativos vigentes e sabem conviver e respeitar a identidade trans. Poucas relações mais intensas e duradouras são marcas expressivas do processo grupal de relações que marcam de forma mais gratificante.

Corroborando com isto, Eduardo, em sua fala, pontua:

Eu não vou dizer pra você que eu fiz muitos amigos, por que eu nunca tive muitos amigos, por que eu sempre fui muito fechado. Mas os amigos que eram próximo de mim, me tratavam super bem. Algumas pessoas até conseguiam entender que eu gostava de brincar e que eu gostava de fazer... Não que elas entenderiam que eu era um menino, mas elas entendiam que eu gostava daquilo.

Ainda neste sentido, Soares et al. (2011) discutem acerca da importância do vínculo social para as pessoas transexuais, assinalando que a rede formada por esta pode oferecer diferentes tipos de apoio para vivenciar a sua identidade de gênero de forma plena. Apontam também para os efeitos benéficos da rede de apoio que se forma, possibilitando que a adequação corporal e social dessa pessoa seja realizada de forma plena.

Nas falas das mulheres e homens entrevistados observamos que as relações interpessoais são sempre ambíguas, marcadas ao mesmo tempo pela possibilidade de viver de acordo com o gênero ao qual identificam-se em alguns contextos, ao mesmo tempo em que denota sempre a preocupação de posicionar-se enquanto homens e mulheres no cotidiano, implicando muitas vezes em relevar algumas posturas ou mesmo evitar contato com pessoas que não compreenderiam ou simplesmente denotariam explicações longas e desnecessárias acerca da sua identidade de gênero.

Ainda tenho poucos amigos. A maioria é das meninas da rua ainda, elas sempre vem me ver e se arrumam comigo. Eu não gostava de ter que me vender, sabe, me sentia suja, me sentia mal, e elas sabiam disso, mas me davam apoio pra continuar até conseguir fazer minhas cirurgias e estudar. Elas são até hoje uma segunda família pra mim. A gente se cuida muito, até por que meu pai mora no interior com a minha irmã. Minha irmã sempre que pode vem pra cá, mas as meninas acabam sendo meio que minha família aqui mesmo. (FERNANDA)

Na esfera pública as relações também necessitam perpassar uma constante preocupação em posicionar-se de acordo com o gênero ao qual a pessoa identifica-se, mesmo em espaços com direitos já conquistados no que tange ao tratamento e uso de nome social.

Entre os pares, a relação de pessoas trans com outras pessoas trans é mediada por um apoio mútuo nos processos de hormonização, esclarecimento e suporte, ao mesmo tempo em que, por ser um grupo pequeno, os processos de encontrar-se e estabelecer amizade leva determinado tempo. Os participantes frisam ainda que muitas vezes, a relação de pessoas trans com iguais é dificultada ou evitada vista a necessidade de ficar passável, de ser visto não como trans, mas de acordo com o gênero com o qual se identifica.

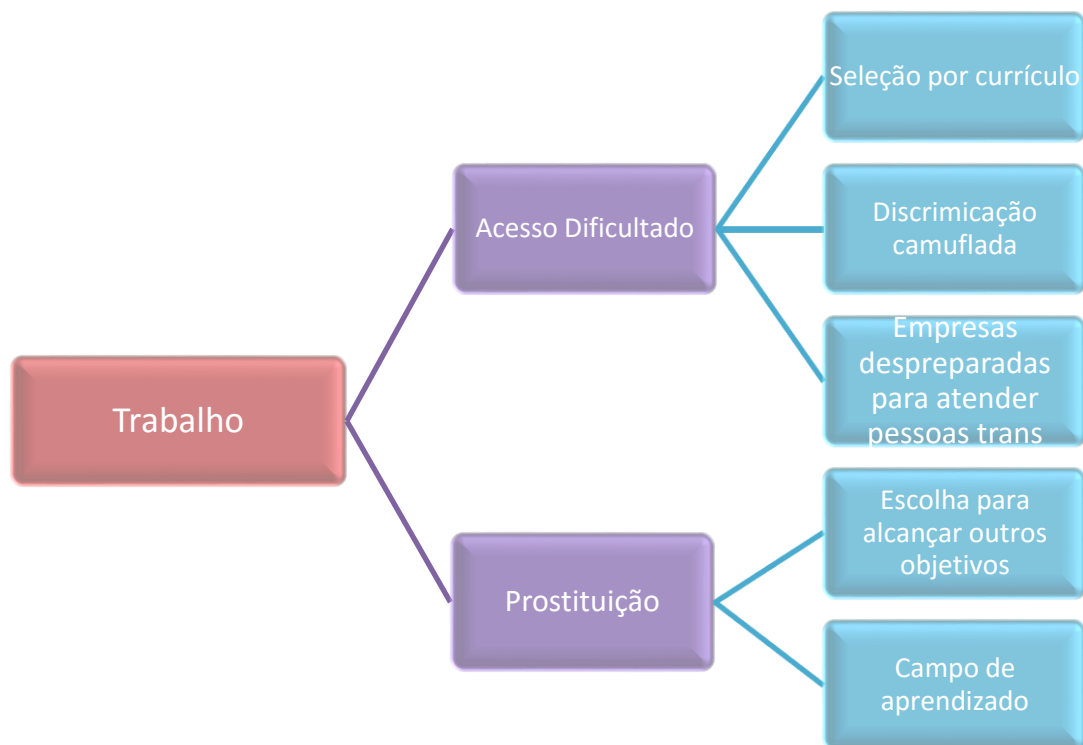
Observamos aqui o estigma da visibilidade dentro do próprio grupo, onde ser visto como trans conota algo negativo, não desejado, uma vez que ser visto enquanto homem ou mulher sem o “rótulo” transexual é extremamente importante, pois reafirma a identidade de gênero com a qual a pessoa se identifica.

Por que as pessoas acham que vinculadas a mim todo mundo saberá que elas são trans também. É muito estranho o pensamento. É um mundinho muito fechado. Então eu acabo... rindo disso. (BIANCA)

Entre os homens trans a necessidade de ser visto simplesmente enquanto homem e manifestada de forma mais clara, enquanto para as mulheres trans, serem vistas sob o aparato da transexualidade não incomoda tanto, embora fique evidente que para elas serem vistas também como mulheres seja importante.

5.2.3 Categoria: trabalho

Figura 5 – Elementos discursivos da categoria Trabalho



Fonte: O próprio autor

A categoria trabalho evidencia a discriminação do mercado de trabalho às identidades trans e falta de preparo das empresas para receber esse público enquanto colaborador devido ao grande preconceito latente em nossa sociedade. As falas dos sujeitos apontam para o preconceito e discriminação quanto a identidade de gênero, camufladas em discursos que se alteram no antes e depois do conhecimento da transexualidade do candidato ou candidata a vaga.

Sendo o trabalho, de acordo com Dejours (1987), elemento primordial para a construção da identidade pessoal e social de uma pessoa e espaço onde a atividade que uma pessoa desenvolve é capaz de veicular uma mensagem simbólica, abrir espaço para que homens e mulheres trans possam trabalhar implica em legitimar sua existência dentro da sociedade como cidadãos ativos e participantes, detentores de direitos e deveres.

Via de regra, os currículos de pessoas trans são enviados utilizando o nome social e selecionados mediante análise de conteúdos e formação. Contudo, na apresentação da documentação ou mesmo quando a pessoa comunica ser uma pessoa trans, seu currículo é desvalorizado e descartado sob justificativas diversas, como das vagas terem sido preenchidas, ou que o processo seletivo foi encerrado, ou mesmo que a pessoa não tinha experiência na área.

Eu entrego meu currículo com o nome que me identifico que seria meu nome social. Mas na hora que pedem os documentos para contratar contratação que eu vou explicar, pode esquecer que a vaga já foi preenchida, ou não tem mais vaga ou a vaga foi aberta por engano. São muitas desculpas. Muitas desculpas. (ANDRE)

Os meus currículos geralmente vão como Bianca, só que quando chega... Do tipo... É, mas não. Outra pessoa. Tem outra pessoa que tem um pouco...é mais capaz. E eu sempre finjo que compreendo e continuo, né. (BIANCA)

O senso comum aponta para um paralelo entre a prostituição e a transexualidade, ignorando outras perspectivas e possibilidades de trabalho e evidenciando o preconceito arraigado no campo social com as pessoas trans. Concordamos com Kulick (2008) que é inegável o rompimento com a família, seja por que são expulsos de casa ou por que decidem sair, é o momento crucial que leva algumas travestis e transexuais a prostituição. Contudo, nesta pesquisa, observamos mulheres trans que vivenciam na prostituição sua profissão, mas não a encaram enquanto última oportunidade que lhes podia ser dada, mas sim como escolha.

É Fernanda quem nos diz:

Eu não conseguia trabalho. Deixei currículo em um monte de lugares, mas um currículo masculino e chega lá uma mulher... já viu. Então eu fui pra rua que era o jeito que apareceu para ganhar dinheiro na época e ao mesmo tempo eu fui fazendo curso de cabeleireira, tintura, química, essas coisas. Foi um caminho que escolhi pra ser algo melhor. Consegui fazer um curso e consegui me operar.

O trabalho nas ruas, com a prostituição, configura-se um campo de aprendizado das experiências e possibilidades da transexualidade, onde uma pessoa pode entender-se e

construir-se enquanto homem ou mulher transexual. A identidade é construída também na rua e, conseqüentemente, na prostituição. É neste espaço que mulheres trans narram terem se descoberto ou tornado mulheres plenamente.

Vejamos a fala de Diana:

Então... eu tentei quando sai de casa procurar emprego, mas era menor e ninguém dava. Depois já comecei na rua a me prostituir e nunca nem tentei nada diferente... eu sei que ninguém vai me dar emprego enquanto não tiver uma aparência totalmente de mulher e os documentos com o meu nome. Ir pra rua foi uma alternativa pra mim por tudo o que aconteceu... mas se eu não tivesse ido talvez eu nem tivesse descoberto que eu não era u menino que não se entendia e se achava estranho, mas que eu era uma mulher, sabe.

E Fernanda complementa, posteriormente:

Fui trabalhar na rua mesmo, me prostituindo para ter onde morar e tudo mais, mas dava um bom dinheiro e em outros lugares que eu até tentei emprego ninguém queria me empregar. Nisso, convivendo com elas de perto eu comecei a identificar que eu não era uma travesti. Eu era uma mulher trans. Foi aí que eu achei meu lugar no mundo, vamos dizer assim. É... então eu comecei a me entender mais e a buscar mais me tornar mulher mesmo.

Atualmente, poucas empresas trazem em seu quadro de colaboradores homens ou mulheres trans, e muitas vezes, quando estes são presentes, acabam vivenciando situações constrangedoras e discriminatórias, como serem tratadas publicamente pelo nome do registro civil ou mesmo ter de utilizar vestiários e banheiros condizentes ao seu sexo biológico, e não ao gênero com o qual se identificam. Observamos tal despreparo na fala de Carlos, que atualmente trabalha na empresa da família por não conseguir outra colocação no mercado de trabalho:

Eu iria trabalhar na X (fala o nome da empresa) só que... não tava preparada pra esse tipo de situação. Aí preferi não, sabe, por que a partir do momento que eu assumi a minha identidade de gênero, que eu assumi o meu gênero, o que eu sou, eu não vou aceitar estar num lugar onde ele não é respeitado, sabe.

5.3 Eixo 02 – Processos Formais de Educação

Neste eixo evidenciamos as categorias pertinentes aos aspectos formais do processo educativo de homens e mulheres trans. As relações com os pares dentro da escola, momento importante na diferenciação de si em relação ao outro na infância e ainda relações de

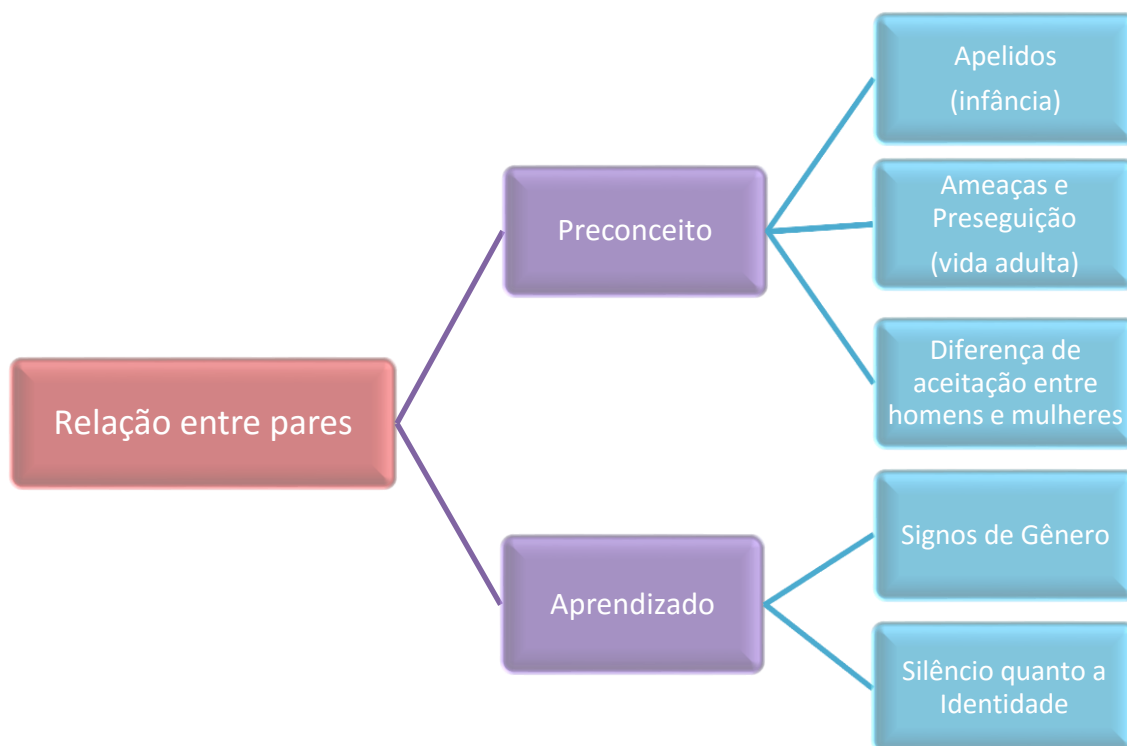
preconceito e violência, bem como a relação com a instituição, que muitas vezes mostra-se não preparada para acolher pessoas trans em seu meio ou mesmo professores e professoras com conceitos rigidamente cristalizados e que reproduzem mecanismos discriminatórios.

Muñoz (2008) assinala para o processo formal de educação como um sistema institucionalizado, permeado de normas e regras próprias e ainda cronologicamente organizado e estruturado de maneira hierárquica, compreendendo desde a educação básica ao ensino superior.

As categorias aqui apresentadas evidenciam a agressividade dos processos formais de educação para com pessoas transexuais. Num primeiro momento, discriminando-as pela performance de gênero e pelas escolhas identificativas que realiza e, num segundo momento, quando já assumindo sua situação trans, rechaçando-as pela identidade assumida e negando direitos pautados em normas institucionais ou mesmo nas próprias crenças e preceitos.

5.3.1 Categoria: relação entre pares

Figura 6 – Elementos discursivos da categoria Relação entre Pares



Na categoria Relações entre Pares observamos as relações sociais das pessoas trans com os outros alunos nos processos formais de educação, marcadamente permeados de

preconceito quanto ao gênero e agressões, especialmente verbais num contexto geral, mas também configurado enquanto espaço de aprendizado e de constituição da identidade.

Quando nas relações enquanto crianças, observamos o preconceito nas falas depreciativas, que associam a expressão de gênero, em diferentes graus de masculinidades e feminilidades, à sexualidade, rechaçando aqueles que não correspondem ao padrão hegemônico e pré-determinado socialmente. As falas dos participantes evidenciam apelidos socialmente depreciativos na infância como lésbica, bichinha, viadinho, mariquinha, sapatão, apelidos que tentam apontar para masculinidades e feminilidades específicas e que, deseja-se, estar em todas as pessoas a julgar o sexo biológico em correspondência.

Nas falas de todos os participantes da pesquisa verificamos experiências como esta, especialmente nas falas das mulheres trans (MtF):

Sempre os meninos tiravam sarro: 'Mariquinha, não sei o que'. E meu irmão brigava, por que meu irmão era machista. Meu irmão falava não, ninguém vai chamar meu irmão disso. E batia, brigava, sempre por mim. (BIANCA)

Não tinha amigos... sempre tinha os meninos que caçoavam de mim e faziam aquelas piadinhas de viadinho, mulherzinha... É... então eu sempre fiquei muito na minha dentro da sala. Eu ia pra escola, estudava e voltava pra casa. [...] Os meninos não se aproximavam muito de mim se não fosse pra caçar e as meninas andavam sempre nos grupos delas, ainda mais no ensino médio. (FERNANDA)

De acordo com Butler (2012), tais apelidos, socialmente depreciativos, servem para legitimar o ideal de masculino e feminino. Quando mencionados, associados a uma pessoa que experiência sua performance de gênero em desacordo parcial com o padrão, apontam para aquilo que não se deve ser, ditam e reforçam os padrões ideais para homens e mulheres.

Quando na vida adulta, as agressões verbais abandonam os apelidos e tornam-se mais pesadas, avançando para a ameaça, para a não aceitação e, em alguns casos, tornando-se perseguição, violência contra os bens ou até mesmo violência física.

É na fala de Bianca que fica clara esta realidade:

Foram anos que se eu pudesse apaga-los eu apagaria, até por que é... alguns machistas deixavam bilhetes no meu carro. É... riscaram o carro, amassaram meu carro aquela época. Então foi bem complicado. [...] Eu fui.. é... ameaçada de morte por um colega de sala. Que ele falava que no direito... é... Travestis e transexuais não tinham o direito de fazer direito.

Como observamos, na vida adulta, pessoas trans, especialmente os homens, tendem a não falar de sua identidade em sala de aula por medo do preconceito, da discriminação, num mecanismo até mesmo de autopreservação, visto a abjeção das pessoas com o desenvolvimento técnico das pessoas trans, que atrelam sua existência a prostituição ou a profissões específicas, mas nunca acadêmicas.

Miskolci (2012) postula acerca da escola enquanto um espaço de normalização identitária, pautado em modelos aistóricos e fixos, delimitando padrões de como as pessoas deveriam ser, mas que anula a compreensão de que as identidades não são fixas. Neste sentido, encontramos outro aspecto significativo no processo da constituição identitária parte da mesma relação com os alunos num contexto social da escola. É justamente neste espaço impositivo de normas que homens e mulheres trans terão referências específicas de quem gostariam de ser, dos afetos que sentem e das posturas que desejam para si, através das relações interpessoais que desenvolvem.

Se de um lado, a normalização das condutas imposta pelo modelo educacional faz com que violências verbais aconteçam entre os pares e permite que agressões aconteçam de forma explícita ou velada, estes mesmos padrões ditarão para homens e mulheres trans as condutas e especificidades do gênero que se identificam. Ainda que não possam expressar plenamente seu gênero, é neste espaço em que aprenderão os signos específicos de cada gênero e poderão vivencia-los de forma menos ou mais intensa de acordo com o grupo onde está inserido:

Aí eu lembro que quando eu tinha uns 12, 13 anos, tinha um garoto no colégio... o nome dele era Rafael. E eu via todas as meninas, todo mundo querendo por que querendo conhecer esse Rafael. A única coisa que eu conseguia sentir era inveja, não por elas estarem desejando ele, mas eu queria ser ele. Eu queria a aparência dele, eu queria andar com aquelas bermudas, com aquele... entende? Queria ter aquele cabelo... (CARLOS)

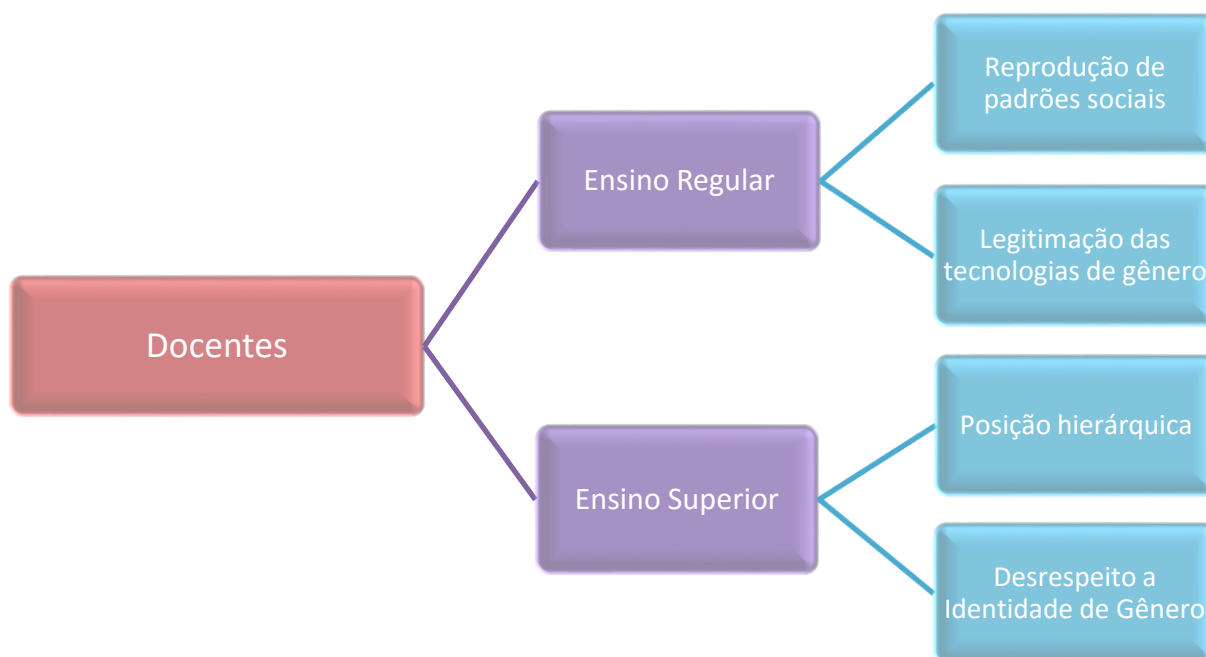
Mas eu jogava bola como todo mundo e eu tinha amizades mais masculinas, mais com meninos do que com meninas. Eu não gostava de menina e todo aquele processo que o menino passa de odiar uma menina, eu passei por esse processo também. (ANDRÉ)

Observamos, então, experiências onde homens trans puderam se aproximar do universo masculino sem maiores problemas, ao passo que mulheres trans, em seu período de escolarização, foram mais rechaçadas. Ainda que o preconceito tenha sido sentido em ambas as realidades, ele é mais claro com as mulheres trans, herança do machismo latente em nossa

cultura, onde aproximações com o universo masculino são vistas como sinais de força, e ao contrário, aproximações ao universo feminino denotam fraqueza.

5.3.2 Categoria: docentes

Figura 7 – Elementos discursivos da categoria Docentes



Fonte: O próprio autor

Um sistema binário muito bem estabelecido, repleto de signos e códigos específicos a cada gênero, acaba sendo reproduzido no discurso e nos fazeres dos profissionais da educação em todos os âmbitos, referendados e sustentados pela cultura e ambiente escolar, que proporciona em diversas escalas e momentos a diferenciação de meninos e meninas.

Observamos na categoria Professores que os mestres do ensino regular tendem, de maneira quase mecânica, legitimar e reproduzir os padrões hegemônicos da sociedade, não permitindo que pessoas de um sexo entrem na fila de outro, reproduzindo brincadeiras que segregam os sexos, propiciando a diferenciação plena de meninos e meninas e compulsoriamente obrigando a uma pessoa, de um determinado sexo biológico, agir de acordo com o escopo delimitado para aquele sexo.

A fala de Fernanda expressa claramente essa realidade:

Tinha uma professora também no terceiro ano, na aula de educação física, que sempre me falava, anda igual homem, faz igual homem... na frente da sala toda... nossa, eu já odiava ter que fazer todos os esportes de meninos, imagina com uma professora falando assim. Quase não quis voltar mais pra escola, mas sempre fiz a linha educado demais, saber. É... lá guardando tudo pra mim.

Adiante, Fernanda ainda aponta:

Eu lembro também que várias vezes quando tinha alguma coisa na sala e eles dividiam a turma em meninos e meninas, eu sempre quis ficar do lado das meninas, mas nunca falava nada, até por que eu fazia o que me mandassem. Professora falou era ordem. Olha que bobeira!

Diana nos exemplifica a postura de reprodução de estímulos de gênero com sua história:

Eu lembro da sexta série que tinha um menino que ficava o tempo todo me enchendo... na chamada era por número, sabe!? Aí dei o azar de meu número ser bem o 24. Aí você sabe... nossa... era todo dia a piadinha... teve um dia que a professora de biologia parou a aula e falou que ia me levar pro banheiro junto com esse outro menino pra eu abaixar a calça e mostrar que eu tinha um pinto. Nossa... não sei se a intenção dela era de acabar com as piadinhas, mas aquilo me deixou com mais vergonha ainda.

Quando o processo educativo reflete os docentes na academia, o preconceito e discriminação quanto à identidade de gênero fica mais evidente. Discursos que abjetam pessoas e as limitam a uma determinada existência são proferidos, detalhes da vida dos alunos são expostos e especialmente a identidade construída é negligenciada. Neste contexto, o desconhecimento acerca da transexualidade e das particularidades de cada indivíduo favorece que conceitos cristalizados e arraigados sejam reproduzidos. Bianca nos fala acerca disto:

Eu tive um professor que me reprovou por falta. Aí eu falava, mas eu não faltei... E fui conversar com ele e ele falou que não, que eu realmente tinha faltado. Fui buscar as comprovações das entradas na faculdade.. testemunhos de colegas e fui conversar com o reitor a respeito disso. E ele foi... ele foi também à sala do reitor, foi chamado, e ele falou na frente do reitor na época que... eu era o tipo de pessoa que não merecia uma graduação, que o máximo que eu merecia era um ponto na costa e silva, um ponto de prostituição, por que era o meu nível.

Nos discursos e nas conversas com os entrevistados, fica clara a utilização da privilegiada posição hierarquicamente superior do professor em detrimento do aluno para fazer valer suas crenças e posturas.

As falas evidenciam também que o nome social na maioria das vezes não é respeitado, pautado no protocolo educacional onde caberia o uso do nome com o qual a pessoa identifica-se. Outras tantas vezes a utilização do nome social é negada sem justificativas ou explicações, além disso, os pronomes de tratamento são olvidados no mesmo ínterim, evidenciando o preconceito por parte dos que deveriam pluralizar as possibilidades de experiências humanas. Vejamos a fala de André acerca de sua experiência:

Já era o André, mas eu não podia colocar ele na lista, eu não podia explicitá-lo assim... e quando eu consegui isso... Até tive problema com uma professora que ela me fez assinar a prova pela segunda vez e tinha que colocar o outro nome... aquilo, assim, pra mim foi morte.

Cabe ressaltar aqui que a identidade de gênero das pessoas entrevistadas, quando da infância, ainda não era definida como trans. Os participantes narram que existiu um processo identificatório, como veremos adiante, onde num primeiro momento a identificação era feita à partir do signo conhecido mais próximo, neste caso, a homossexualidade, para no decorrer dos anos conhecer, identificar-se e se reconhecer enquanto transexual.

Tal fato pode explicar a agressividade dos professores na educação, uma vez que, a discussão da transexualidade e o espaço galgado por homens e mulheres trans dentro do âmbito escolar é tema recente e não existe uma compreensão absoluta deste pelos professores. A homossexualidade afronta os padrões normativos estabelecidos e coloca em cheque crenças e conceitos enraizados, gerando, assim, incompreensão e desconforto, sentimentos que são potencializados ao deparar-se com uma nova situação que, outra vez, questiona os padrões.

5.4 Eixo 03 – Violências Vividas

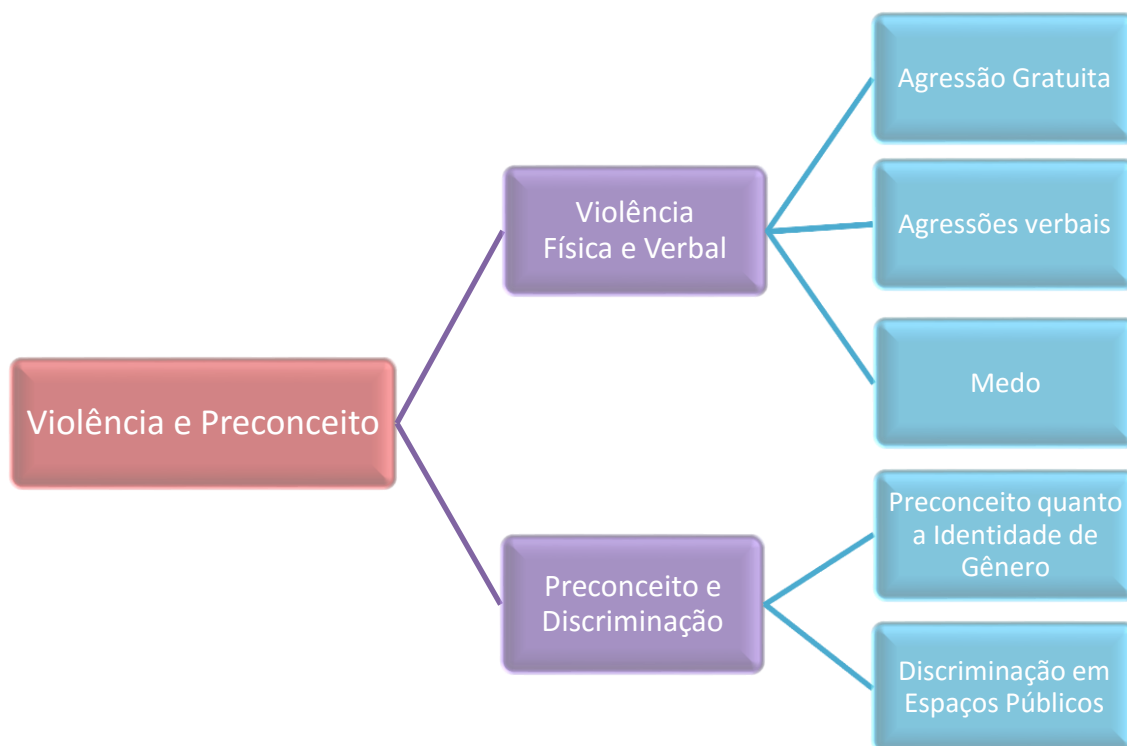
O eixo violências vividas apresenta situações de violências experienciadas pelos participantes da pesquisa em diversas esferas, níveis e ambientes sociais. Minayo e Souza (1998) apontam para a violência enquanto um fenômeno psicossocial que se expressa na dialética da vida em sociedade, sendo justamente neste espaço onde ela é produzida e se desenvolve.

Ressalta-se que as violências podem ser tanto físicas quanto simbólicas, especialmente contra pessoas transexuais, que são socialmente marginalizadas por não enquadrarem-se no padrão esperado, sendo que tais violências, vivenciadas em diversas esferas

e escalas, podem ter suas raízes na estrutura social do preconceito (PRADO e MACHADO, 2008)

5.4.1 Categoria: violência e preconceito

Figura 8 – Elementos discursivos da categoria Violência e Preconceito



Fonte: O próprio autor

As situações de violência e preconceito vivenciadas por pessoas trans fica evidenciada nessa categoria. Agressões físicas, verbais e simbólicas, acompanhadas por uma desvalorização e desmerecimento de uma pessoa pautando-se exclusivamente em sua identidade de gênero.

Observamos que os relatos de agressões físicas acontecem no espaço público, por pessoas desconhecidas. Agressões violentas, sem justificativa, de forma gratuita, que deixam hematomas e marcas físicas profundas. Por outro lado, as agressões verbais e simbólicas são bem mais presentes no cotidiano, quando o gênero com o qual uma pessoa se identifica não é reconhecido, os pronomes de tratamento são os referentes ao sexo biológico, o nome social é negligenciado, as acusações de tentar se passar por um homem ou mulher biológicos, entre tantas outras violências e situações de preconceito cotidianos (BENTO, 2008).

Observamos que todos os entrevistados e entrevistadas possuem relatos de violências vividas, tanto física, quanto psicologicamente, e em diversos graus. Bianca nos dá a melhor visão dessa dura realidade experienciada por homens e mulheres trans:

Do nada recebi um murro, que ligou... é... rompeu o meu palato, tive que fazer cirurgia no meu palato. Tenho uma cicatriz bem pequena aqui que foi por onde vazou, foi por onde foi feita a incisão. Mas deu... é... trincou o meu palato na época. É, é traumático, né. [...] Assim, machucou muito. Acabou saindo de lá e indo... Só que como diz, virei estatística. E infelizmente estatística de agressão física, por que psicológica eu sofro na vida já... desde sempre.

Há ainda a violência sofrida na rua ao se escolher este campo como local de trabalho:

Então... a rua a noite já aconteceu de passar esses rapazinhos tentando mostrar que são machos sabe e me bater. Teve uma vez que fiquei quase um mês internada por que foi bem feio mesmo, quebrou costela, três, perfurou rim... já levei facada de prostituta... mulher biológica mesmo, na rua... elas acham que sou um homem vestido de mulher que tá tentando roubar o trabalho dela na rua... ela falou desse jeito, assim mesmo. (DIANA)

Os homens trans vivenciam também vivenciam agressões nos espaços públicos de forma gratuita, como exemplificou Carlos:

Aí eu entrei no banheiro masculino, aí eu acho que o cara percebeu alguma coisa assim. Apertou meu pescoço, me chutou, e... Eu tava indo pro colégio, voltei pra casa todo errado. Voltei pra casa mancando, pescoço com as marcas assim, com a boca machucada. O cara me jogou no chão e começou a chutar.

É no espaço público que as violências são sentidas e sinalizadas como tal e, via de regra, as agressões físicas contra homens e mulheres trans são originadas por homens cisgêneros, e sempre de forma gratuita e violentas. Junto às narrativas de agressões físicas, verbais e psicológicas, o medo mostra-se presente em diversas escalas, seja de agressões mais sérias e até mesmo de morte pelas mulheres trans, ou então de ataques violentos e estupro corretivo no que tange aos homens trans.

Além do preconceito que já vivenciam e assombra as pessoas trans, há ainda o preconceito que é sentido dentro do próprio meio LGBT, junção política que corresponde a diversidade sexual e que deveria articular-se de forma a balizar a garantia de leis específicas e direitos para essa população. Entretanto, homens e mulheres trans acabam sendo rechaçados e

deslegitimados em sua identidade dentro do próprio coletivo, como aponta a experiência de Eduardo:

Foi uma festa que a maioria era de gays e lésbicas e uma menina lésbica me chamou de sapatão. Eu fiquei tipo... fiquei meio assim... eu falei “cara, eu não sou sapatão. Você tem que entender que eu não sou sapatão, eu sou um homem”. [...] Peguei, saí, fui embora e fiquei muito chateado por... pelo motivo de estar acontecendo esse tipo de preconceito logo num mundo que eu achei que não teria... num grupo onde que eu achei que não teria. Mas tá tendo bem mais que num grupo que eu achei que seria mais agressivo. Eu achei que teria mais preconceito da parte hetero, mas não, eu to vendo que da parte gls tá tendo mais preconceito que da parte que eu achei que teria.

Até mesmo nos órgãos públicos, onde existem normativas e leis acerca do respeito e tratamento à pessoas transexuais, observamos situações de desrespeito, preconceito e de violência. Os acessos a direitos básicos, deste modo, são prejudicados e dificultados pelos agentes executores de políticas públicas. Exemplo disto, assinalado pela participante Bianca, acontece no acesso a saúde, onde o nome social deve ser utilizado mas, contudo, pessoas trans ainda são tratadas pelo gênero oposto ao que se reconhecem, tanto no atendimento quanto na forma de tratamento:

O preconceito em si eu sinto muito na parte da saúde. Quando de exames médicos, algum... dependendo do lugar. Sempre você tem que solicitar que se chamem seu nome social. [...] É... qualquer lugar que você chega, mesmo com essa nova adequação do SUS do nome social, você tem que solicitar que a pessoa anexe seu nome social, que você seja tratado com seu nome social. Isso acaba complicando muito. Muito, muito qualquer tipo de tratamento.

Outra experiência de violência e preconceito dentro dos órgãos foi narrado por Fernanda:

Eu fui em uma festa uma vez e do nada dois rapazes me bateram, era a saída, eu tava indo embora... eles chegaram dando socos e xingando... nesse dia eu decidi que não aceitar ninguém me humilhar desse jeito... por que depois fui pro hospital e lá também me tratavam pelo nome do registro, de deixavam de lado. Quando fui fazer o boletim de ocorrência também, o policial chegou a me dizer que homem que se veste de mulher tem que apanhar pra virar homem. Sabe, coisas assim.

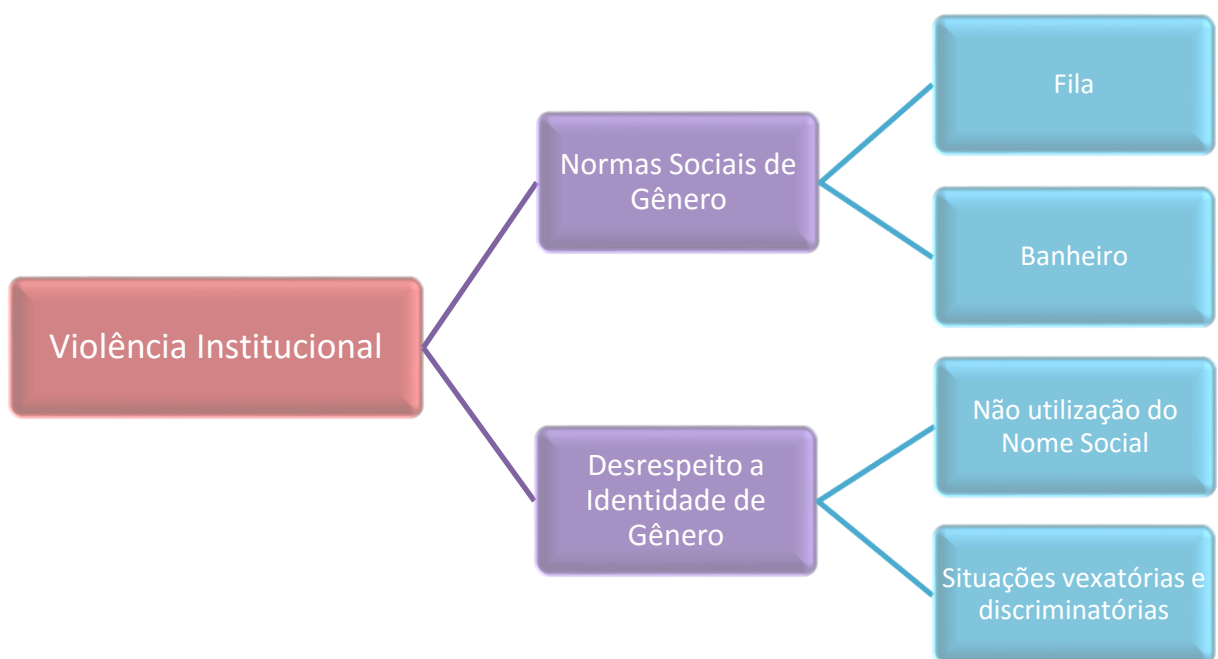
Pocahy & Nardi (2007) apontam para a transfobia como a desqualificação e violência dirigida às pessoas que não correspondem ao ideal heteronormativo. Desse modo,

enxergamos a transfobia não apenas enquanto a agressão direta, física ou verbal e o desrespeito, mas em inúmeras esferas e situações.

Independente da realização ou não da cirurgia de readequação genital, o preconceito e a discriminação mostram-se presentes na vida de homens e mulheres trans, como aponta Fernanda, que já realizou sua cirurgia e ainda sente os efeitos da transfobia sobre si quando diz: “Eu até achei uma época que tendo uma vagina as coisas seriam um pouco mais fáceis. Que nada, tudo igual. Pras pessoas não importa quem você é... importa mais um papel”, fazendo alusão a discordância de seu gênero ao que ainda está registrado em todos os seus documentos.

5.4.2 Categoria: violência institucional

Figura 9 – Elementos discursivos da categoria Violência Institucional



Fonte: O próprio autor

Nesta categoria fica claro o impacto da instituição, aqui retratada pela escola e academia, na constituição identitária de homens trans e mulheres trans. A divisão entre masculino e feminino ganha sentido pleno dentro da escola e a imposição de estar em um destes polos, definido exclusivamente pelo órgão genital, é presente o tempo todo.

Louro (2014) aponta para as instituições educacionais enquanto espaços latentes da construção das diferenças na sociedade, desde seus primórdios. Se num primeiro momento ela

era responsável por privilegiar acesso à uns em detrimento de outros, posteriormente, ela dividiu também os que estavam dentro dela, hierarquizando, ordenando, e valendo-se de inúmeros mecanismos de classificação. A autora aponta que através da delimitação dos espaços e valendo-se de símbolos e normas, ela delimita o espaço dos maiores e dos menores, do meninos e das meninas, e assim sucessivamente.

A história de Fernanda para o papel normalizador da escola:

Eu lembro que minha mãe foi chamada na escola uma vez por que a coordenadora achou que eu agia de forma muito feminina e que isso ia ser ruim pra mim... que era pra minha mãe conversar comigo para mudar a minha postura dentro da sala para evitar confusões.

Ainda neste sentido, observamos na fala de Carlos a realidade de ter colocar-se na fila referente as meninas quando já se identificava com o sexo masculino, bem como nas aulas de educação física, quando diferencia-se meninos e meninas à partir de esportes que são tidos como mais masculinos ou mais femininos. Essa realidade é reafirmada nas brincadeiras, nos esportes, nas atividades, nas filas, no banheiro, etc.

Acerca disto, Carlos diz:

Por exemplo, a professora falava pra criar uma fila de meninos e uma fila de meninas, aí eu ia na fila dos meninos. Aí ela me puxava pelo braço e me colocava na fila das meninas. Aí aquilo era um inferno pra mim porque... O que essa professora tá fazendo, tá louca mulher?

Percebemos o sofrimento silencioso de identificar-se de acordo com um determinado gênero e ter que vivenciar práxis relativas a outro também na fala de André, quando deixa de usar o banheiro por não identificar-se, privando seu corpo de necessidades fisiológicas básicas, pois meninas não podem utilizar o banheiro dos meninos e vice-versa:

Ah, eu não ia no banheiro da escola, nunca fui no banheiro da escola, não sei nem como é o banheiro de uma escola é... [...] Eu evitava ao máximo tomar água ou algum refrigerante na hora do intervalo pra não ter que entrar no banheiro.

A prática pode seguir até a vida adulta e acompanha na academia, agregando à não identificação o medo de ser visto e rechaçado pelos outros homens da universidade, medo que estende-se ainda a agressão física, sexual:

[...] Como eu já não frequentava o banheiro no período escolar inicial, eu já não frequentava na faculdade também, e isso é... por medo, por receio, eu tinha medo de como eu ainda não tinha feito primeira cirurgia, eu tinha medo de alguém entrar dentro do banheiro querer fazer alguma coisa... então eu passei por um processo de medo muito grande no início.

Na academia vemos ainda a instituição negligenciando direitos básicos, criando entraves para o acesso e/ou permanência de pessoas transexuais na instituição, respondendo e posicionando-se somente mediante processos e chamadas judiciais, ou ainda não punindo agressões verbais, físicas e violências explícitas deferidas pelos seus colaboradores e acadêmicos, silenciando frente a casos como o explicitado na fala de Bianca:

Eu tive problema com nome social, que só foi, é... efetivado em lista de chamada, etc, depois que eu... Que eu... é... apresentei a resolução do MEC, que era de 2011 e eu ainda estava sendo tratada pelo nome civil nas listas de chamadas, e que isto ficasse só para uma questão interna. E quando eu apresentei, eu já tinha apresentado tres requerimentos para a inserção do nome social e ainda não tinha sido adequado.

5.5 Eixo 04 – Identidade de Gênero Trans

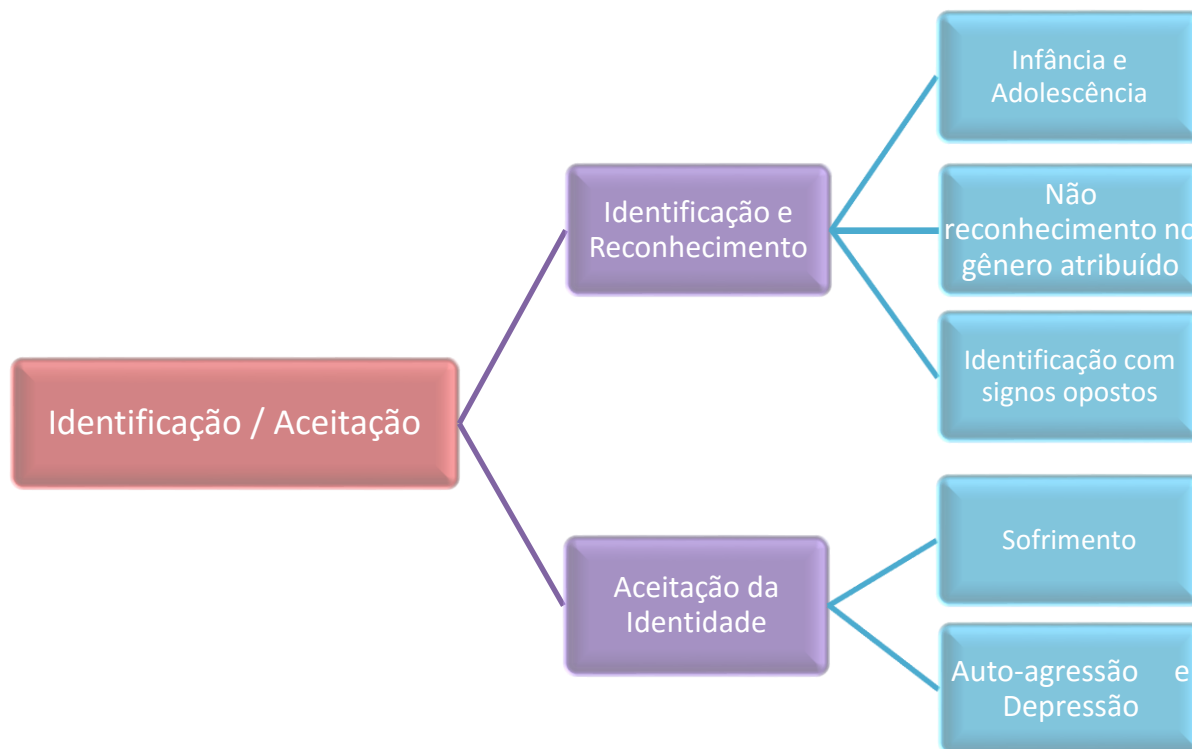
A experiência trans configura-se como um processo de não identificação com o gênero atribuído ao nascimento e que é dado exclusivamente à partir de uma inscrição corpórea, o que faz que com pessoas trans vivam nas fronteiras de gênero, entre o masculino e o feminino, buscando adequar o corpo ao gênero (BENTO, 2006).

Este eixo agrupa as categorias que apontam para a transexualidade enquanto experiência identitária intimamente ligada às questões e construções de gênero. A resignificação da compreensão do gênero atribuído ao que a pessoa se identifica perpassa, necessariamente, a reconstrução de signos, crenças e mudanças psíquicas e físicas.

Desse modo, apresentamos aqui categorias que englobam o processo de identificação e aceitação da condição transexual dos indivíduos, o processo de transição e aspectos relativos a transexualidade no que tange a experiências individuais, como a relação com o próprio corpo, e também experiências coletivas, como pessoas inseridas no campo social.

5.5.1 Categoria: identificação/aceitação

Figura 10 – Elementos discursivos da categoria Identificação/Aceitação



Fonte: O próprio autor

Nesta categoria observamos o processo de identificação das pessoas trans e a aceitação de sua identidade de gênero. Fica claro, ao verificarmos as falas dos sujeitos, que o sentimento de não adequação do gênero ao designado à partir do sexo biológico os acompanha desde a infância. Contudo, este sentimento acaba sendo interpretado sob a perspectiva da sexualidade e não de identidade, reflexo direto dos padrões hegemônicos de gênero. Nos discursos dos sujeitos entrevistados fica claro que o processo de identificação e aceitação da condição trans destes é balizada primeiro por um processo inicial de autoidentificação enquanto homossexual para posteriormente reconhecer-se como transexual.

Em todas as falas observamos a não identificação do indivíduo com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, apesar desta não adequação ainda não ser vivida ou autoidentificada enquanto transexualidade. O processo de reconhecer-se em um gênero distinto ao que o corpo sacramente é inicialmente pautado na identificação com os signos do gênero oposto:

Eu sempre fui um homem de verdade, eu nunca fui menina. Na verdade eu nasci enquanto menina e depois me identifiquei enquanto menino. Até então, quando eu era pequeno, quando eu era criança, eu sempre tipo... nas brincadeiras de casinha eu sempre quis ser o menino, sempre quis ser menino. Aí eu ficava pensando por que, né!? Hoje em dia eu sei que nunca me identifiquei como menina, sempre fui menino. (EDUARDO)

Na verdade a identificação começou muito cedo, desde tenra infância... Desde tenra infância. [...] Eu sempre... brincava... minhas relações interpessoais eram todas com mulheres, brincar de boneca, casinha, eu era a mamãe. Então... você já consegue.... a criança em si, a fase da sexualidade, que é dos 4 aos 6, que tem essa descoberta, ela já consegue entender o seu lugar. (BIANCA)

Nos processos de identificação e aceitação observamos ainda o sofrimento em não reconhecer-se em um gênero que lhe foi previamente designado. O sistema binário de gênero impõe que corpos sexuais pertençam a um gênero específico, condizendo com o órgão genital relativo a seu aparelho reprodutor. Romper a norma significa não reconhecer-se dentro do sistema, ser visto como o anormal, o abjeto, aquilo que não se deve ser, posto que todos, de acordo com o sistema vigente, tem de pertencer ao gênero que lhe foi designado (BENTO, 2008).

Carlos aponta para o sentimento confuso decorrente desse não reconhecer-se dentro da lógica sexista:

Por que assim, mulher eu nunca fui, e como não tinha conhecimento de transexualidade, eu ficava perdido. Mas mulher eu tinha certeza que não era. Tinha certeza. Aí eu me sentia um eteção. Por que eu não tinha... eu não sabia o que era transexualidade.

Reconhecer-se inclinado para o gênero oposto, em nossa sociedade, que carrega em sua cultura fortes traços machistas, implica em reconhecer-se culturalmente fora do padrão. Os signos que existem acerca dessa realidade apontam não para uma experiência identitária diferente, mas necessariamente, para uma experiência relacionada à sexualidade. Ainda que vista de forma negativa pelo social, as diferentes orientações são legitimadas em nossa sociedade, o que faz com que homens e mulheres trans tentem adequar-se a este grupo num primeiro momento:

Olha, na adolescência foi meio que uma questão de aceitação... Eu tava tentando me encaixar num grupo e na verdade eu entrei num grupo que eu baguncei mesmo. Eu entrei num grupo GLS, mas não me adaptava. Eles faziam muitas coisas que eu não me adaptava... (EDUARDO)

Neste ponto, observamos dois caminhos distintos relacionados a identificação da identidade de gênero entre os homens e as mulheres trans. Entre os homens, observamos fortes crises identitárias, culminando inclusive em automutilações e tentativas de suicídio justamente por não conseguirem encontrarem-se enquanto pessoas.

André nos traz em seu relato a experiência da não compreensão de sua identidade que quase culminou em sua morte:

Foi bem difícil, assim. Até pra me descobrir trans foi.. foi a parte mais difícil também.[...] Mas quando eu resolvi me aceitar que foi a ultima vez que eu tentei um suicídio, que foi bem feio [...]. E... desse dia em diante, desse ponto em diante eu falei que não... eu decidi não fugir mais desse... desse lado. (ANDRÉ)

Ainda nesse viés, Carlos também apresenta, em sua história, momentos de auto conflito e autoagressões:

Aí quando foi... quando eu tinha uns 17 anos... 17 anos, por aí, eu comecei a minha crise desgraçada de identidade. Foi uma merda. Eu me machuquei fisicamente, pensei em me matar... por que eu não via saída para aquilo, sabe!? Eu não via. (CARLOS)

Enquanto os homens trans relatam momentos conflitivos intensos, as mulheres trans narram, em sua experiência identitária, primeiro uma identificação dentro da homossexualidade, passando pela travestilidade, para enfim, reconhecerem-se enquanto mulheres:

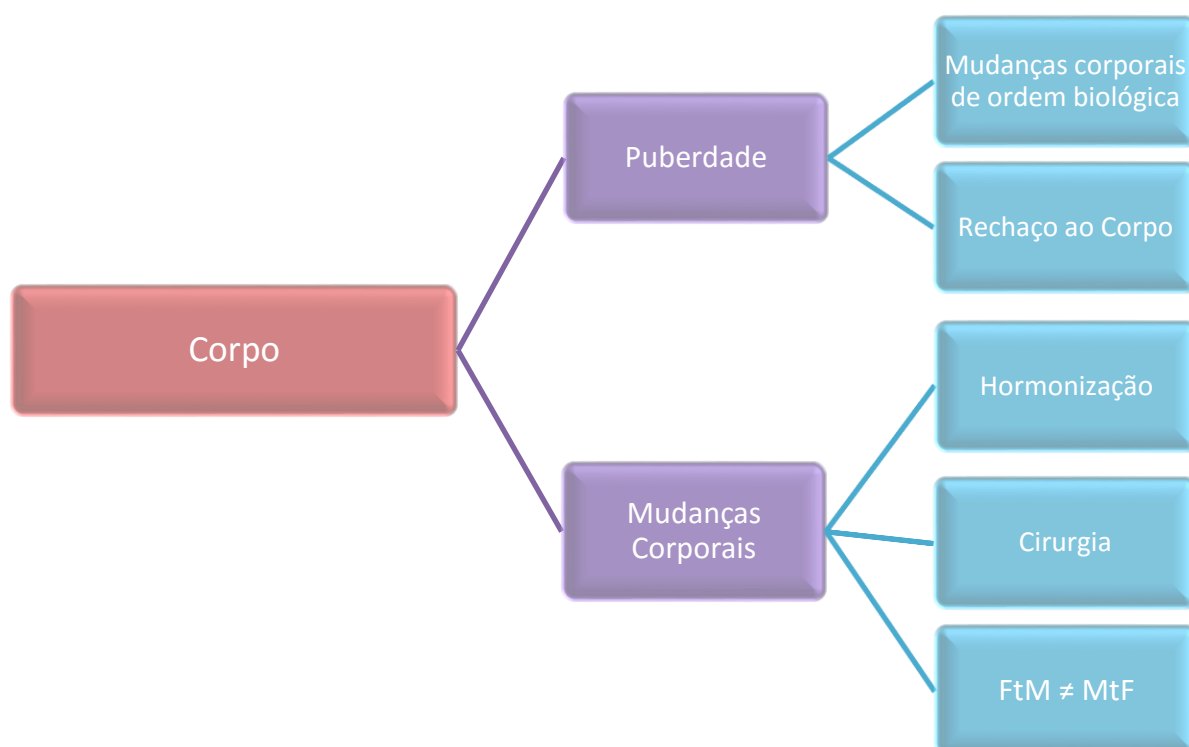
Aí na adolescência eu achava que eu era gay, mas aí fui vendo que não era uma questão de ser gay, eu não gostava das coisas que eu meio que deveria gostar, sabe. Não gostava mesmo. É... aí quando fugi de casa e fui pras ruas eu conheci as travestis e vi que eu queria ser meio que como elas, sabe. eu queria ter o corpo de mulher e ser vista como mulher, mas na rua era complicado, por que os caras chegavam em mim esperando que eu agisse como as outras travestis que tavam lá na rua sabe... mas... eu não era assim... eu queria ser a mulher, ser tratada assim, até na cama... aí quando eu vim pra casa de prostituição eu conheci uma transexual e conversando com ela eu entendi que eu sempre fui uma mulher. Foi aí que me identifiquei... fui me descobrindo na verdade, né!? eu descobri que eu era uma mulher, mas foi um processo longo. As pessoas vão impondo pra gente quem a gente é o tempo todo. (DIANA)

Os relatos dos homens e mulheres participantes dessa pesquisa apontam para um longo e doloroso processo de identificação e aceitação da própria transexualidade. Não reconhecer-se dentro de tudo aquilo que é tido como o correto gera angústia e sofrimento ao longo da vida, desencadeando sintomas depressivos ou mesmo levando à tentativas contra o corpo ou mesmo contra a própria vida.

Fica claro nas narrativas que o autorreconhecimento enquanto não-cisgênero é sempre mediada pela experiência com outras pessoas trans que já vivenciam o processo de readequação corporal e vivem de acordo com o gênero que se identificam. Se, a transexualidade feminina, mesmo que invisibilizada, é mais presente em nossa sociedade, encontramos uma justificativa plausível para a compreensão para as investidas dos homens trans contra si mesmos serem mais agressivas, uma vez que os referenciais aparecem de forma mais branda no campo social, em todas as esferas.

5.5.2 Categoria: corpo

Figura 11 – Elementos discursivos da categoria Corpo



Fonte: O próprio autor

A questão do órgão genital é o que, basicamente, diferencia transexuais de travestis. O primeiro grupo deseja redesignar seu corpo para que este reflita seu gênero e esta

pessoa sinta-se plenamente contemplada, enquanto o segundo grupo vivencia sua expressão de gênero de acordo com o qual se identifica, realizando também mudanças corporais, sem, no entanto, desejar ter outro órgão genital.

A categoria corpo aponta justamente para este sentimento de inadequação não somente ao gênero imposto ao nascimento, mas especialmente ao órgão genital. Butler (2012) assinala para o atrelamento compulsório do gênero ao corpo na sociedade contemporânea, o que faz com que “tenhamos” que pertencer a um gênero de acordo com o sexo, obrigatoriamente.

A readequação corporal é o desejo dos homens e mulheres trans à partir do momento em que identificam-se como trans e especialmente à partir do processo de hormonização, quando o corpo naturalmente começa a apresentar alterações em suas formas.

Se, como vimos, as mulheres trans pesquisadas primeiro identificam-se como travestis, para posteriormente entenderem-se mulheres trans, a hormonização vem atrelada à colocação de silicone, seja clandestinamente, utilizando silicone industrial, ou mesmo valendo-se de cirurgias em clínicas plásticas, uma vez que a colocação de silicone é naturalizada e legitimada pelo Conselho Federal de Medicina. O grande desconforto para as mulheres trans permanece, portanto, sendo o órgão genital masculino, ainda que muitas não desejem realizar a cirurgia de readequação genital devido ao alto valor, medo, ou outros motivadores particulares.

O desconforto com o pênis fica evidente nas falas das entrevistadas:

Sim, que na verdade eu não aceitava o meu corpo. Desde tenra infância eu não aceitava o meu corpo. Eu não aceitava que eu tivesse alguma coisa a mais que as meninas.[...] Eu sempre me entendi como mulher. Eu não entendia o que aquele negócio tava fazendo ali. O meu problema era aquele negócio. (BIANCA)

Ai... eu nunca gostei do meu pênis, nunca nem usei... nunca! Nem quero. Quero é operar logo. Embora eu nunca gostasse dele eu não tive problema... é aquela coisa, tava aqui mas não era bom e nem ruim... depois que comecei a me prostituir e vi como e quanto eu não queria ter ele e sim uma vagina, mas não é o tipo de coisa que eu vou morrer se não operar... ele só é como uma coisa que está em mim a mais e que não faz diferença, entende!? (DIANA)

Quanto mais mulher eu ia me tornando mais eu ia ficando satisfeita comigo. Parece que as pecinhas do quebra cabeça iam se encaixando, sabe. Mas tinha o pênis que me incomodava muito ainda. Aliás, nunca me incomodou muito, mas quando eu entendi o que se passava comigo, ele passou a incomodar bastante. Eu queria ter uma vagina pra me sentir completa, sabe.... Até

estranho falar que quer tirar algo para se sentir inteira, mas é isso. Foi aí que eu quis de verdade tirar. (FERNANDA)

Enquanto é evidente que para as mulheres trans o desconforto com o pênis é parte latente de sua relação com o próprio corpo, no caso dos homens trans o desconforto com o órgão genital é superado pelas formas e contornos que o corpo ganha com a puberdade e o desconforto com as mamas:

Quando você começa a entrar na adolescência que seu corpo começa a criar as formas que você achou que nunca ia acontecer, entendeu? Que você ia conseguir fugir. Aí vem a menstruação e é aí que a tua ficha cai que... Não que você, aí meu Deus, eu não sou um homem. Mas aí a tua ficha cai que você não vai ter o mesmo caminho que dos seus amigos homens, você tá tendo o mesmo caminho daquilo que você detesta e que você não quer pra você. (CARLOS)

Mas a imposição maior foi quando chegou a adolescência mesmo, os 16, 17 anos, que as coisas começaram a criar uma formas bem mais curvas, né, o corpo começa a sangrar, aí sim foi bem mais imposto. (ANDRÉ)

O desejo da realização da mamoplastia masculinizadora, que é o procedimento que constrói um busto masculino, ainda esbarra nos códigos de saúde referentes ao processo transexualizador, delimitado pelo Conselho Federal de Medicina, motivo pelo qual as cirurgias acontecem mais timidamente, além de serem financeiramente mais caras. No que tange ao órgão sexual feminino, não observamos nas falas dos homens trans o desejo de readequação, até mesmo por que a cirurgia ainda é realizada em caráter experimental.

A fala de Eduardo demonstra bem o sentimento de adequação dos homens:

Eu.. na verdade eu to tentando me adaptar com uma questão só, que é a genitália. Eu não... Não é que eu não goste, não é que eu goste... eu não tenho vontade de fazer a cirurgia. Então eu to tentando me adaptar com ela. Eu não quero fazer a cirurgia por N motivos. Mas não dizendo pra você que eu não goste, mas também não que eu goste. Não me incomoda, mas meu seio me incomoda muito. Meu corpo todo. Quadril, essas coisas, me incomoda bastante. Tá mudando, diminuiu bastante, mas me incomoda ainda... a cintura feminina me incomoda, muito. As vezes eu falo que tá muito feio, vai mudar, mas tá demorando muito. As vezes eu fico muito ansioso, quero que sai logo, quero que mude logo. Eu quero fazer a cirurgia do seio logo... tem que ter um psicológico forte...

No caso das pessoas trans, observamos não somente o não pertencimento ao sexo atribuído, mas também a objetificação do órgão genital, sendo chamado de “aquilo” ou ainda “aquela coisa”, numa clara referência a algo que não pertence àquele corpo mas que, contudo, está lá.

O corpo sexuado numa não concordância com o gênero identificado torna a relação indivíduo/corpo uma relação de ódio, abjetal. Observamos isso nos relatos dos entrevistados ao afirmar que não olhavam-se no espelho ou ainda que não tinham ou tem coragem de tocar no corpo, chegando à tentativa de mutilá-lo muitas vezes.

As falas dos participantes apontam para uma compreensão da complicada relação entender-se uma pessoa e possuir um corpo que não corresponde:

É tipo... eu tomo banho, eu não olho pro meu corpo enquanto eu tomo banho. Não olho. De jeito nenhum. Mas nunca. Aí eu saio, abro o box, aí tem um espelho bem quando sai assim do box. Aí tem o espelho, eu viro de costa pro espelho, eu não encaro o espelho sem roupa de jeito nenhum. (CARLOS)

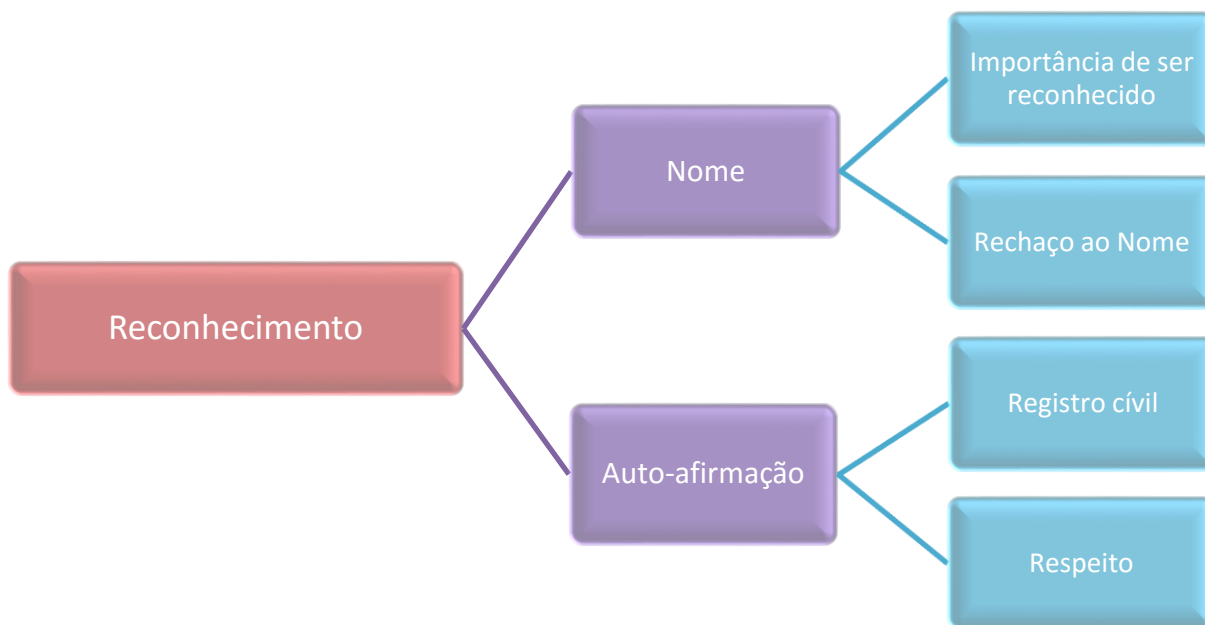
Desde pequena eu me olhava no espelho e sentia que alguma coisa tava errada comigo. Quando começou a puberdade eu percebi que meu corpo estava errado e isso era muito angustiante, mas eu não tinha ideia que poderia ser uma mulher e muito menos que podia transformar um órgão em outro. Eu só sabia que tudo estava errado em mim. Eu me machuquei sério nos órgãos genitais puxando sabe... eu não queria aquilo. Não conseguia me tocar direito. Mas não era nojo, era só que eu achava que alguma coisa tava errada em mim. Minha barba mesmo eu tirava com pinça, odiava aquilo... (FERNANDA)

Eu não conseguia... eu nunca consegui me olhar no espelho por que era difícil pra mim me olhar e ver uma outra pessoa, um corpo que não era meu. Era bem difícil. E... eu evitava ao máximo. (ANDRÉ)

Observamos que a adequação do corpo sempre denota uma busca estética para o modelo padrão idealizado dos estereótipos de homem ou mulher. Enquanto os trans-homens buscam disfarçar os seios até o processo de reconstrução do tórax, também incomodam-se e almejam a redução das curvas típicas do corpo feminino, ter sua voz mais grossa e ganhar pelos faciais, as mulheres buscam ter seios volumosos, cabelos longos e traços mais delicados. O ideal masculino e feminino é vivenciado pelas pessoas transexuais de maneira igual as pessoas cisgêneras. Intrínseca às falas dos homens e mulheres trans, observamos que a maioria almeja conseguir um corpo realmente tido pelo campo social como masculino ou feminino.

5.5.3 Categoria: reconhecimento

Figura 12 – Elementos discursivos da categoria Reconhecimento



Fonte: O próprio autor

Na categoria reconhecimento evidencia-se o desconforto em não ser reconhecido dentro do gênero com o qual a pessoa trans, homem ou mulher se identifica. Em diversas esferas, pessoas transexuais tem de constantemente reafirmar o seu gênero para que sejam, no mínimo, respeitadas. Até mesmo no âmbito público, onde leis e normativas preconizam formas de atendimento pautado nos direitos humanos, para que seja respeitada a lei a pessoa necessita solicitar.

Observamos isso nas falas dos entrevistados, quando assinalam que para serem tratados ao menos pelo nome social, necessitam solicitar. O nome é de extrema importância para a constituição de identidade de uma pessoa, igualmente, o nome social apresenta a pessoa trans enquanto alguém do gênero com o qual se identifica, por isso da sua relevância, atrelado ainda a utilização dos artigos nominais corretos.

De acordo com Ciampa (1998), o nome é uma representação da identidade, é ele quem autentica ou confirma quem cada indivíduo é, não sendo meramente um rótulo. O autor aponta ainda para o sentimento gerado nas pessoas que não reconhecem-se em seu nome, deixando a pessoa confusa ou perdida em seu autorreconhecimento.

Corroborando com Ciampa, a participante Fabiana aponta para o nome civil como algo que perdeu seu significado dentro de um determinado contexto, e precisa então ser substituído para que o sentido seja condizente com a pessoa:

O nome civil não me incomoda no sentido de saber que ele foi meu, mas me incomoda ser chamada por um nome que não representa mais quem eu sou. Ele fazia sentido para aquele menino fechado, mas não pra essa mulher que eu me tornei. Quando você se dá conta de quem é algumas coisas.. é... tem que ficar... como te digo? Tem coisa que precisa mudar. O nome é uma dessas. Eu descobri que eu não era aquilo que me disseram que eu era, então aquele nome também é algo que eu não era, entende!?

André e Carlos assinalam em suas falas para o desconforto de possuir todo um aparato masculino e se nominado ainda de acordo com o sexo biológico. André pontua que “o nome, não adianta, o nome, o nome entregava não tinha como” enquanto Carlos, mais enfaticamente, pondera: “Eu me sentia preso entre os dois sexos, por que a questão não é você ter uma aparência masculina. Só que... beleza, eu tinha uma aparência masculina, só que eu ainda era nomeado como mulher”.

Cabe apontar aqui que nas entrevistas os nomes do registro civil das pessoas entrevistadas não foi citado por elas em momento algum, sendo substituído por 'aquele nome' ou 'o outro nome', o que reforça o sentido e importância que o nome social tem na vida de uma pessoa trans, pois, ainda de acordo com Ciampa (1998, p.131) “um nome nos identifica e nós com ele nos identificamos. Por isso dizemos eu me chamo...”

Algumas vezes o desejo do reconhecimento se evidencia no pedido de respeito em detrimento da aceitação, como diz André: “Ninguém tem que aceitar, tem que respeitar... é um processo totalmente diferente, aceitação do respeito, andam em paralelas”.

Ser reconhecido pelo nome social e de acordo com o gênero que a pessoa se identifica denota grande importância para os homens e mulheres trans desde o momento em que iniciam a hormonização e implica no reconhecimento e afirmação do gênero para o qual transitam. Nesse sentido, Duque (2013) aponta para a existência de um regime de visibilidade e reconhecimento mediante inúmeros elementos e interlocutores, incluídos aí as questões do corpo, do nome, do local onde um indivíduo está inserido, além de outros tantos marcadores sociais que perpassam a experiência identitária e que legitimam o que é ser homem e ser mulher.

Desse modo, observamos que o processo de se auto afirmar acompanhará os homens e mulheres trans ao longo de todas as suas experiências, sejam na família, na escola,

na universidade, em contextos de trabalho, na rua e até mesmo dentro do próprio meio GLBT, onde a visibilidade trans é muitas vezes colocada de lado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA

A realização desta pesquisa possibilitou lançar um olhar sobre os aspectos constituintes da identidade de pessoas trans, homens e mulheres, de forma ampla, observando o grupo e não limitando a um único indivíduo as respostas de todo um coletivo. Desse modo, observamos que ainda que existam inúmeras particularidades referentes à experiência de cada indivíduo, elementos comuns permeiam a vivência de homens e mulheres não cisgêneras.

Ao longo do trabalho podemos observar os sentidos e significados atribuídos a elementos comuns à todas as pessoas e que se tornam fortes marcadores identitários para as pessoas transexuais. Corroboramos com Ciampa (1998) e seus estudos ao observar o movimento de metamorfose das identidades de homens e mulheres trans. Desse modo, ponderando com Vygotsky, podemos compreender a relação sujeito-objeto e indivíduo-sociedade em seus processos de subjetivação frente a constituição de sua identidade que tem de ser reposta ao longo da vida.

Alicerçados ainda nas teorias de gênero, podemos lançar mão à uma compreensão mais ampla do fenômeno da transexualidade em nossa sociedade. Compreendendo como os papéis de gênero foram construídos e as tecnologias de reprodução destes e consequentemente da heteronormatividade e do binarismo em nossa cultura, podemos compreender também o status que ocupa hoje a transexualidade e pensar mecanismos para superar essa visão limitada e dicotômica acerca dela, especialmente no campo das ciências humanas e da Psicologia.

Ao observar as Representações Sociais dos homens e mulheres trans entrevistados acerca dos elementos que constituem sua identidade, extraídas e analisadas neste trabalho, entendemos que alcançamos o objetivo geral desta pesquisa e logramos compreender mecanismos e tessituras específicas de homens e mulheres trans dentro de seus processos de formação e educação.

Identificamos os elementos constitutivos e/ou estruturantes de sua identidade e levantamos por meio de suas práticas discursivas os aspectos históricos, sociais e culturais específicos que compõem os seus processos educativos. Assim, podemos compreender a relação familiar e a importância de uma rede de apoio para que o indivíduo transexual possa vivenciar seu gênero, além de observar que os relacionamentos interpessoais, via de regra, são poucos.

Podemos entender, de acordo com os dados obtidos, que a transexualidade é sentida desde a infância, ainda que não com esse nome e essa compreensão. Ela pode ser sentida, então, como um sentimento de estranheza e não adequação com as normas de gênero que são impostas

no campo social. O corpo torna-se, então, um atestado de não ser quem se é de verdade, um signo de tudo o que não se quer ser. Enquanto que para as mulheres trans o órgão genital masculino é o símbolo máximo da readequação corporal, para os homens trans é a mamoplastia masculinizadora, que garantirá vivenciar o papel masculino de maneira satisfatória.

Notamos ainda outras tantas diferenças entres homens e mulheres trans ao longo de suas vivências. Enquanto no período escolar fundamental as chacotas e humilhações são recorrentes à todos, ela afeta mais diretamente as mulheres trans, visto que em nossa sociedade o papel masculino é sempre tido como símbolo de força, daquilo que se deve ser. Desse modo, homens biológicos que se aproximam do feminino são rechaçados, enquanto o contrário, ainda que não bem aceito, é enaltecido e visto como sinal de força, de superioridade. Podemos encontrar aí uma explicação para a evasão das mulheres trans ser mais alta que a dos homens, uma vez que, como observamos, são elas que não chegam aos bancos da academia.

Identificamos as Representações Sociais de indivíduos transexuais sobre a escola, a escolarização e formação e constatamos as inúmeras violências cometidas pela instituição escolar, pelos professores que dentro das salas de aula reproduzem os discursos normalizadores da sociedade, ou ainda dos próprios pares. Se, como afirma Louro (2014), a escola tem o papel de hegemonizar padrões e condutas sociais, normatizando experiências e posturas, para as pessoas transexuais esta realidade se mostrará dura, exigindo que adequem-se ao mundo que não lhes cabe, que é estranho, onde não se encaixam.

Se, por um lado, a escola reproduz as normas vigentes, dentro do seio familiar crenças e valores são também impostos e, desse modo, vemos que a experiência transexual dentro da própria casa é muitas vezes marcada por conflitos e brigas. A transexualidade no âmbito familiar aponta para um sentimento de inadequação na família toda, mas, certamente, a falta de suporte é sentida duramente pelo indivíduo trans.

Não ver-se no corpo correto, não compreender os processos que acontecem consigo e especialmente não enquadrar-se em nenhum grupo social gera angústia e desespero, podendo culminar em autoagressões graves. Contudo, quando da identificação da pessoa enquanto transexual e do longo processo de aceitação da família, as vivências de nossos entrevistados assinalam para uma completude em sua identidade, gerando o fim do sentimento de angustia e inadequação.

Contudo, através das narrativas, conhecemos os enfrentamentos vividos pelos participantes ao assumirem sua identidade de gênero. As violências físicas e simbólicas são constantes, desde as agressões verbais, denotadas pela não aceitação do gênero pela qual aquela pessoa se identifica, até à agressões físicas gratuitas. Outras violências compreendem a não

utilização do nome social pelas pessoas e especialmente dentro dos serviços de saúde e educação do país.

O nome, e consequentemente os artigos nominais referentes ao gênero com o qual se identificam, denota grande importância para as pessoas transexuais. Além de ser um signo da identificação, ele aponta para a direção que querem tomar. O nome social adotado pelos homens e mulheres trans assumem o signo de dar uma nova vida a um corpo em transformação para adequar-se.

Mais uma vez vemos o espaço educacional como ambiente de reprodução de violências e transfobia, mas, especificamente neste caso, observamos pelas narrativas dos participantes, o despreparo também da academia para receber alunos e alunas transexuais respeitando a sua identidade de gênero. Ainda que desde 2012 existam leis específicas quanto a utilização do nome social em chamadas e outras questões públicas nas escolas e universidades, estas desconhecem a lei e poucas vezes a aplicam por demanda espontânea.

Ainda cabe ressaltar a questão da necessidade de homens e mulheres trans de serem vistos simplesmente como homens e mulheres pela sociedade, sem o estigma da transexualidade. Serem passáveis, alcançarem uma performatividade que as coloque em igualdade com os outros homens e mulheres sem que necessitem explicar-se ou fazer correções e apontamentos acerca de sua identidade de gênero.

Ao mesmo tempo em que a pesquisa aponta para elementos identitários compartilhados por homens e mulheres transexuais, alguns destes apresentam consideráveis distinções e estas são especificidades a serem notadas e discutidas. As origens e destinos dos gêneros para os quais migram, encontram-se em determinados pontos, mas são distintos.

Diante desse cenário, cabe a nós pensarmos o papel histórico da Psicologia frente a transexualidade, como uma das legisladoras acerca de seu caráter patológico, e o papel contemporâneo que começamos a desempenhar, buscando legitimar a experiência transexual em nossa sociedade como uma experiência identitária específica, além de despatologizá-la.

De acordo com os legisladores, cabe ainda à psicologia atestar se a pessoa transexual que se coloca frente a ela é efetivamente “um homem ou uma mulher de verdade”. Cabe ao psicólogo atestar se aquela pessoa é realmente quem ela diz que é, mas, para isso, terá de acompanhá-la durante dois anos de sessões que culminam em um papel que legitima aquela experiência e a autoriza, somando a outros laudos, a readequar seu corpo. Podemos repensar o local da Psicologia frente a Transexualidade e o papel que desempenhamos neste processo.

Esta pesquisa aponta para elementos estruturantes da identidade de homens e mulheres trans que permitem acolhê-la em sua complexidade e plenitude, não lançando um

mero olhar inquisidor, mas que dá subsídio para atentar-se a reais pontos de sofrimento psíquico desencadeado por todo o processo.

Ainda que à esta pesquisa restem perguntas e questionamentos, ela proporcionou conceber de maneira plural, mediante as representações sociais de homens e mulheres transexuais, quais elementos identitários são mais ou menos significativos ao longo de suas vidas. A pesquisa revelou-se um primeiro passo para uma compreensão mais ampla do fenômeno transexual na contemporaneidade, um artifício para possibilitar que a transexualidade seja vista sob uma ótica mais humana, em um processo que envolve homens e mulheres na busca de si mesmos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, F. G. **O Transexualismo**: um estudo sobre a representação de si no método de Rorschach. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.
- ALMEIDA, N. F. P. **A diversidade entra na escola**: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2009.
- AMARAL, D. M. **Os desafios da despatologização da transexualidade**: reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- ANADON, M., MACHADO, P. B. **Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais**. Bahia: Eduneb, 2011.
- ANDRADE, L. N. **Travestis na escola**: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- ANDREAZZA, T. S. **Gêmeos monozigóticos discordantes para transexualidade**: diferenças neuroanatômicas e psicológicas. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- ARAÚJO, L. R. **Transexualidade: dos transtornos às experiências singulares**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco, 2010.
- ATHAIDE, J. P. **Fronteira de gêneros pra quê?** uma abordagem nada convencional sobre a produção de referências identitárias na contemporaneidade. 2013. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BANCHS, M. A. “Representaciones Sociales y subjetividad”. In: FURTADO, O.; REY, F. L. G. **Por uma epistemologia da subjetividade**: um debate entre a Teoria Sócio Histórica e a Teoria das Representações Sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BARBOSA, B. C. **Nomes e diferenças**: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BENTO, B.; PELUCIO, L. Despatologização do Gênero: A politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 20 (2): 569-581, maio-agosto/2012
- BOMFIM, P. T. S. **Discriminação e preconceito**: identidade, cotidiano e religiosidade de travestis e transexuais. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.
- BONIN, L. F. R. **A teoria histórico cultural e condições biológicas**. São Paulo (Brasil), Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

BOURDIEU, P. (2002). **Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BURGUETE, M. T. C., PAREDESCHI, A. A. Entre la educación no formal. Transitando por ámbitos comunitarios participativos del área rural. **Revista Interamericana de Educación de Adultos**, Año 28, N°. 1, enero - junio 2006.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan**: Sobre los límites materiales y discursivos del 'sexo'. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Problemas de gênero**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRIJO, G. G. **(Re)apresentações do outro** : travestilidades e estética fotográfica. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2012.

CASSEMIRO, L. C. **Tenho o direito de ser amapô**: as trajetórias de travestis e transexuais face à implementação das políticas públicas de assistência social e saúde. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e terra, 2008.

CASTRO, R. V. In: ALMEIDA, A. M. de O. et.al. **Teoria das representações sociais**: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2011.

CHEQUER, J. L. **Das ongs/aids ao movimento social travesti interação estado-sociedade, dinâmicas complexas e identidades em construção**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de Psicologia Social. 6 ed. São Paulo: Brasiliense; 1998.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.482, de 10 de setembro de 1997 [Online]. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo.

_____. Resolução nº 1.652, de 6 de novembro de 2002 [Online]. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM n.º 1.482/9

CORDEIRO, D. M. **Transtorno de identidade sexual em adultos e justiça**: laudo psicológico para mudança de prenome. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CORTEZ, F. C. P. **Consumo de álcool e outras drogas, sintomas depressivos, impulsividade e aspectos dimensionais de personalidade em homens biológicos profissionais do sexo**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

COSSI, R. K. **Transexualismo, psicanálise e gênero**: do patológico ao singular. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

COSTA, M. C. **De um sexo ao outro: uma abordagem psicanalítica sobre a cirurgia de “mudança de sexo”**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

DAVI, E. H. D. **Belíssima: um estudo merleau-pontyano da corporalidade travesti**. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DAVIS, C. L. F; AGUIAR, W. M. J; ALVES-MAZZOTTI, A. J. Psicologia Sócio-Histórica, clínica da atividade e teoria das representações sociais: uma articulação possível. In: **XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**, 1. 2010. Belo Horizonte. Anais. UFMG, 2010. 1 CD-ROM.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo – SP: Oboré, 1987.

DUARTE, N. **A individualidade para si: Contribuição a uma teoria histórico-cultural da formação do indivíduo**. Campinas – SP: Autores Associados, 1993.

DUQUE, T. **Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por** [Tese de Doutorado]. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais / Universidade Estadual de Campinas, 2013.

FERNANDES, F. C. **A argumentação e a mudança de prenome de transexual na jurisprudência**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2008.

FILHO, E. R. G. N. **Sujeitos Queer em cartaz: uma análise discursiva do corpo em (trans)formação**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2011.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRANCO, M. **Análise de conteúdo**. Brasília: Plano, 2003.

FURTADO, O; GONZÁLEZ REY, F. (Org.) **Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais**. São Paulo, 2002.

GALLI, R. A. **Roteiros sexuais de transexuais e travestis e seus modos de envolvimento sexual-afetivo**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GARCIA, M. R. V. **Dragões: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda**. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOHN, M. G. **Educação Não-formal e Cultura Política**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, R. A. **Ai, como eu sou bandida: A análise discursiva crítica sobre a construção identitária da personagem transexual Valéria Vasques, no programa de televisão Zorra Total, da Rede Globo**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2013.

GONÇALVES, C. J. M. **A transexualidade sob a ótica dos direitos humanos**: uma perspectiva de inclusão. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONZÁLEZ REY, F. L. La subjetividade: su significación para la ciência psicológica. In: ROSA, A; MONTERO, I. (1996). **O contexto histórico do trabalho de Vygotsky**: uma abordagem sócio-histórica. (pp.57-83). In: MOLL, L.C. Vygotsky e a educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

_____. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

GREEN, R. Mythological, historical and cross-cultural aspects of transsexualism. In: Denny, D. (org) **Current concepts in transgender identity**. New York: Garland Publishing, 1998.

HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**. n°. 22, Campinas, 2004. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>>. Acesso em 05 de Novembro de 2013.

HERDT, G. **Third sex, third gender: beyond sexual dimorphism in culture and history**. New York: Zone Books, 1996.

JEOLAS, L. C. R. **Vendo (o) corpo, vendo (a) imagem**: a autorrepresentação fotográfica de mulheres e travestis profissionais do sexo do Jardim Itatinga, Campinas. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012. Disponível em
https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989

JODELET, D. In: ANADON, M., MACHADO, P. B. **Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais**. Bahia: Eduneb, 2012.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 61-85.

JUNIOR, A. L. S. **Seis passeios pelas praias de uma ficção**: notas sobre algumas movimentações de drag queens na cidade do Rio de Janeiro. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

JUNIOR, J. L. **Nossos corpos também mudam**: sexo, gênero e a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. 2008. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

KULICK, D. **Travesti**: prostituição, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008

LANE, S. T. M. A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In:

LANE, S. T. M. **A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia.** In LANE, S. T. M.; CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia Social: homem em movimento*. 4 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **O que é psicologia social.** São Paulo: Brasiliense; 2006.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (orgs.) **Psicologia Social: O homem em movimento**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LATTANZIO, F. F. **O lugar do gênero na psicanálise: da metapsicologia às novas formas de subjetivação.** 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo.** São Paulo: Martins Fontes; 1978.

LIMA, A. A. **Psicologia Jurídica; lugar de palavras ausentes.** Aracaju – SE: Editora Evocati, 2007.

LIMA, M. L. C. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de transexuais e travestis.** 2013. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

LIONÇO, T. **Um Olhar sobre a transexualidade a partir da perspectiva da tensionalidade somato-psíquica.** 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LOPES, Z. A. **Representações sociais acerca da violência de gênero: significados das experiências vividas por mulheres agredidas** [Tese de Doutorado]. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto / USP Ribeirão Preto, 2009.

LOURENÇO, A. N. **Travesti: a construção do corpo feminino perfeito e suas implicações para a saúde.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Fortaleza, Ceará, 2009.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** 3 ed. Petropolis – RJ: Editora Vozes, 1999.

LUCCI, M. A. **A proposta de Vygotsky: Psicologia Sócio-Histórica.** Profesorado - Revista de currículo y formación del profesorado. Granada – Espanha, vol. 10, dez. 2006. Disponível em: <http://www.ugr.es/~recfpro/rev102COL2port.pdf>> Acesso em 03 de Janeiro de 2014.

LURIA, A. R. **“Vygotsky”.** In: L. S. VYGOTSKY, A. R. LURIA e A. N. LEONTIEV. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. SP: Ícone, 1988

MALUF, A. C. R. F. D. **Novas modalidades de família na pós-modernidade.** 2010. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Violência para todos**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, p. 65-78, 1993.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: Um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2012.

MOLON, S. I. **Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky**. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MONEY, J. Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism: Psychologic findings. **Bulletin of the Johns Hopkins Hospital, Baltimore**, EUA, v. 96, p.253–264, 1955.

MOREIRA FILHO, F. C; MADRID, D. M. Conceituando a homossexualidade. **Intertemas**, 2009. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1645/1568>. Acesso em 17 de Novembro de 2013.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Representações Sociais**: Investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MÜLLER, M. I. **Lá em Casa a Gente Conversa"**: pedagogias da conjugalidade entre travestis e seus maridos. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MUÑOZ, M. F. **Educación no formal**. [S.l.: s.n.], 2008. Disponível em: <http://dineba.minedu.gob.pe/xtras/educacion_no_formal_ambiente.pdf>.

NUNES, C. R. F. **Trazendo a noite para o dia** : apontamentos sobre erotismo, strip tease masculino, pedagogias de gênero e sexualidade. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento um processo sóciohistórico. São Paulo: Scipione, 1993.

PATRICIO, M. C. No truque: **Transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2008.

PAULA, R. P. **Transexualidade e os crimes contra o costume**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

PENNA, I. S. O. **Dignidade da pessoa humana e direito à identidade na redesignação sexual**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, G. M. S. **Cartografia do desejo QUEER** : dispositivos micropolíticos dos corpos travestis. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2010.

PETRY, A. R. **Migrações sexuais e de gênero** : experiências de mulheres transexuais. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PINO, A. S. O conceito de mediação semiótica em Vygotsky e seu papel na explicação do psiquismo humano. **CADERNOS CEDES**. Campinas, n. 24, p. 32-43, jul. 1991.

PINTO, M. J. C. **A vivência afetivo-sexual de mulheres transgenitalizadas**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

POCAHY, F. A.; NARDI, H. C. Saindo do armário e entrando em cena. **Estudos Feministas**. Florianópolis, ano 15, nº 1, p.45-66, janeiro-abril de 2007.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades – a hierarquia das invisibilidades**. São Paulo: Cortez, 2008

QUAGLIA, D. **O Paciente e a Intersexualidade**. São Paulo: Sarvier, 1980.

RAMSEY, G. **Transexuais**: perguntas e respostas. São Paulo: Summus, 1998.

REIS, I. M L. **Entre a universalidade e a particularidade** : desafios para a construção de direito a saúde de transexuais. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

REIS, R. A. **Quando o afeto ganha a esfera midiática**: casos de sujeitos homoeróticos e estratégias jornalísticas para enquadrar as vozes de leigos e especialistas. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

ROCHA, L. C. **Transexualismo e aspectos jurídicos**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

RYAN, D.; MARTIN, A. Lesbian, gay, bisexual and transgender parents in the school systems. **School Psychology Review**, v. 29 (2), p. 207-216, 2000.

SAADEH, A. **Transtorno de identidade sexual**: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, A. S. **Corpo educado? Percepção do risco de contrair HIV e práticas educativas entre travestis profissionais do sexo**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, M. F. L. **A construção do dispositivo da transexualidade: saberes, tessituras e singularidades nas experiências trans**. 2010. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, P. L. **Lesbianas em movimento** : a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006). 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SANTOS, P. R. **Entre necas, peitos e picumãs** : subjetividade e construção identitária das travestis moradoras no Jardim Itatinga. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

SCHEIBE, E. **Direitos de personalidade e transexualidade**: a promoção da dignidade da pessoa humana em uma perspectiva plural. 2008. Dissertação (Mestrado) – Unisinos, Rio Grande do Sul, 2008.

SCHIRMER, A. **Saindo dos armários?** - a análise das políticas de identidade na formação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo: um contraponto pela psicanálise. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SCOTT, J. A invisibilidade da experiência. **Cultura e Trabalho**. São Paulo. Vol. 16, jan./jun. 1998 (on line). Disponível em:
<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194>>. Acesso em 05 de Junho de 2013.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em:
<http://archive.org/download/scott_gender/scott_gender.pdf>. Acesso em 05 de Junho de 2013.

_____. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**. nº. 3, Campinas/SP 1994. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51007>>. Acesso em 03 de Junho de 2013.

SILVA, A. F. S. **Se pudesse ressurgir eu viria como o vento**: Das narrativas da dor, um estudo sobre práticas de modificações corporais e afetividades na Experiência da Travestilidade. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2008.

SILVA, A. S. **Marchando pelo arco-íris da política**. 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, L. M. P. **Nos nervos, na carne, na pele** : uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2007.

SILVA, T. S. **Irenes**: representações sobre homossexuais idosos no Contexto midiático sob a perspectiva sistêmicofuncional. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

SILVEIRA, E. M. C. **De tudo fica um pouco** : a construção social da identidade do transexual. 2006. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SIRGADO, A. P. A corrente sócio-histórica de psicologia: fundamentos epistemológicos e perspectivas educacionais. **Em Aberto**, Brasília, ano 9, n. 48, out./dez. 1990. Disponível em: <http://www.proiac.uff.br>.

_____. O social e o cultural na obra de Vygotsky. **Educação & Sociedade**, ano XXI, no 71, Julho, 2000.

SMOLKA, A. L. B. “Sobre significação e sentido: uma contribuição à proposta de rede de significações”. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva, & A. M. A. Carvalho (Orgs.), **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Vol. I. Porto Alegre: artes Médicas, 2004.

SOARES, M. **Homens parceiros de transexuais**: diálogo fenomenológico de vivências afetivo-sexuais. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SOARES, M.; FEIJÓ, M.R.; VALÉRIO, N.I.; SIQUIERI, C.L.S.M.; PINTO, M.J.C. O apoio da rede social a transexuais femininas. **Paidéia**. Jan-abr. 2011, vol. 21, no. 48, 83-92.

SOUZA, H. A. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. 2012. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2012.

SPINK, M. J. P. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995a.

STOLLER, R. J. **Presentations of Gender**. Yale: Yale University Press, 1985.

TAVARES, M. T. **Uniões homossexuais**: realidade social e jurídica. 2003. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

VALE, A. F. C. **O Vão da Beleza**: Travestilidade e Devir Minoritário. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

VALENÇUELA, M. **As representações sociais dos licenciados em ciências biológicas sobre o processo de formação**. 2012. 254 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2012.

VERDUGUEZ, E. R. U. **Aspectos da psicosexualidade e da personalidade de pacientes autodenominados transexuais masculinos e femininos avaliados pelo teste projetivo de Szondi**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIEIRA, T. R. Adequação de sexo do transexual: aspectos psicológicos, médicos e jurídicos. **Revista Psicologia - Teoria e Prática**, São Paulo. v. 2, n. 2. 2000.

VYGOTSKY, L. S. “Pensamiento y Language.” In: **Obras Escogidas II**: problemas de psicología general. Trad.: José Maria Bravo. Madrid: Visor Distribuciones, 1993. (Col. Aprendizaje, Vol. XCIV)

_____. **A construção do pensamento e da linguagem**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **A formação social da mente**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, SP. Martins Fontes, 1984.

_____. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes; 1994. (Original publicado em 1930).

_____. **O significado histórico da crise na Psicologia**. In Teoria e método em Psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Pensamento e palavra. In: I. S. Vigotski. **A construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001b (Original publicado em 1934).

XAVIER, R. P. **Grupo e Instituição**: nas tramas de pathos, o percurso da desilusão. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2013.

WITTIG, M. (1997). I'm Not a Feminist, but...": factors contributing to the discrepancy between pro-feminist orientation and feminist social identity. **Sex Roles**, 1997.

ZAMBRANO, E. "**Nós também somos família**" : estudos sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

_____. **Trocando os documentos** : um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADO



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Pesquisa: Identidade de Gênero Trans e Contemporaneidade: Representações Sociais nos Processos de Formação e Educação

Roteiro de Entrevista Semi-estruturado:

I- Dados de identificação

1. Idade:
2. Escolaridade:
3. Com quem reside:
4. Estado civil:
5. Renda familiar:
6. Profissão:
7. Sexo biológico:
8. Realizou a cirurgia de transgenitalização:

II- História de vida e cotidiano

1. História de vida
2. Relações familiares
3. Quando se identificou trans?
4. Cotidiano (descreva um dia comum seu – relações, trabalho, etc)

III – Representações Sociais:

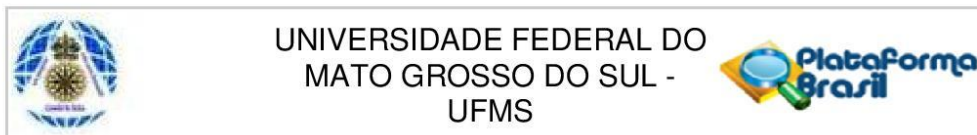
1. O processo de Escolarização
2. Sofreu preconceito quanto a identidade Trans
3. Processos educativos informais e vida adulta
4. O Processo de Transição
5. O que é ser Trans?

IV – Teste de associação de palavras:

1. Apresente cinco palavras que te vem a cabeça ao ouvir a expressão Pessoa trans .
2. Organize essas palavras da maior para a menor relevância quanto ao significado.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: IDENTIDADE DE GÊNERO TRANS E CONTEMPORANEIDADE: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

Pesquisador: ROBSON BATISTA DIAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 35098414.5.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 867.410

Data da Relatoria: 29/08/2014

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa visa investigar, analisar e compreender as representações sociais dos indivíduos trans (travestis, transexuais e transgêneros) acerca das configurações que se apresentam na formação de sua identidade de gênero, em interlocução com seus processos educativos formais e informais. Compreende-se indivíduos trans aqueles que se auto-identifiquem como tal, a partir da concepção de que gênero não decorre de um sexo

biológico. A pesquisa tem como fundamento teórico a Teoria histórico-cultural para a compreensão da constituição da subjetividade dos indivíduos e a teoria das Representações Sociais (RS) para identificar os elementos mediadores presentes nos contextos históricos e culturais da sociedade. Entende-se que é possível articular o caráter psicossocial e cultural das representações sociais e que estas compreendem o sujeito em sua

totalidade social e histórica, respondendo satisfatoriamente aos questionamentos acerca da formação da subjetividade, bem como sobre a constituição da identidade de gênero no campo social. O estudo traz ainda os construtos de identidade e gênero, uma vez que a formação identitária perpassa as relações de gênero estabelecidas socialmente e compreendendo as novas configurações que se apresentam, conceitos cristalizados e

hostilizadores poderão apresentar novos significados.

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS

Bairro: Caixa Postal 549

CEP: 79.070-110

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3345-7187

Fax: (67)3345-7187

E-mail: bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 867.410

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar as representações sociais (RS) que constituem a identidade trans em interlocução com seus processos educativos formais e informais.

Objetivo Secundário:

Identificar sob o ponto de vista dos participantes os elementos constitutivos e/ou estruturantes de sua identidade, bem como de sua Stoller avançando nas discussões de gênero. Para estas autoras, sexo e gênero são formas de saber distintas, conceitos históricos que, por sua vez, são cambiáveis no tempo e no espaço. Scott (1995) argumenta que não se pode compreender o corpo fora de uma construção social, ou seja,

nenhuma experiência corporal existe fora dos processos históricos e sociais, atrelados aos sentidos e significados elaborados pelos sujeitos individualmente. Desse modo, entendemos que a constituição da identidade trans perpassa, obrigatoriamente, a construção de um gênero especificamente trans. O gênero, segundo Scott, é "uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é

um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado" (SCOTT, 1995, p.16). Portanto, neste trabalho, entendemos gênero não meramente como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado, mas como uma categoria que designa também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (BUTLER, 2010). Podemos entender, por esse viés, que a constituição do

gênero trans, não perpassa exclusivamente o sexo enquanto uma classificação biológica, senão, abarca os construtos sociais, culturais, a classificação pessoal e social de cada indivíduo, a identidade de gênero (que não precisa necessariamente configurar-se igual ao sexo biológico), o papel de gênero, a orientação sexual, a percepção de si mesmo, a apropriação dos pressupostos de identidade e a posição e reposição perante o todo social de um indivíduo. A Transexualidade, em uma conjuntura ou disposição histórica no mundo, já ocupou o status de um terceiro sexo, já foi naturalizada e está registrada desde o século I d.C. como algo recorrente na história de grandes imperadores e reis, como Nero que após mata sua esposa e arrepender-se do fato, mandou que encontrassem um escravo que fosse semelhante a ela e, tendo encontrado um homem, ordenou sua

transgenitalização e casou-se com ele (GREEN, 1998). Ao longo do tempo e com novas configurações sociais surgindo, vemos que o gênero trans foi perdendo aspecto e tornando-se invisível. Importante teórico acerca da sexualidade, Foucault (1993) aponta ainda que, antes do século XIX eram consideradas somente as práticas homoeróticas, portanto, os indivíduos que as

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS

Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110

UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 867.410

praticavam não eram considerados seres a parte da sociedade.

Nesse contexto, não se concebia a existência de uma identidade fundamentalmente diferente. Foucault pontua, ainda, que a partir desta época a sociedade elegeu o sexo, entendendo este como gênero masculino e feminino, um lugar que dita a verdade sobre as pessoas. Assim, temos instaurada na sociedade ocidental repousada sobre a heteronormatividade, na qual a dicotomia sexo-gênero dita os padrões socialmente aceitáveis.

Este jogo de dicotomias, fortemente presente em nossa cultura, aponta para polos que se diferem e se opõem, e são rígidos em seus conceitos, ainda

que esta concepção de gênero tão polarizada esconde a pluralidade existente em cada polo. Desse modo, homens que se afastam da forma

masculina hegemônica socialmente constituída, e são, desse modo, hostilizados e rechaçados, assim como as mulheres (LOURO, 1999). Apesar do

discurso médico ter patologizado e estigmatizado os sujeitos trans desde o século XIX, associando o travestismo à uma inversão sexual, a última

década foi marcada como uma época de inúmeros avanços político-sociais no que tange à garantia de direitos quando a vivência plena de sua

sexualidade. Tem-se como ilustração dessa configuração, por exemplo, leis sancionadas que garantem o uso do nome social em documentos

oficiais, no contexto escolar, nas repartições públicas e também no Sistema Único de Saúde, além das cirurgias de readequação sexual, bem como

categorias profissionais que garantem em suas normas de identificação profissional, o nome social em suas identidade, categorias estas como a

Psicologia e o Serviço Social. Se grandes são os avanços, tão grande ainda é a exclusão, violência e hostilização dos sujeitos trans. Numa

sociedade proselitista e moralista como a ocidental, as diferenças ainda não são aceitas em sua totalidade, de forma integral. Desse modo, observar

a construção das diferenças faz-se importante, uma vez que trata-se de um campo político onde, na instituição das diferenças, estão intrínsecas as

relações de poder (LOURO, 1999). A educação, nesse viés, deve ser entendida como uma prática política, uma prática que pode ser transformada,

subvertida, e neste pressuposto, encontramos justificativas suficientes não apenas para observar, mas para interferir nesta realidade (LOURO,

1999). Essa autora ressalta, ainda, que são nos processos educativos onde os sujeitos

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS

Bairro: Caixa Postal 549

CEP: 79.070-110

UF: MS

Município: CAMPO GRANDE

Telefone: (67)3345-7187

Fax: (67)3345-7187

E-mail: bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 867.410

desenvolvem-se, produzem identidades étnicas, de classe e de gênero. Desse modo, a educação em suas esferas formais e informais está comprometida com a manutenção de uma sociedade que segrega e divide, e o faz isso quer participemos, ou não. A educação, segundo a LDBEN n° 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) abrange os processos educativos em uma esfera que vai muito além das instituições escolares (ou formais), compreendendo, também, os espaços sociais como catalizadores dos processos formativos, abrangendo, assim, a vida familiar, o trabalho, os movimentos sociais e culturais. Desse modo, esta identidade de gênero trans, inserida na cultura binária de gênero que temos, implica em novas configurações sociais para os processos de formação e educação dos sujeitos. Sob a óptica da Psicologia Social, Lane (1986) pontua que a construção do ser humano se dá não somente pela sociedade que o determina, uma vez, que em um processo dialético, ele também determina a sociedade. Dessa maneira, o ser humano é entendido como agente da mudança, sujeito da história, na qual, enquanto ele transformado é também transformador do meio onde está inserido. Entende-se deste ponto, que as "novas" constituições identitárias que emergem no campo social são moldadas e moldam a sociedade atual. Contudo, faz-se necessário compreender estas novas configurações sociais que se formam. Ainda que, com os inúmeros avanços no campo político/social para a garantia de direitos junto à comunidade LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), a forma de apresentar-se dos trans gera a exclusão e a chamada transfobia em inúmeras camadas e espaços da sociedade. Engendramos, então, por um processo de compreensão da constituição identitária trans perpassando problemáticas já estabelecidas e cristalizadas na sociedade contemporânea, como o caso da violência e da repudição de todas as configurações que não condizem com as vicissitudes dos padrões moralmente impostos na sociedade ocidental que culmina na exclusão desse grupo. Segundo Scott (1995), faz-se necessário desconstruir os vícios do pensamento ocidental relativizando os conceitos de gênero binário e lançando mão de uma nova visão acerca dos símbolos e da linguagem. Scott pontua ainda, que

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 867.410

devemos examinar a questão de “gênero concretamente, contextualmente e considerá-lo um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo” (1994, p. 19). Desse modo, poderemos questionar a confiabilidade de termos que até então eram auto-evidentes, culminando numa compreensão de como os significados subjetivos e coletivos, como categorias de identidade foram e são construídos. Sob esta perspectiva, compreender como se dão as representações sociais destes indivíduos mostra-se temática urgente e necessária, uma vez que trazendo a luz sua subjetividade e construções coletivas, a partir de seus relatos, histórias e vicissitudes, apreenderemos sobre este grupo e suas especificidades. Valer-se, portanto, das Representações Sociais como teoria e método, favorece apreender os indivíduos trans sob a perspectiva dos próprios indivíduos trans. Por fim, através da compreensão da construção da subjetividade e da identidade trans como um novo gênero possível, será possível construir novas formas de ser e estar no mundo. Compreendendo estes processos, ou ainda que um fragmento deles, especialmente no campo dos processos educativos, poderemos estabelecer novas formas de relacionar-se com os sujeitos trans e, automaticamente, se configurarão novos processos de ensino-aprendizagem e novas e distintas construções sociais e culturais. Assim, o estudo parte da premissa que as pessoas ao assumirem a transexualidade vivenciam enfrentamentos específicos, que permeiam sua constituição identitária e perpassam suas relações cotidianas, suas inserções na sociedade, bem como os elementos e experiências que fizeram parte de seus processos educativos. À partir disto, pretende-se compreender quais os enfrentamentos que as pessoas que assumem a transexualidade desencadeiam ao longo de suas vidas ao assumir ou evidenciar suas características identitárias e quais as implicações em seus processos de formação e escolarização, compreendendo quais elementos sociais, culturais e históricos permeiam seus cotidianos na constituição de suas identidades. auto imagem; Levantar por meio das práticas discursivas dos indivíduos trans os aspectos históricos, sociais e culturais específicos que compõem os seus processos educativos; Identificar as RS de indivíduos transexuais sobre a escola, a

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 867.410

escolarização e formação; Conhecer os enfrentamentos vividos pelos participantes ao assumirem sua identidade de gênero.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Não há riscos aparentes na pesquisa.

Benefícios: A identificação e compreensão das representações sociais dos indivíduos trans visa tornar-se uma ferramenta facilitadora na apreensão da constituição identitária deste grupo, além de possibilitar a compreensão da maneira como se dão seus processos educativos e, a partir daí, pensar novas maneiras de melhorar ou favorecer sua formação. Pode-se refletir também sobre a possibilidade de um novo olhar para este grupo no

contexto formais e informais de educação e da formação, além de compartilhar e promover a visibilidade este grupo e suas particularidades, de maneira a não mais segregá-los, mas sim, torná-los indivíduos participantes no fazer social.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de relevância social

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequado

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Adequado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 867.410

CAMPO GRANDE, 11 de Novembro de 2014

Assinado por:
Edilson dos Reis
(Coordenador)

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Identidade de Gênero Trans e Contemporaneidade: Representações Sociais nos Processos de Formação e Educação”. O(a) senhor(a) precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que tiver. Este estudo está sendo conduzido pelo pesquisador ROBSON BATISTA DIAS.

A finalidade deste estudo é: Analisar os processos educativos, psicossociais e culturais que envolvem a constituição identitária da pessoa trans.

Poderão participar deste estudo pessoas que se auto-identifiquem como trans, compreendidos neste estudo por travestis, transexuais e transgêneros.

O (a) senhor (a) será entrevistado (a) sobre a sua história de vida, seu processo de escolarização, sua compreensão sobre a transexualidade e sua compreensão sobre como sua identidade foi constituída. A entrevista será gravada e o que você disser será registrado para posterior estudo. O pesquisador guardará por cinco (05) anos a gravação, após, será descartada. Os dados coletados nas entrevistas serão utilizados em publicações, eventos científicos e futuras pesquisas.

O (a) senhor (a) não terá qualquer prejuízos se participar do estudo. Se o (a) senhor (a) experimentar constrangimentos ao responder algumas perguntas, pode interromper ou não responder a pergunta.

Seu deslocamento para o local da coleta de dados ficará sob sua responsabilidade.

Se você concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A menos que requerido por lei, somente o pesquisador, membros da equipe do estudo ou Comitê de Ética terão acesso a suas informações para verificar as informações do estudo. O (a) senhor (a) será informado (a) do surgimento de informações significativas sobre o assunto da pesquisa.

Rubrica do Pesquisador

Rubrica do Participante

Você será informado (a) periodicamente de qualquer nova informação que possa modificar a sua vontade em continuar participando do estudo.

Para perguntas ou problemas referentes ao estudo entre em contato com o pesquisador Robson Batista Dias, por meio do telefone: (67) 9661 2515 ou do e-mail: robsondias@hotmail.com.

Para perguntas sobre seus direitos como participante no estudo chame o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, no telefone (067) 3345 7187.

Sua participação no estudo é voluntária. Você pode escolher não fazer parte do estudo, ou pode desistir a qualquer momento.

O (a) senhor (a) não será proibido (a) de participar de novos estudos.

O (a) senhor (a) receberá uma via assinada deste termo de consentimento.

Declaro que li e entendi este formulário de consentimento e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas. e que sou voluntário a tomar parte neste estudo.

Autoriza a utilização da gravação? () Sim () Não

Nome: _____

Assinatura do participante:

_____ data _____

Assinatura do pesquisador:

_____ data _____